UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

AMANDA MARTHA CAMPOS SCOTT

“Difíceis de domar”:
Promoção legal popular na experiência do Grupo Mulher Maravilha

RECIFE
2022

AMANDA MARTHA CAMPOS SCOTT

“Difíceis de domar”:

Promoção legal popular na experiência do Grupo Mulher Maravilha

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora.

Área de concentração: Antropologia

Orientação: Profa. Dra. Marion Teodósio de Quadros.

RECIFE

2022

Catalogação na Fonte
Bibliotecário: Rodriggo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

S425d Scott, Amanda Martha Campos.
"Difíceis de domar" : promoção legal popular na experiência do Grupo Mulher Maravilha / Amanda Martha Campos Scott. – 2022.
168 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora : Marion Teodósio de Quadros.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2022.

Inclui referências, apêndice e anexos.

1. Antropologia. 2. Promotoras Legais Populares. 3. Grupo Mulher Maravilha. 4. Gênero. 5. Violência contra as mulheres. I. Quadros, Marion Teodósio de (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2024-071)

AMANDA MARTHA CAMPOS SCOTT

“Difíceis de domar”:

Promoção legal popular na experiência do Grupo Mulher Maravilha

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Antropologia do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, na Linha de Pesquisa Família, Gênero e Saúde, na área de concentração Antropologia, para obtenção do título de Doutor(a) em Antropologia.

Aprovada em: 28/09/2022.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Marion Teodósio de Quadros
PPGA/UFPE – Orientadora

Profa. Dra Fabiana Maizza.
PPGA/UFPE – Examinadora interna

Prof. Dra Elisete Schwade
UFRN. – Examinadora externa

Profa. Dra Alinne de Lima Bonetti –
UFRGS. – Examinadora externa

Profa Dra. Laís Oliveira Rodrigues
UFPE – Examinadora externa

RECIFE

2022

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, cabe dizer que se realiza através desta um sonho desde a adolescência de percorrer a estrada acadêmica e atingir o título de doutora. Foram seis anos de um doutorado frutífero, de muita aquisição e troca de conhecimentos, de idas e vindas nos caminhos percorridos pela pesquisa, em constante transformação até chegar à presente tese.

Muito embora o período de feitura deste trabalho tenha sido permeado por contratempos, tanto pessoais, quanto institucionais, por ocasião de greve, pela situação política do país, e pela pandemia que assolou desde 2020, é chegada a finalização deste trabalho não só para mim, como para diversos colegas, tendo passado por momentos de morosidade e de intensificação dos trabalhos até atingir um sentimento de gratidão e autoestima renovada de ter conseguido chegar até aqui.

Nesta caminhada, foram diversos os apoios recebidos e cabe aqui agradecer dando destaque a alguns, reconhecendo a existência de outros incentivadores mais silenciosos ou observadores de longe que eu possivelmente deixarei de citar.

À família, tanto meus pais quanto minha irmã e irmão (*in memoriam*), primeiro por me proporcionarem um ambiente familiar especial e sensível, pela presença do sempre incluído Henrique Scott; por acompanharem meu processo de dedicação ao doutorado, que para além dos momentos de intensa pesquisa foi também permeado por contratempos e momentos de travas. Por me reprimirem quando necessário, por me incentivarem, inclusive financeiramente, para a feitura desta tese. Foram alertas, conversas sérias, estímulos, leituras críticas, que me fizeram poder superar meus obstáculos internos que durante um tempo me faziam, ao pensar neste trabalho, arrumar algum tipo de fuga e a cama se tornar mais interessante, enquanto ficava remoendo com peso na consciência. Parry Scott, Zênia Scott e Catarina Scott, vocês me estimularam a chegar até aqui!

Às primeiras professoras de disciplinas do doutorado, que me ofereceram olhares e literatura para trabalhar as minhas Promotoras Legais Populares quando a pesquisa ainda estava bem incipiente. Agradeço a Roberta Campos, a Ana Cláudia Rodrigues e a Lady Selma Albernaz pelos *insights.*

À ONG Themis, em Porto Alegre, onde fiz um primeiro contato sobre a origem das PLPs. À Secretaria da Mulher do Governo do estado de Pernambuco, nas pessoas de Cristina Buarque, Lucidalva Nascimento e Cristina Camarotti, dentre

outras(os) colegas, que me permitiram através da oportunidade de trabalho como assessora de gênero, despertar o interesse para a existência e atuação das PLPs, envolvendo-me em projetos que as beneficiavam.

Ao Grupo Mulher Maravilha (GMM), na pessoa de Lourdes Luna, que me abriu as portas para pesquisar, mas também para fazer parte do Grupo como associada, fornecendo-me documentos, contando com trocas profícuas, ao ser convidada para eventos e inclusive viagens, levando-me à convivência com Promotoras Legais Populares. A toda a equipe GMM e em especial às protagonistas entrevistadas.

A minha orientadora, Marion Quadros, pelos incentivos desde antes da entrada no doutorado, ao me perguntar se eu estava mesmo preparada, num tom de desafio ao mesmo tempo em que estava topando caso eu passasse. E desse incentivo consegui passar em terceiro lugar, um orgulho e um afago à autoestima. Agradeço pelas leituras cuidadosas, pelas críticas ao estilo das minhas entrevistas, pelo respeito às minhas ausências. A sensação que me dá é de que realmente acreditou em mim para me soltar assim, uma confiança de que eu entregaria resultados. É, uma hora tinha que engrenar!

A Lindsay McLean, que me recepcionou na Universidade de Sussex, em Brighton, na Inglaterra, por ocasião do doutorado sanduíche, a qual me ofereceu diversas sugestões de literatura sobre empoderamento de mulheres, e que leu parte incipiente deste trabalho, oferecendo críticas e sugestões, muito obrigada!

Agradeço à amiga Débora Priscila, que mesmo de longe e tendo estudado antropologia das missões diz se orgulhar de mim e me incentivou por mensagens. À amiga Daniela Raposo, por me fornecer palavras de apoio e inclusive técnicas para lidar com a frustração, estabelecendo metas antes de se entregar. À amiga Isabele Muniz, companheira de estudos durante nossos mestrados, uma acompanhando a trajetória acadêmica da outra, compartilhando de segredos e experiências únicas juntas, pelo apoio e por me fazer acreditar que sou capaz. A Rodrigo Reis, amigo auditor do Tribunal de Contas do Estado, que certa vez me ligou insistindo que eu precisava terminar esta tese, pois segundo seus trabalhos ele via muita gente ter que devolver toda a bolsa por não ter finalizado. Alerta dado, guinada dada. Ao amigo Eder Deodato, contemporâneo do mestrado e com quem divido a profissão paralela de ser professora de inglês, por sempre perguntar e incentivar o meu profissional uma vez que precisava e continuo precisando me sustentar. A Jorge Farias, pelas profícuas discussões sobre autores e incentivo ao meu crescimento acadêmico.

À amiga sempre presente em conversas diárias, Emília Rangel, pela atenção e por me manter na noção de que não estava afastada de todos pois ela estava ali e por me proporcionar momentos de lazer em sua companhia e de sua família em meio à pandemia. A Diego Rodrigues, presente nos últimos anos, pelo incentivo, palavras de apoio e vibrações a cada conquista.

Por fim, convém agradecer à CAPES, financiadora de quatro dos seis anos que levaram esta pesquisa.

Ser Promotora é...
Agir por um mundo melhor Com as lições aprendidas aqui Entender que não se vive só Dando tudo um pouquinho de si
É bonito ver essas mulheres Lutando por seus direitos Procurando vencer cada dia As diferenças e o preconceito Somos brancas, mestiças, mulatas Negras e amarelas na cor
Ser Promotora é de tudo um pouquinho É lutar em defesa do amor Somos Promotoras inteligentes Mulheres simples do povo Defensoras dos Direitos Humanos Agentes de um mundo novo
Na luta contra a violência Que atinge nas crianças a inocência Violando seus direitos mais nobres Tirando delas toda a sua essência
Somos todas Promotoras, Que viemos transformar, As nossas comunidades e as mulheres ajudar Aquelas que mais precisam A sua vida mudar.
Somos todas companheiras Em terras alheias lutando Pelos mesmos ideais Tecendo uma grande teia Ser promotora é sentir A grande responsabilidade De poder contribuir Com essa sociedade
Promovendo a nossa gente, um país independente Onde reine a igualdade. Se empoderar dos direitos É a sua obrigação Pra levar sua mensagem A uma população Vítima da ignorância, Depositando a esperança
Sendo doutora pé no chão. Hoje termina uma etapa De uma vida de luta Agora é partir sem culpa sem medo da vida bruta.
(LIMA, Claudinete de; LEVINO, Helena, MARIA Wilma; BARROS, Gildete *apud* GMM, 2006, p.1-2)[1]

[1] Poesia criada pelas Promotoras Legais Populares sertanejas no encerramento do Curso de Formação pelo Grupo Mulher Maravilha no Sertão do Pajeú em 2006.

RESUMO

A presente tese fala de mulheres difíceis de domar, uma vez que se formam como Promotoras Legais Populares (PLPs) em cursos oferecidos pela Organização não-Governamental Grupo Mulher Maravilha (GMM). Para tanto, explora noções feministas sobre empoderamento enquanto processo e não como meros mensuráveis resultados. Faz um levantamento sobre as origens das paralegais ao redor do mundo desde os anos 1950. Analisa como as PLPs podem ser consideradas movimento social e atuam no combate à violência contra a mulher e na modificação de uma sociedade heteronormativa e patriarcal. Problematiza como o termo “legal popular” as torna conhecedoras dos direitos e ao mesmo tempo atuantes em bairros populares, combatendo também a pobreza. Debruça-se na história do GMM e mostra como atuou na defesa dos direitos humanos e na capacitação de mulheres para a modificação da sociedade, lançando um olhar específico sobre sua liderança e importância enquanto grande influenciadora de suas ações. A partir das falas das próprias mulheres entrevistadas, chegamos à conclusão de que elas são difíceis de domar, por, a princípio, quatro motivos: possuírem uma rede que as apoia, saberem construir sua vida particular, terem um posicionamento político bem resolvido, e saberem tornar outras mulheres também difíceis de domar. Para tanto, analisa-se que passam por dilemas éticos e morais em sua atuação, numa antropologia das moralidades e que leva a uma ética do cuidar.

Palavras-chave: Promotoras Legais Populares; Grupo Mulher Maravilha. antropologia; gênero; violência contra a mulher.

ABSTRACT

The present thesis talks about women who are difficult to tame, since they are trained as Popular Legal Promoters (PLPs) in courses offered by the non-governmental organization Grupo Mulher Maravilha (GMM). To do so, it explores feminist notions of empowerment as a process and not as mere measurable results. It makes a search of the origins of paralegals around the world since the 1950s. It analyzes how PLPs can be considered a social movement and act in the fight against violence against women and in the modification of a heteronormative and patriarchal society. It discusses how the term “popular legal” makes them aware of their rights and at the same time active in popular neighborhoods, also fighting poverty. It explores the history of GMM and shows how it acted in the defense of human rights and in the empowerment of women to change society, taking a specific look at its leadership and importance as a great influencer of their actions. From the statements of the women interviewed, we came to the conclusion that they are difficult to tame for four reasons: they have a network that supports them, they know how to build their private life, they have a well-resolved political position, and they know how to make other women also difficult to tame. Therefore, it is analyzed that they go through ethical and moral dilemmas in their performance, in an anthropology of moralities which takes them to an ethics of care.

Keywords: Popular Legal Promoters; Grupo Mulher Maravilha; anthropology. gender; violence against women.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Certificado emitido pelo GMM.....27
Figura 2 – A Borboleta *CapDev*.....28
Figura 3 – O espiral do empoderamento 29
Quadro 1 – Algumas protagonistas entrevistadas 42
Figura 4 – Banner informativo sobre PLPs.....47
Figura 5 – Entrada da sede do Grupo Mulher Maravilha.....62
Figura 6 – PLPs em reunião circular.....63
Figura 7 – Cartazes e revistas no chão.....64
Figura 8 – Celebração de aniversário do Grupo Mulher Maravilha.....65
Figura 9 – - Cartaz alusivo à fundação e propósito do GMM.....66
Figura 10 – Perfil da co-fundadora do GMM.....70
Figura 11 – PLPs após reunião.....74
Figura 12 – PLPs formadas na turma de 2017.....80
Figura 13 – Marineide ostenta feliz seu certificado.....86
Figura 14 – Homenagem ao GMM na Câmara dos Deputados.....105
Figura 15 – PLPs reunidas em frente à Câmara dos Deputados.....106
Figura 16 – Materiais dispostos no chão.....126
Figura 17 – Roda de diálogos das PLPs.....127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de ONGs
ALEPE	Assembleia Legislativa de Pernambuco
AMHOR	Articulação e Movimento Homossexual do Recife
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER-PE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco
FDCA	Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente
FEPEAL	Federação de Apoio às Instituições Sociais e Escolas Alternativas
GMM	Grupo Mulher Maravilha
MNDH	Encontro Nacional do Movimento Nacional de Direitos Humanos
MTC	Movimento de Trabalhadores Cristãos
NEN	Núcleo de Estudos Negros
ONG	Organização não-Governamental
PCR	Partido Comunista Revolucionário
PLPs	Promotoras Legais Populares
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PT	Partido dos Trabalhadores
SIM	Serviço de Informação à Mulher
UMSP	União de Mulheres de São Paulo
UNIPRED	Unidade Policial contra as Discriminações

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 13

2 NOTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS..... 22

2.1 EMPODERAMENTO: UM CONCEITO FUNDAÇÃO PARA AS PLPS..... 23

2.2 UMA PESQUISA ENGAJADA FEMINISTA DE CUNHO ANTROPOLÓGICO.... 30

2.3 INSERÇÃO NO CAMPO..... 38

3 MOBILIZAÇÕES NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER..... 45

3.1 PROMOÇÃO LEGAL POPULAR HISTORICAMENTE AO REDOR DO MUNDO..... 53

3.2 GRUPO MULHER MARAVILHA, LIDERANÇA E PLPS EM MOVIMENTO..... 58

3.3 OS CURSOS DO GRUPO MULHER MARAVILHA..... 77

3.4 A INSERÇÃO DAS PLPS EM BAIRROS POPULARES..... 86

4 "DIFÍCEIS DE DOMAR"..... 92

4.1 PROTAGONISMO E SUPERAÇÃO DE OBSTÁCULOS 93

4.2 REDE QUE AS APOIA..... 99

4.3 ATUAÇÃO POLÍTICA..... 103

4.4 TORNANDO OUTRAS MULHERES "DIFÍCEIS DE DOMAR"..... 108

5 TRAJETÓRIAS DE VIDA E ATUAÇÃO..... 121

5.1 DILEMAS MORAIS E ÉTICOS EM SER UMA PLP 121

5.2 PERCALÇOS NO CAMINHO: PROTAGONISMO COMO?..... 123

5.3 ANTROPOLOGIZANDO MORALIDADES NA ETNOGRAFIA DE PLPS..... 126

5.4 A ÉTICA DO CUIDAR..... 131

6 CONSIDERAÇÕES..... 135

REFERÊNCIAS..... 140

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS..... 148
ANEXO A – ATA DE CONSTITUIÇÃO DA ARTICULAÇÃO DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES-PLPs – PE..... 149
ANEXO B – CRIAÇÂO DA REDE DE PLPs..... 152
ANEXO C – CARTA DE PRINCÍPIOS..... 154
ANEXO D – PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO..... 158

1 INTRODUÇÃO

02 de setembro de 2017. Manhã de reunião com Promotoras Legais Populares formadas no mais recente curso e em que se formava a Articulação de Promotoras Legais Populares na sede do Grupo Mulher Maravilha (GMM), em Nova Descoberta. Estão presentes Marize, técnica de laboratório, Marineide, assistente social e Alice, agente comunitária de saúde, entre outras. Logo Marineide é indicada por Lourdes Luna, fundadora do grupo e assistente social, para secretariar a reunião. São justificadas as ausências de algumas PLPs formadas, uma tomando conta da outra, se informando sobre os seus motivos pessoais, num ato de cuidado umas com as outras. Já na abertura, uma mística de relaxamento em que as presentes são convidadas a se cumprimentar e se abraçar, num ato de acolhimento. Dispostas em posição circular estão as cadeiras nas quais se sentam, e a partir daí lhes é dada a voz. Cada uma tem um olhar diferenciado sobre sua atuação. Uma levanta a questão da mulher idosa e das pessoas com deficiência. Outra atenta mais para as questões de saúde e de acompanhamento aos serviços e como em seu território de atuação é possível interferir em situações delicadas.

Em seguida, passam a discutir uma pauta do que seria o papel de uma PLP e encaminhamentos, tais como: :1. Participação da Articulação das PLPs, com faixas e cartazes no ato dia 07 de setembro 23º Grito das Pessoas Excluidas, que naquele ano chegava com o lema: “Por Direitos e Democracia, a Luta é Todo Dia!”; 2. Criação de um instrumento de registro das ações das PLPs para ajudar a dar visibilidade ao que se vai fazer, no enfrentamento à violência de gênero, na luta pela volta ao Estado Democrático de Direito; 3. Passeio: procurar conseguir de uma empresa um ônibus gratuito para realizar o passeio do grupo, preferencialmente em novembro; 4. planejar a elaboração do projeto político pedagógico para nortear os próximos cursos de formação de PLPs. Na reunião, foram entregues os certificados e foi também lida e aprovada uma Carta de Princípios para as PLPs e eleita uma comissão para encaminhamentos.

O momento político era de tensão na expectativa de um golpe ainda maior, pois já havia sido deposta a primeira presidenta eleita democraticamente do Brasil, Dilma Rousseff, e assumido o comando do país o seu vice, Michel Temer. Por isso a menção à luta pela volta a um estado democrático de direito e não só a atuação no combate à violência contra a mulher. Não obstante, no ano de 2018, foi eleito presidente Jair

Bolsonaro, depois de uma campanha apelativa, em que fazia referência à defesa das armas de fogo, e em que não compareceu aos debates. O que sucedeu depois de sua posse foi a subtração de ministérios, dentre eles a conquistada anteriormente Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, que garantiu a afirmação da Lei Maria da Penha e ampliou serviços de atendimento as mulheres.

É nesse contexto de desmonte que essas PLPs se reúnem e atuam, reivindicando direitos e lutando no combate à violência contra a mulher, fazendo papel também de multiplicadoras de informações nas suas comunidades, ao serem ouvidas suas vozes. Tais mulheres chamam a atenção de alguns pesquisadores, mais precisamente pesquisadoras, desde os primeiros cursos oferecidos em idos de 1993, quando o projeto PLPs chegou ao Brasil e começou a ser difundido.

As discussões nesses estudos sobre estas mulheres levantaram questões como “sujeito posicionado”, sua “reputação”, sujeitos coletivos de direito, os cursos enquanto educação de jovens e adultos, como elas têm um trato de “camaradagem”, a questão da educação jurídica, a problematização do termo legal popular”, sua “experiência total de vida”, e como possuem um capital de notoriedade. A presente pesquisa procura explorar empoderamento como um processo subjetivo e relacional, seu protagonismo e suas próprias noções de empoderamento a partir de suas próprias concepções e influência na vida de outras mulheres. Levamos em conta estudos anteriores, para nos aprofundar na vida de mulheres formadas por uma ONG em específico, mergulhando nesta experiência e nas consequências na atuação das PLPs.

A primeira vez que soube da existência de PLPs foi em 2009, quando trabalhava na Secretaria da Mulher do governo do Estado de Pernambuco e participei da formação de formadores para o projeto Mulheres da Paz, que continha um módulo sobre PLPs. Durante 2010, pude acompanhar algumas aulas e ver como elas interagiam no curso e como os professores atuavam. Com o meu interesse e conhecimento, quis saber mais sobre estas mulheres, escrevendo um projeto e por ocasião da seleção para o doutorado, em 2015, consegui uma listagem trabalhada no formato excel das 1100 mulheres formadas, divididas por bairros, o que passou a ser um trunfo inicialmente, pela oportunidade que eu supunha me proporcionar. No entanto, dada a distância no tempo após formadas, muitos dos contatos foram frustrados, as pessoas haviam trocado de telefone, de endereço, até que consegui uma entrevista. Mas não passou daí. O relato foi de dispersão, apesar de uma

mudança de visão em sua atuação particular e profissional. Compartilhando as minhas dificuldades de entrar em campo com a ex-colega da SecMulher Ridete Columbino, esta me informou que acabava de se formar uma nova turma de PLPs através do GMM e me passou o contato de sua fundadora.

As PLPs dos cursos do GMM me foram introduzidas por Lourdes Luna na data citada, após contato telefônico dias antes e demonstração de interesse nas PLPs e apresentação do meu projeto de pesquisa. A partir daí, foram profícuos encontros e conversas, até a realização de entrevistas com algumas PLPs mais dispostas, sempre orgulhosas de ter o que falar. Ficou evidente que as conversas informais formariam a base para minha compreensão e vivência com elas. As entrevistas eram uma valiosa contribuição adicional, ajudando a sistematizar, mas a sinceridade da conversa informal sempre se mostrou bastante reveladora.

Não obstante, o meu interesse pela temática de gênero vem lá de trás, quando ainda estava sendo letrada. Exponho um pouco dessa trajetória para explanar como percorri caminhos diferentes na área, chegando até as PLPs e mostrando como foram os primeiros contatos, para então explanar sobre a estrutura deste trabalho.

As desigualdades de gênero e a necessidade de empoderamento feminino já me chamavam a atenção desde criança, quando começava a escrever. Escrevi certa vez um bilhete para minha mãe dizendo que ela tinha que aprender a dirigir e ter carro tal como o meu pai, desejando uma maior independência sua. Na adolescência, lancei o olhar para as diferenças de criação entre meninos e meninas, como aos rapazes era dada mais liberdade. No início da universidade, tive a oportunidade de ver uma palestra de Heleieth Saffiotti, e suas incisivas ideias sobre o poder do macho, além de sua militância no combate à violência contra a mulher. Isso me levou a um profundo questionamento do patriarcado e do androcentrismo.

Ainda durante a graduação em Comunicação Social, como bolsista de iniciação científica, lancei o olhar para como as mulheres eram tratadas de maneiras diferentes em sessões de um jornal local (Jornal do Commercio). Na coluna Mulher, elas eram restritas ao mundo doméstico e era comum a utilização do imperativo para endereça-las, o que, ao meu ver, tinha uma relação com a parte Cidades, onde eram relatados os crimes contra a mulher oriundos de seus parceiros. Uma subjugação que começava de forma leve, sendo naturalizada, até chegar ao extremo dos incidentes de violência contra a mulher.

No mestrado em Antropologia pela UFPB, intrigada sobre como músicas poderiam influenciar comportamentos e especificamente em músicas de forró objetificando a mulher sexualmente, analisei dois álbuns do cantor Wesley Safadão, para concluir sobre uma cultura jovem e líquida, tal como descreve Bauman, de uma sequência cíclica do “curtir”, “pegar” e “largar” retratadas pelas músicas, envolvendo uma cultura da bebida (mostrando também um protagonismo feminino), uma lamentação sobre traições, e as constantes ficadas nas baladas, com um toque de gênero na análise.

Anteriormente, trabalhando na Secretaria da Mulher do estado de Pernambuco, pude conhecer o projeto Promotoras Legais Populares (PLPs), sobre mulheres que se capacitam para conhecer os seus direitos e o acesso à justiça e multiplicam conhecimentos acerca do combate à violência contra a mulher, muitas vezes aconselhando e acompanhando outras mulheres em visitas a órgãos competentes. Essas mulheres se tornam referência em suas comunidades, sendo acessadas para aconselhamento e direcionamento em casos de violência conjugal, por exemplo. Estão também aptas a dar palestras e promover debates em instituições como escolas e em manifestos públicos pelo fim da violência contra a mulher.

Via de regra, a formação é oferecida por ONGs, advinda de uma iniciativa que começou em 1993, pela ONG Themis, em Porto Alegre, e que foi se espalhando por outros estados do Brasil. Em Pernambuco, a ONG Grupo Mulher Maravilha acompanhou a iniciativa desde o início, tornando-se referência na formação de PLPs, sendo indicada como tal, por exemplo, pelo Centro das Mulheres do Cabo, reconhecida ONG que chegou a formar PLPs no início de sua chegada ao estado e que construiu uma reputação bastante positiva na sua atuação feminista na Zona da Mata.

A partir de 2017, tendo estado no doutorado desde 2016, e sendo pouco feliz nos contatos com as mulheres que tinham feito o curso oferecido pela Secretaria da Mulher sob o título de Mulheres da Paz, uma vez que já se encontravam bem dispersas, entrei em contato com o Grupo Mulher Maravilha através da pessoa de Lourdes Luna, fundadora, e a partir de então foram muitas trocas. Levei ela ao conhecimento do meu projeto de pesquisa e fui convidada a participar da reunião de formação da Articulação de PLPs de Pernambuco. Era também o dia de entrega dos certificados do curso.

A partir dali, passei a estar presente em reuniões do Grupo, como assembleias, manifestos, homenagem na câmara dos deputados, lançamento de candidaturas, chegando a me associar à ONG. A minha rotina chegou a se organizar em torno das atividades do campo e as oportunidades de interação.

Fiquei em estreito contato, o que me levou a ser chamada para uma carreata a Afogados da Ingazeira, em junho de 2018, viagem esta no intuito de fortalecer o espaço para que ele não fechasse as portas. Foi quando tive contato com as PLPs formadas no sertão, e pude entrevistá-las informalmente nos espaços de tempo entre atividades, mais especificamente na cozinha da sede. Estas entrevistas foram transcritas à mão, uma vez que não estava munida de gravador neste momento. Mas foram frutíferas e foi inclusive de uma delas que saiu o título para esta tese, o “difíceis de domar”.

Neste contato próximo com o GMM e com Lourdes, numa cumplicidade engajada, pude também atuar fazendo relatorias, contribuições em diferentes redações, oportunamente, e contribuição na revisão do projeto político pedagógico das PLPs, tomar a fala em algumas reuniões e inclusive gravar um vídeo para que pudesse mostrar as PLPs na ocasião do meu doutorado sanduíche na Inglaterra. Tal aproximação me proporcionou acesso a relatórios de cursos de PLPs, dentre outros documentos, que, somados a uma revisão de literatura me estimularam a escrever sobre as PLPs e aprofundar sobre a metodologia dos cursos.

Aos poucos, e em detrimento de uma lista de nomes de companheiras que topariam participar da pesquisa, ou seja, ser entrevistadas, obtida através da inclusão dos nomes por elas mesmas em minha caderneta, durante uma das inúmeras reuniões, após alguns contatos telefônicos e tentativas de marcar encontros, terminei por realizar entrevistas com aquelas com quem voltava a me encontrar nos eventos. Tais entrevistas agora eram gravadas e aconteciam em locais escolhidos por elas. Houve entrevistas na sede do GMM, no comitê do Partido dos Trabalhadores, na Upinha de Nova Descoberta, de acordo com a conveniência das entrevistadas. Era, então, finalmente, a realização de um acompanhamento idealizado muitos anos antes.

Explicando em pormenores, como fundamentação para o interesse em problematizar a atuação de PLPs, cabe dizer que, desde 2009, quando cheguei à Secretaria da Mulher do Governo do Estado de Pernambuco, como assessora na área de prevenção à violência contra a mulher, logo tomei conhecimento de um projeto

chamado “Promotoras Legais Populares (PLPs)”,o qual ficava na gaveta suspensa, aguçando-me a curiosidade.

No entanto, não demorou para que esse projeto saísse da gaveta, visto que foi realizado o 1º Seminário Estadual de PLPs, no dia 30 de abril de 2009, sob a responsabilidade da então coordenadora de projetos, em um hotel em Boa Viagem. O termo PLP é usado em diferentes países e significa mulheres que trabalham a favor dos segmentos populares com legitimidade e justiça no enfrentamento à discriminação, podendo orientar e promover o acesso de outras mulheres à justiça. O projeto é uma experiência consolidada em países como a Argentina, o Peru e o Chile. No Brasil, foi implementado, primeiramente, em Porto Alegre, trazido pela ONG Themis[3] Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, em 1993 (Secretaria da Mulher de Pernambuco, 2010).

No referido seminário foi realizado um resgate histórico do trabalho de formação em PLPs no Estado de Pernambuco, executado por algumas ONGs como o Centro das Mulheres do Cabo, a Casa Menina Mulher, o Grupo Mulher Maravilha, entre outras, além disso, houve um momento destinado à reflexão do verdadeiro papel das PLPs, findando o encontro com a construção de um planejamento que apontava para a criação de uma rede. Não sabia, mas o meu envolvimento com o projeto se tornaria cada vez mais intenso ao longo dos anos seguintes.

As ações de formação voltadas ao gênero foram expandidas, e dentre as diversas atividades, atuei, já como assessora do Núcleo de Formação em Gênero, no curso que formou cerca de 60 universitárias(os)[4] facilitadoras(es) para as PLPs[5].Nesse momento, os universitários puderam entrar em ação ministrando aulas para mulheres de comunidades que viriam a ser certificadas como Promotoras Legais Populares. Eu me senti protagonista e mais fortalecida (porque não dizer empoderada?) tendo em vista a experiência prévia como professora, com as noções de pedagogia, ao habilitar esses universitários e universitárias a dar aulas, a capacitar

[3]Em contato direto com uma PLP, fui informada de que a União de Mulheres de São Paulo (UMB/SP) estava também envolvida neste processo.

[4]Provenientes dos cursos de Direito, Serviço Social e Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

[5]Realizei, também, uma reciclagem do curso, junto com a pedagoga Cristina Camarotti, em que retomamos todo o conteúdo fizemos banca tríplice (com mais uma pedagoga da SecMulher) para avaliar a questão didática e selecionar os melhores candidatos, todos já com certificado de conclusão do curso em Gênero oferecido pela Secretaria da Mulher durante os finais de semana.

outras pessoas e as mulheres que viriam a participar do Projeto de capacitação Mulheres da Paz.

Ainda em 2009, a Secretaria da Mulher de Pernambuco ofereceu o curso para 1.100 mulheres na Região Metropolitana do Recife (RMR), distribuídas entre Recife (690), Jaboatão (140) e Olinda (270), atingindo os 11 bairros considerados com o maior índice de violência pelo Ministério da Justiça. Com a capacitação, as mulheres se tornaram PLPs, Mulheres da Paz e Educadoras Sociais. Elas obtiveram três certificados com as três nomenclaturas. Sendo 1.100 mulheres distribuídas em 36 turmas, que tiveram 210 horas de formação teórica, além de 240 horas de vivência prática. O curso de formação abordou temas importantes como: políticas públicas, violência doméstica (Lei Maria da Penha), violência urbana, saúde, documentação, cidadania, direitos sexuais e acesso à rede de serviços públicos. Foi um ano de trabalho intenso com a participação de onze bairros: Santo Amaro, Joana Bezerra, Imbiribeira, Iputinga, Água Fria, Nova Descoberta, Campo Grande, Rio Doce, Peixinhos, Águas Compridas e Prazeres (Secretaria da Mulher de Pernambuco, 2010).

Eram mulheres diversas, cerca de 30 delas por turma e com idade média de 40 anos, algumas levavam seus filhos para a aula. O fato de receberem uma bolsa também era um atrativo. Nas aulas, os universitários munidos de seus *slides* explicitavam sobre gênero, ciclo de violência, Lei Maria da Penha, entre outros assuntos, e as turmas não eram silenciosas, elas interagiam, debatiam, mostravam interesse pelo tema, protagonismo útil para o papel que desempenha uma PLP.

A capacitação permite a apropriação dos conhecimentos teóricos e práticos sobre as leis, o direito e o aparato da justiça, buscando também desenvolver nas mulheres uma consciência crítica em relação a conteúdos que possam prejudicara igualdade de direitos entre homens e mulheres. As PLPs aprendem quais são os direitos juridicamente assegurados e reconhecem as situações nas quais ocorre a violação dos mecanismos jurídicos de reparação.

O aprendizado adquirido no curso de PLPs é conhecido como “*legal literacy*”, que seria o “processo de adquirir consciência crítica sobre direitos e leis, a habilidade de afirmar direitos e a capacidade de mobilizar para mudança” (Schuler, Kadirgamar-Rajasingham, 1992 p. 47 *apud* Ricoldi, 2011, p. 19).

Essas mulheres estão aptas a realizar visitas domiciliares orientando as comunidades e as famílias em relação ao acesso à justiça, às políticas públicas e ao

enfrentamento da violência. Elas também realizam rodas de diálogo, palestras em escolas, trabalhos de prevenção e campanhas contra a violência dentro de escolas.

Dentro desse processo, destaco aqui três pontos que é possível perceber em relação às PLPs: 1) Elas já se destacavam em suas comunidades mesmo antes do curso e tinham uma trajetória de vida doméstica, uma passagem de gerações que abrange perfis, fases de vida, tipos de convivências em suas vidas familiares, com destaque para as relações de gênero, bem como já possuíam inserção no bairro e destacavam-se, dado que entravam em contato com instituições dos mais diversos níveis de inserção e realizavam atividades produtivas; 2) Tiveram suas experiências moldadas por programas de governo, o que criou novos espaços de empoderamento e de agência, sendo visível em suas relações com os capacitadores(as), com seus contatos com outras instituições, com a criação de novos contatos e com a formação de redes, além disso, esses contatos possibilitaram um desvio/complementação de questões que tangem o feminismo, ampliando, assim, para o combate à criminalidade como um todo; 3) Passaram por diferentes experiências pós-capacitação, o que possivelmente intensificou no que diz respeito à agência e ao empoderamento, dando continuidade (ou descontinuando) as ações anteriores à capacitação, além de uma ampliação de suas esferas de atuação, organização e formação de redes em suas trajetórias de vida.

Dessa forma, ao seguir grupos de mulheres que foram qualificadas na área há alguns anos e perceber como esse treinamento resultou na exposição delas a situações de interesses contrastantes, algumas questões surgiram, como: Como essas promotoras populares usaram o que aprenderam no treinamento/curso? Quando elas se valem de conexões com diferentes atores para encontrar maneiras de resolver conflitos? É comum que pressões resultem em elas abandonarem seus trabalhos? Como outras maneiras de administrar conflitos diários afetaram suas decisões de agir, ou de não agir? Essas mulheres sentem que estão contribuindo para mudanças na sociedade? Quem elas veem como aliados firmes ou inimigos em suas práticas diárias? Como elas avaliam a continuação do apoio governamental e não-governamental para seu trabalho pós-treinamento? As perguntas são aparentemente intermináveis, mas é bastante claro que essas Promotoras Legais Populares têm um papel importante em um dos muitos nós na teia de relações que pode levar a uma sociedade mais segura.

Como resultado de toda esta jornada, apresentamos a presente tese sobre as Promotoras Legais Populares como mulheres “difíceis de domar”. Como elucidação inicial, traçamos os percursos teórico-metodológicos da presente pesquisa, no segundo capítulo, em que se explana sobre concepções de empoderamento, conceito fundante na atuação das PLPs, dissertamos acerca de pesquisa qualitativa, antropologia diferindo de mera etnografia, bem como sobre pesquisa engajada feminista, discutindo tensões e possibilidades entre Antropologia e Feminismo, questões que foram basilares durante a feitura da pesquisa. Além disso, apresenta-se como foi a inserção (paulatina) no campo, em seção dedicada a este fim.

Abordam-se, então, as bases, práticas e ideias de PLPs, permitindo uma mais plena compreensão sobre as mesmas no decorrer do texto. No capítulo 3, exploramos como mobilizações são atuantes no combate à violência contra a mulher, desde a história das PLPs espalhadas ao redor do mundo. Apresentamos, então, o Grupo Mulher Maravilha, contando um pouco de sua história, liderança, e atuação em linhas gerais, com especial atenção às suas atividades de formação de PLPs. Foi impossível fazer isso sem passar pela sua inserção em bairros populares, questionando e combatendo a pobreza, principalmente entre mulheres.

No quarto capítulo, “Difíceis de domar”, apresentamos e discutimos o conteúdo das entrevistas nas falas das mulheres capacitadas pelo GMM enquanto PLPs, em que relatam suas trajetórias de vida e revelam sobre sua atuação. Foi possível chegar à reflexão de que são "difíceis de domar” por quatro motivos. Elas têm: 1) uma vida pessoal marcada por experiências de superação de obstáculos patriarcais e protagonismo; 2) uma rede que as apoia; 3) um posicionamento político; e 4) a capacidade de tornar outras mulheres também “difíceis de domar”. Assim, elas agem de maneira mais consciente de seus direitos, sem aceitar passivamente opressões, numa capacidade de maior posicionamento em situações que passam em suas vidas.

Passamos a nos debruçar sobre suas trajetórias de vida, explorando, no capítulo 5, alguns dilemas morais e éticos que enfrentam na sua atuação, enfrentando por desafios em suas realidades e implicações cotidianas – o que tornou possível antropologizar sobre moralidades na etnografia dessas mulheres – descobrindo o cultivar e florescer de uma ética do cuidado entre as PLPs e no olhar para outras mulheres, enxergando a possibilidade de atuação junto às mais vulneráveis.

As considerações são esboçadas de maneira a compilar o que terá sido exposto ao final da leitura da presente tese, e não têm a pretensão de ser

consideradas finais, mas antes a contribuição de mais uma reflexão em meio aos demais estudos sobre as nossas protagonistas.

2 NOTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

O presente estudo é fruto da aplicação de diferentes técnicas de pesquisa e de envolvimento da pesquisadora com o tema e a atuação das Promotoras Legais Populares (PLPs) observadas e entrevistadas. Como bem se preza no campo da Antropologia, nasceu de uma vontade de etnografar essas mulheres, diante da possibilidade de contatar, em um primeiro momento, 1100 contatos, presentes em uma extensa planilha de excel, as quais haviam se formado pela Secretaria da Mulher do Governo do Estado de Pernambuco em idos de 2010. Após as primeiras tentativas de contato, logo o trabalho se mostrou árduo, a localização das mulheres dificultosa por números que não funcionavam mais, e conseguiu-se extrair uma entrevista, para descobrir que a identificação dessas mulheres, que tiveram apenas um módulo de 2 meses sobre promoção legal popular, era mais como Mulheres da Paz (projeto atrelado ao Pacto Pela Vida para a redução de crimes em comunidades), ou mesmo como Educadoras Sociais, como bem se via em notícias veiculadas à época, quando da cerimônia de entrega dos certificados.

Por este motivo, o objeto de estudo passou por um momento obscuro durante o doutorado, em que dúvidas pairavam sobre como realizar a pesquisa de campo com a qualidade que um estudo antropológico requer. Após uma pausa, e também tempo de dedicação ao cumprimento de créditos nas disciplinas do doutorado, passei a problematizar junto a antigas colegas de trabalho o meu interesse pelas PLPs e a frustração com a dificuldade de contato e dispersão das mesmas.

Foi então que fui direcionada, através de Ridete Columbino (*in memoriam*), a entrar em contato com o Grupo Mulher Maravilha (GMM), o qual havia acabado de formar uma turma, em 2017, e que representava a possibilidade de fazer um estudo de caso com um grupo mais coeso. A partir de então, em contato direto com a cofundadora da ONG, Lourdes Luna, as portas se abriram para o que se tornaria esta experiência de pesquisa, contando com presença em reuniões tanto da ONG como das PLPs; como na militância, em atos políticos como o Grito dos Excluídos em homenagem ao GMM na câmara dos deputados, dentre outras oportunidades de alertar para o combate à violência contra a mulher, contra o golpe de Estado; também

em viagem ao Sertão na qual se constatou a interiorização das ações do GMM no espaço Benvirá, e na qual também começaram a ser feitas as primeiras entrevistas, em Afogados da Ingazeira, de onde foi possível encontramos a expressão “difíceis de domar”, que intitula esta tese; como também acesso facilitado a documentos, relatórios internos e atas de reuniões, com acesso à história do GMM na formação de mulheres e crianças para a cidadania.

Como resultado de tal aproximação, desde o início, eis que surge a necessidade de analisar um termo muito incorporado nas falas das mulheres: empoderamento. O período do doutorado sanduíche, de setembro de 2018 a fevereiro de 2019, serviu para um mergulho em leituras a respeito do conceito, a partir de teorias internacionalizadas, apuradas na seção a seguir.

2.1 EMPODERAMENTO: UM CONCEITO FUNDAÇÃO PARA AS PLPS

Ao se falar nas PLPs, sempre acompanha a palavra empoderamento, mas a quê este termo se refere? Aqui não queremos oferecer uma conceituação do que seja empoderamento, mas antes demonstrar como ele é um processo e passa por diferentes acepções, tornando-se presente na vida das PLPs de maneiras variadas. Para tanto, exploraremos algumas discussões a respeito do termo, até chegar à realidade de que o empoderamento é bastante subjetivo e é vivido por cada uma dessas mulheres de maneira ímpar, sendo suas próprias palavras o mais importante para identificar seu empoderamento.

Exploraremos as diferentes formas de entender a questão do poder associado à noção de empoderamento, principalmente na literatura feminista de Eyben, Kabeer e Andrea Cornwall (2008); Cecilia Luttrell *et al* (2009); Andrea Cornwall e Jenny Edwards (2010); Cecilia Sardenberg (2009); Srilatha Batliwala (2010), a partir de argumentos contra a redução da ideia de empoderamento apenas numa prática/definição, procurando ver os conceitos nos quais o empoderamento ocorre como fundamentais na sua constituição. Também procuro mostrar a inseparabilidade de empoderamento individual e coletivo, sem deixar de ressaltar a agência proveniente da participação em ações que são protagonizadas. Insisto na multiplicidade de direções que o empoderamento pode tomar e levo em conta as questões mais associadas aos grupos específicos feministas na busca de direitos e a prática de promoção legal popular.

O termo empoderamento pôde ser visto primeiro nos Estados Unidos da América, relacionado aos movimentos de lutas negras e civis que influenciaram cada vez mais os afro-americanos na participação política e social (Calhours-Brown, 1998, p. 3 *apud* Luttrell *et. al.,* 2009). Desde então a questão do protagonismo participativo e da luta por causas de justiça social já estava presente.

Na década de 1990, a ideia de empoderamento foi associada à democratização da América Latina. Muita atenção tem sido dada ao empoderamento econômico, como podemos ver na afirmação de Rosalind Eyben, Naila Kabeer e Andrea Cornwall (2008), ao dizerem que “o empoderamento acontece quando indivíduos e grupos organizados são capazes de imaginar seu mundo de maneira diferente e realizar essa visão mudando as relações de poder que os mantêm na pobreza” (p. 03). Para além do empoderamento econômico, tal fenômeno deve ser visto como um processo multifacetado e subjetivo, tendo em vista que é um processo que muda a ideia de quem se é em relação às instituições sociais que moldam sua identidade, e, assim sendo, “o empoderamento deve ser apreciado como um caminho e não um edifício” (Eyben, Kabeer; Cornwall, 2008, p. 6).

As dimensões do empoderamento são sociais, econômicas e políticas e fazem uma distinção entre o "Poder interior" (autoestima, autoconhecimento, coragem para fazer coisas que nunca imaginavam ser capazes) e o "Poder com" (trabalhar ao lado de outras pessoas para reivindicar o que é delas por direito) (Eyben; Kabeer; Cornwall, 2008). Aqui vemos a importância da subjetividade e de uma mudança interior de perspectiva, de reconhecimento de quereres, que leva a uma capacidade maior de articulação com outras pessoas, revelado no poder de atingir objetivos *com* outras companheiras, no caminho à obtenção de direitos.

O empoderamento econômico é a “capacidade de mulheres e homens pobres de participar, contribuir e se beneficiar dos processos de crescimento em termos que reconhecem o valor de suas contribuições, respeitar sua dignidade e permitir negociar uma distribuição mais justa dos benefícios do crescimento” (Eyben; Kabeer; Cornwall, 2008, p. 9-10). Assim, estaria relacionado à capacidade de distribuir mais equitativamente os benefícios do crescimento econômico através da utilização do Poder com.

Cornwall e Edwards (2010) afirmam que as agências de desenvolvimento "cooptaram" a linguagem do empoderamento para fins instrumentais, dando ênfase à solução de problemas econômicos e da saída da pobreza. As autoras afirmam que:

> O empoderamento das mulheres é anunciado nos círculos de desenvolvimento de hoje como um meio que pode produzir fins extraordinários. As mulheres são enaltecidas como uma ‘arma contra a pobreza’ (DFID 2006: 1), seu empoderamento exaltado como a solução para uma série de problemas sociais e econômicos arraigados. Em resposta a esse turbilhão de excitação política, [o estudo deve] ser dedicado à exploração do significado de empoderamento no cotidiano das mulheres em diferentes situações e circunstâncias (Cornwall; Edwards, 2010, p.14).

É nas próprias palavras das PLPs que veremos suas noções de empoderamento e como elas incorporaram atitudes em seus cotidianos após a capacitação, uma vez que elas já tinham protagonismo nos espaços pelos quais circulam. Tal protagonismo inclui um aumento da capacidade de falar em público e uma noção mais assertiva de seu posicionamento político.

O empoderamento político seria “aumentar a equidade da representação nas instituições políticas e aumentar a voz dos menos vocais, para que eles possam se envolver na tomada de decisões que afetam a vida de outros como eles” (Luttrell *et al,* 2009, p.15). Então, o empoderamento social ou político seria um:

> processo pelo qual as pessoas pensam criticamente sobre suas próprias circunstâncias e possibilidades, desaprendem o condicionamento social anterior e veem as coisas de maneira diferente, tende a ser uma pré-condição para o tipo de ação coletiva que historicamente permitiu que grupos pobres e excluídos fizessem ouvir suas vozes, reformulando sua relação ao poder institucionalizado (Lutrell *et al*, 2009, p.16).

O poder institucionalizado, seja na ação do governo do Estado, através da atuação da Secretaria da Mulher ao promover a capacitação e articulação das mulheres, seja através da ONG Grupo Mulher Maravilha (GMM), oferece uma noção de rede que empodera as mulheres, por proporcionar uma base sólida de institucionalização de suas ações, além de um respaldo para suas atuações e uma noção de pertencimento a um grupo, o qual assina seus certificados de PLPs.

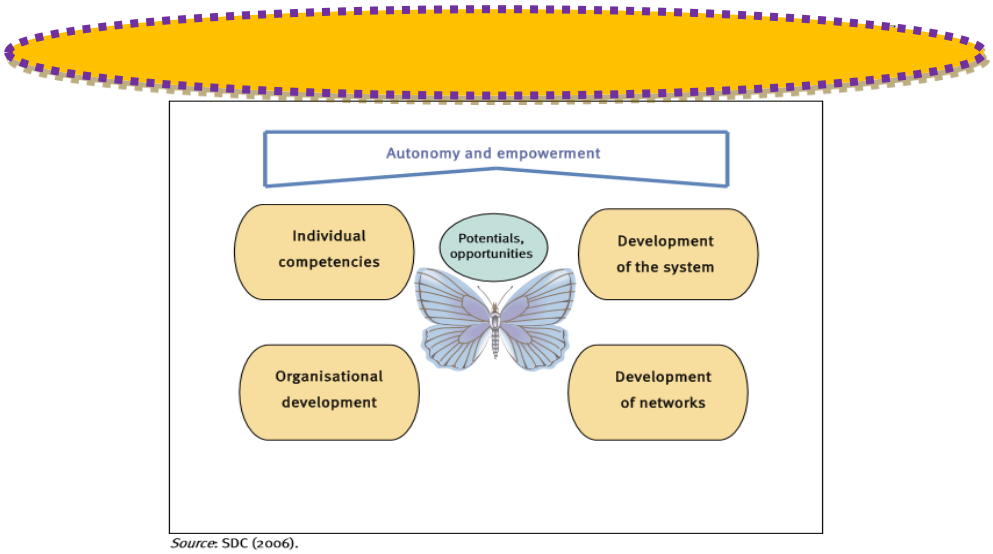
Figura 1 – Certificado emitido pelo GMM

Fonte: A autora (2017)

Tal certificado pode ser referido como plano de fundo para as suas participações nas comunidades, uma vez que o curso as levou a pensar criticamente suas realidades, valorizando suas vozes, sua habilidade de falar em público e o poder de influenciarem outras pessoas, orientando-as para uma capacidade de articulação que as leva a um poder de ação coletivo (poder com).

A borboleta *CapDev* (SDC, 2006 *apud* Luttrell *et. al.,* 2009, p. 7) mostra como, no caminho para a autonomia e o empoderamento, as potenciais oportunidades são cercadas, de um lado, por competências individuais e desenvolvimento organizacional, e do outro, pelo desenvolvimento de redes e do sistema:

Figura 2 – A Borboleta *CapDev*



Fonte: *The CapDev Butterfly* (SDC, 2006 *apud* Luttrell *et al*, 2009, p.7).

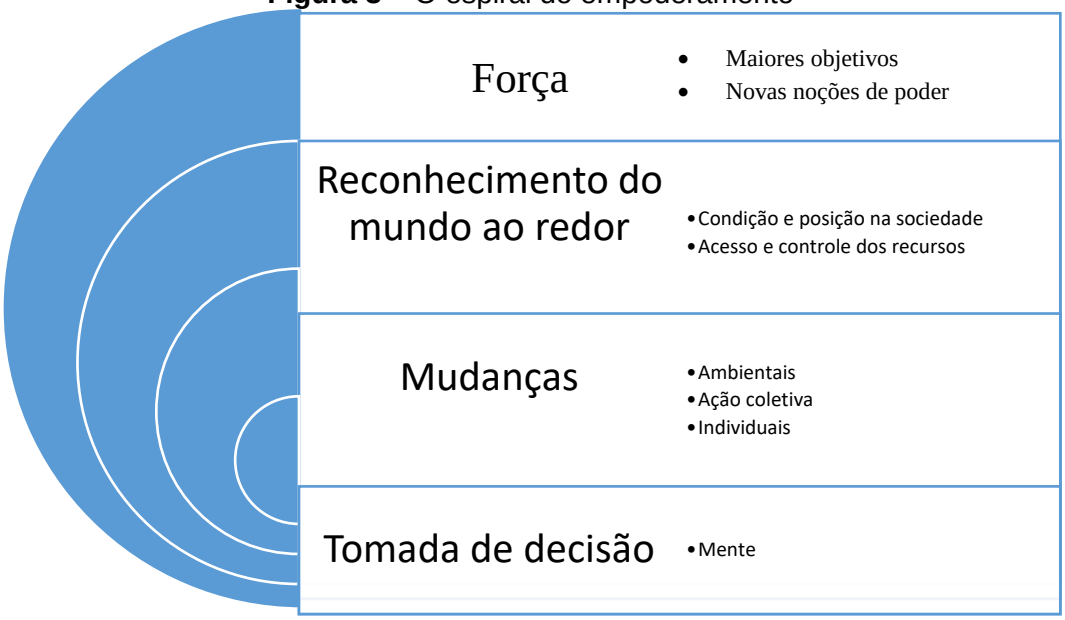
À vista disso, o empoderamento “relacional” se move entre o conceito de empoderamento individual e coletivo para incluir uma consideração de como os indivíduos (ou grupos) desenvolvem a capacidade de negociar e influenciam a natureza das relações com outras instituições (SDC, 2006 *apud* Luttrell *et. al.,* 2009).

No trabalho de Cecilia Sardenberg (2009), existe um amplo paralelo de discussão entre o que está envolvido no empoderamento liberal e o empoderamento libertador, de acordo com suas perspectivas e discussões ao comparar um ao outro. O empoderamento libertador reivindica a libertação e tem o foco no processo, enquanto o liberal tem o foco no resultado. Nesse sentido, o argumento é que o empoderamento libertador pode trazer mais liberdade de escolha se comparado ao liberal, que está ligado à economia e ao capitalismo. Segundo a autora, levando em conta, por exemplo, a sustentabilidade da família (bens e condições de vida), para que o empoderamento libertador ofereça diferentes caminhos à sobrevivência, então, o trabalho não pode ser considerado apenas as horas gastas dentro do "escritório", mas também o tempo gasto de deslocamento, que deve ser levado em consideração e remunerado, uma vez que, às vezes, uma hora de trabalho pode levar, na verdade, três horas a mais antes e três horas a mais depois e só então você pode fazer um lanche com o dinheiro pago por isso.

De acordo com as reflexões da autora, no final de seu artigo, em um pensamento feminista: os vínculos no processo de empoderamento da mulher têm descontinuidades no seguinte caminho: agência individual, ação coletiva, transformação da estrutura, sempre com o foco no objetivo de erradicação da dominação patriarcal (Sardenberg, 2009).

Com base nas ideias de Batliwala (2010), a seguinte figura ilustra o que são as relações de poder como um processo de desenvolvimento na tomada de decisões (poder dentro e poder para) para o mundo em torno da ação de reconhecimento, indo para uma força política crescente (poder com).

Figura 3 – O espiral do empoderamento



Fonte: A autora (2018).

Nesse sentido, o processo de empoderamento começaria dentro da mente do indivíduo, levando à tomada de decisão. A partir de então, seria possível agir no caminho das mudanças, sejam elas ambientais, coletivas ou mesmo individuais. Tais mudanças levariam ao reconhecimento do mundo ao redor, com a notoriedade da condição e posição na sociedade, bem como da capacidade de acesso e controle dos recursos. Disso resultaria uma maior força política, que se faz notar em novas noções de poder e na incorporação de objetivos maiores.

Para Batliwala (2010), como proposta final de seu estudo, deveríamos, em vez de reler Foulcault ou Gramsci, estar, na verdade:

> ouvindo as mulheres pobres e seus movimentos, ouvindo seus valores, princípios, articulações e ações, e tentando ouvir como elas estruturam sua busca pela justiça. A partir disso, suspeito, emergirá não apenas um novo discurso, mas novas estratégias que ainda não entraram em nossa imaginação política ou filosófica (Batliwala, 2010, p.120).

Na promoção legal popular, a busca por justiça toma formas subjetivas e é imprescindível se atentar para a própria definição de empoderamento dessas mulheres, em como ele é visto por elas em suas ações e percepções, lançando luz para suas próprias vozes. Creio que, assim, teremos uma noção melhor do que é empoderamento enquanto processo que promove o protagonismo dessas mulheres de grupos populares e de seus movimentos.

Naila Kabeer (1999) argumenta que há três dimensões de escolha, sendo elas: recursos (acesso e reivindicações futuras de recursos materiais, humanos e sociais), agência (processos de tomada de decisão, negociação, engano e manipulação) e realizações (bem-estar e resultados), portanto, pré-condições, processos e resultados.

Ela chama a atenção para a ideia de doxa de Pierre Bourdieu (1977), que são aspectos de tradição e cultura tão tomados como garantidos que se naturalizaram. Segundo a mesma:

> A passagem da doxa ao discurso, uma consciência mais crítica, só se torna possível quando modos competitivos de 'ser e fazer' se tornam disponíveis como possibilidades materiais e culturais, de modo que as proposições de cultura de 'senso comum' começam a perder seu caráter 'naturalizado', revelando a arbitrariedade subjacente à ordem social dada (Kabeer, 1999, p. 441).

Portanto, as estratégias de empoderamento dependem da solidariedade coletiva na arena pública, bem como da assertividade individual no privado. De forma metodológica, é necessário considerar os valores incorporados na agência e na escolha que refletem o contexto mais amplo. Naila Kabeer (1999) ressalta que existem contextos em que o *status* pode ser antitético ao empoderamento, criando agentes na transmissão da discriminação de gênero ao longo de gerações. A escolha precisa, então, ser vista em relação às condições de escolha, suas consequências e seu significado transformador.

Como visto, em outras palavras, o significado transformador que as estratégias de empoderamento trazem, dependem de uma solidariedade coletiva na arena pública e uma assertividade individual no privado, como bem fora acompanhado em nosso período junto às PLPs, o qual se estente até os dias atuais. As fundamentações metodológicas da inserção em campo referida em nossas primeiras linhas é discutida a seguir.

2.2 UMA PESQUISA ENGAJADA FEMINISTA DE CUNHO ANTROPOLÓGICO

Estávamos no “campo da ação”, numa pesquisa engajada feminista, munidas de diário de campo e de câmera para registro fotográfico, a fim de realizar uma etnografia que mais tarde se mostraria mais próxima a um estudo de caso, baseado em entrevistas que ocorreram por demanda espontânea ou a convite da pesquisadora. A partir de um roteiro de entrevista aberto e maleável (Apêndice)[9], precedido de uma breve ficha de identificação da PLP, as respostas foram escritas em caderno, gravadas no celular e transcritas, bem como através de transcrição de vídeo gravado pelo Google *meets*, ocorrendo as entrevistas no período de 2018 a 2021, com formandas de quatro cursos oferecidos pelo GMM, em 2005, 2006, 2017 e 2021, respectivamente.

Além de ter me tornado associada, ainda em 2018, o engajamento e a aproximação também se revelava, paralelamente, na participação em Grupos de *Whatsapp* criados por Lourdes Luna, para o contato entre associadxs e amigxs da ONG (Somos Tod@s Maravilha e Quem sabe faz a hora), bem como articulação da Rede de PLPs. Em tais grupos, é possível informar-se sobre os próximos atos e questões políticas em pauta, confirmar participação, e receber convocações para assembleias e outras oportunidades de troca de informações, o que foi fundamental especialmente em tempos de pandemia, em que os encontros presenciais se tornaram escassos.

A pesquisa de campo foi incrementada por um período de doutorado sanduíche na Universidade de Sussex, em Brighton, na Inglaterra, sob a supervisão da dra.

[9] O roteiro semi-estruturado de entrevista é considerado por mim aberto e maleável, uma vez que tomou por base a literatura e outros estudos sobre grupos de PLPs para formular um esboço (presente no Apêndice A), a partir do qual eram constantemente acrescidas perguntas, de acordo com a conveniência e necessidade de aprofundamentos, esclarecimentos, adaptando à situação demandada no momento da entrevista e respeitando fala da entrevistada.

Lindsay McLean, em que além de realizar o curso de mestrado *Gender, Violence and Peace*, foi possível me debruçar na literatura sobre empoderamento e em dossiês sobre paralegais ao redor do mundo, resultando em boa parte escrita do presente trabalho.

Flick (2013, p. 61) disserta acerca do processo da pesquisa na pesquisa qualitativa não padronizada, cujo objetivo seria “realizar pesquisa empírica para usar os dados e análises a fim de desenvolver uma teoria acerca da questão em estudo. Assim, a teoria não é um ponto de partida para a pesquisa, mas sim o resultado intencional do estudo” (idem, p.62). São as chamadas “descobertas” na pesquisa de campo, em que as pessoas são estudadas por sua relevância no contexto para posterior interpretação dos dados.

O autor (Flick, 2013, p. 65) atenta para os passos do processo da pesquisa não padronizada, passos estes reconhecidamente utilizados na realização do que veio a se tornar a presente tese. Procederam-se: “1) seleção de um problema de pesquisa; 2) busca sistemática na literatura; 3) formulação da questão de pesquisa; 4) desenvolvimento de um plano de projeto ou concepção da pesquisa; 5) selecionar os métodos apropriados; 6) acesso ao local de pesquisa; e 7) amostragem, coleta de dados, documentação dos dados, análise dos dados, comparação, amostragem...”, de maneira cíclica. E a presente pesquisa passou por diversas dessas fases, de maneira cíclica e não linear.

Partindo da metáfora do que acontece num estádio durante uma partida de futebol, Bauer e Gaskell (2002, p.17-18) identificam um “campo de ação”, um “campo de observação ingênua”, e “um campo de observação sistemática”, no qual dentro da análise da natureza tribal do acontecimento, uma descrição requer uma análise fria da situação. Tais observações são a problemática da pesquisa social. Podemos experimentar subjetivamente tal acontecimento, como os acontecimentos se relacionam às pessoas que os experienciam. A investigação da ação empírica exige a observação sistemática dos acontecimentos, técnicas de entrevista, e uma análise sistemática.

Tomou-se como princípio estratégico desta pesquisa a observação participante e o estudo de caso, com coleta de dados através de entrevistas, observação e busca de documentos (Bauer, Gaskell, 2002, p. 19), para a “construção de consenso e emancipação dos sujeitos do estudo”. Enquanto no estudo de caso se procedem às entrevistas individuais e a análise de dados é informal, numa etnografia haveria o

registro de sons para geração de dados e a análise de dados seria semiótica, retórica e do discurso. Frisando, concebe-se um “delineamento experimental, empregando entrevistas em profundidade para conseguir os dados” (idem, p.20). Em se tratando de uma de minoria étnica, empregam-se “questões abertas para análise qualitativa, e os resultados podem servir a interesses emancipatórios do grupo minoritário" (Bauer, Gaskell, p.20).

Fala-se sobre dados sociais, construídos através de processos de comunicação, cujos dados podem incluir texto, imagem e materiais sonoros. “Na pesquisa social, estamos interessados na maneira como as pessoas espontaneamente se expressam e falam sobre o que é importante para elas e como elas pensam sobre suas ações e as dos outros" (idem, 2002, p.21). As entrevistas presentes neste trabalho foram um convite à reflexão das PLPs e um importante espeço de fala emancipatória e sugestiva de melhorias para sua atuação, uma vez que “categorizar o presente e, às vezes, predizer futuras trajetórias é o objetivo de toda pesquisa social” (ibidem, p.22).

Os autores ainda apontam para um “discurso independente dos ‘padrões de boa prática’”, como base para a autocrítica, servindo como padrões para a revisão dos pares, almejando uma credibilidade pública, bem como servir de instrumento didático no treinamento de estudantes (ibidem, p.27). Assim, um elemento essencial da atividade científica é “comunicar”, e a pesquisa social científica é considerada uma forma de retórica com meios e normas específicas de engajamento.

Inspirando-se em Leach, os autores analisam a incorporação pela análise retórica da autoridade (ethos), da necessidade de satisfazer o público (páthos), para o desenvolvimento de comunicações verossímeis, dentro das regras do jogo científico (ibidem, p.28-29). Como estratégia da pesquisa qualitativa, dá-se poder ou voz às pessoas, ao invés de trata-las como objetos, e citando Habermas (1987 *apud* Bauer; Gaskell, 2002, p.30), mostra que este concebe os interesses do conhecimento como tradições “antropologicamente sedimentadas” (Habermas, 1971, p.8, *apud* Bauer; Gaskell, 2002, p.30). O cientista cultural necessita aprender a falar a língua que ele interpreta, entrando num “círculo hermenêutico”, o que conduz ao estabelecimento de um consenso entre os atores, fluido e dinâmico, numa interpretação que evoluiu e continua a evoluir, utilizando-se de técnicas de “compreensão”, em detrimento de técnicas de "controle", numa pesquisa, mais uma vez emancipatória, em que se deve

ser capaz de ver “através dos olhos daqueles que estão sendo pesquisados” (Bryman, 1988, p. 61, *apud* Bauer; Gaskell, 2002, p.32).

O potencial emancipatório do conhecimento é posto à prova – e sua verdade pode ser concretizada – somente a partir do diálogo, quando os objetos das afirmações teóricas se transformam em participantes ativos em processo incipiente de autenticação (Bauman, 1976, p. 196, *apud* Bauer; Gaskell, 2002, p.34). Assim, a teorização social “brota da escrivaninha do pesquisador e navega pelas águas infinitas da reflexão popular” (Bauman, 1976, p. 107, *apud* Bauer;Gaskell, 2002, p.35).

Vale ressaltar que as observações subsequentes de acordo com os dados, juntamente com o modo como os resultados são recebidos e por quem são recebidos, são fatores muito mais importantes para a possibilidade de uma ação emancipatória do que a escolha da técnica empregada (Bauer; Gaskell, 2002, p.35). E é intuito desta pesquisa retornar os dados ao Grupo Mulher Maravilha e às próprias PLPs, para que se reconheçam ali e possam proceder a análises de suas ações, concepções e atuação dos pares, de maneira a reconhecerem o retrato e a análise feita sobre suas falas no presente estudo.

A seguir, perceberemos como a antropologia dialoga com a etnografia, mas não se nutre exclusivamente dela, de maneira a justificar a abordagem que tomamos neste trabalho de considerá-lo mais um estudo de caso, pautado na observação participante, e problematizaremos a possibilidade de uma antropologia feminista, no que parece surgir de uma relação incômoda entre feminismo e antropologia.

A antropologia estaria mais atrelada ao artesanato do que à arte e seu “olhar de soslaio”, para o “estranho ao nosso lado” que compartilha com a arte, permitindo relações intensas, respeitosas e íntimas com as ferramentas e materiais de seu ofício. Num artesanato intelectual, este se compararia ao estar com da antropologia, em detrimento da descrição etnográfica de. A observação está ancorada no diálogo participativo, o que poderia ser caracterizado como correspondência, respondendo à experiência do antropólogo de habitar, escrevendo no e com o mundo. Observação, descrição e comparação não seriam sucessivas, mas entrelaçadas. “Mas se a etnografia não é um meio para o fim da antropologia, então a antropologia também não é criada da etnografia” (Ingold, 2011, p.21). Pessoas uma vez conhecidas como “nativos” ou “informantes” são na verdade grandes colaboradores, com os quais nós trabalhamos, o que possibilita engajamentos observacionais com o mundo e em

nossas colaborações e correspondências com os seus habitantes, o que seria parte de uma filosofia viva chamada antropologia, conclui Ingold (2011, p.22).

Em obra mais recente (Ingold, 2014), intitulada *That´s enough about ethnography*, o estudioso argumenta que a obsessão por etnografia tem reduzido o alcance da voz pública da antropologia e é preciso reafirmá-la como uma disciplina que se move para a frente, dedicada a curar a ruptura entre imaginação e vida real. A utilização do termo etnográfico tem causado grande dano à antropologia, e, mais ainda em outros campos do conhecimento, tem sido um substituto da moda para qualitativo, e abre espaço para uma metodologia positivista, em que a pesquisa antropológica está fadada a ser desvalorizada. Ao pé da letra, etnografia significa escrever sobre pessoas, ou fora referida como a “arte de descrever”, enquanto que no dicionário se encontra a seguinte definição: “uma descrição científica de raças e povos com seus costumes, hábitos e diferenças mútuas” (tradução livre, Ingold, 2014, p; 385). Questões acerca dessas definições têm sido debatidas *ad nauseaum*, sob a rubrica do que veio a ser chamado “crise de representação”, e o foco estaria no que não é etnográfico no trabalho do antropólogo.

O antropólogo encontraria o mundo, antes, através da observação participante. Ao observar de dentro, o encontro promove educação, em última instância, contando com um comprometimento ontológico. O conhecimento cresce a partir da vida vivida com os outros, em uma realização do que devemos para o mundo para nosso desenvolvimento e formação. O senso de admiração atribuído ao poeta estaria na raiz da sensibilidade antropológica, em uma prática da exposição, do frequentar, comandado não no que está dado, mas no que está a caminho de ser dado, numa espera que o frequentar subjaz.

A observação participativa conta com bastante espera, pois, lançada no tempo corrente, junta o movimento para a frente da percepção e ação próprias de uma pessoa, com os movimentos de outros, numa correspondência em que se vive atentivamente com outros, numa “intersubjetividade” do viver com outros intencionalmente. Tal correspondência não é dada ou alcançada, mas sempre está se fazendo, levando em conta que os humanos não são seres, mas “devires” (tradução livre, Ingold e Palsson, 2013, *apud* Ingold, 2014, p.389), em que os humanos estariam humanizando. Assim, enquanto a observação participante seria uma prática de correspondência, a etnografia seria uma prática da descrição. Enquanto o etnógrafo escreve, o antropólogo, observador correspondente, faz seu pensamento no mundo.

O conhecimento cresce nas relações com os outros, sendo coproduzido. A etnografia tem sido utilizada para alimentar preconceitos populares, sendo o recorrer constantemente à etnografia uma coisa que previne os *insights* antropológicos de terem efeitos mais amplos e transformativos. A antropologia seria então, uma “filosofia com as pessoas dentro”, onde se a etnografia é hipérbole antropologia é a elipse, com correspondências educativas da vida real, onde a teoria seria uma imaginação nutrida em engajamentos observacionais com o mundo (Ingold, 2014).

Repensada a insistência no termo “etnográfico” e dada a preferência por observação participativa, chegamos ao engajamento. E nossa pesquisa, caracterizada como antropológica, pode também ser considerada como pesquisa engajada feminista. Passaremos então a analisar dois estudos sobre a possibilidade de uma antropologia feminista (Bonetti, 2012) e como a convivência do feminismo e da antropologia pode ser uma relação incômoda (Strathern, 2009).

Seguiremos, para tanto, uma ordem cronológica, bem como de uma perspectiva mais teórica a uma prática, o que nos leva a iniciar a discussão por Strathern, 2009), para quem a antropologia e o feminismo são vizinhos e alimentam uma relação de escárnio, ou seja, de desdém, de ironia ou sarcasmo, num tom de zombaria. O que está em jogo é a relação com o Outro, e não uma discussão em termos de paradigmas. Enquanto o antropólogo tenta se estabelecer como um intérprete de experiências (idem, p. 99), “os estudos feministas podem alegar interesses substanciais em comum com as pessoas que estudam...[num] compromisso das mulheres entre si” (idem, p. 100). Além disso, “a investigação feminista sugere que é possível descobrir o eu ao se tornar consciente da opressão do ‘Outro’” (idem, p;99). Na antropologia, há uma tendência de experimentação em deixar os sujeitos de estudo falarem por si mesmos, produzindo uma autoria múltipla, sem, contudo, esquecer que no processo interlocutório do trabalho de campo, as experiências dos antropólogos funcionam como lentes na representação do Outro. É tarefa feminista “destruir a experiência de outras pessoas para determinar a experiência feminina” (Strathern, 2009, p. 97), numa redescoberta constante de que as mulheres são o Outro em relação aos homens, um espaço para o conhecimento do eu. Assim, tal tensão entre antropologia e teoria feminista deve ter continuidade e não pode haver nenhum alívio em substituir uma pela outra.

Na prática acadêmica, diversas “escolas” têm suas premissas constituídas competitivamente em relação a outras. “É interesse do manifesto das feministas terem

uma visão conflitiva do seu contexto social.” (idem, p. 93), enquanto estudos de antropologia social das mulheres questionam se a assimetria sexual é ou não é universal, apontando para uma vertente que argumenta que deveríamos procurar a desigualdade sexual em todas as suas formas, por contribuir às diferenças socialmente constituídas (idem, p.94). Sendo assim, há entre as comunidades científicas um “acordo sobre o estatuto do desacordo” (idem, p. 92). Porém, neste contexto, “as antropólogas feministas [...] vão de encontro com a tendência de separar análises de gênero ou estudos sobre mulheres do resto da antropologia” (idem, p. 89), combatendo uma visão de que estudos feministas seriam apenas uma outra abordagem. Para Strathern (2009, p. 86) o grande interesse no feminismo nos anos 1970 acabaram por criar uma subdisciplina: a antropologia feminista.

E é sobre a construção e a prática desta disciplina no Brasil que reflete Bonetti, em 2014, ao relatar sobre sua experiência enquanto antropóloga feminista em diferentes espaços, tanto acadêmicos quanto no terceiro setor, como na política. Para ela, era comum ouvir que a antropologia não pode ser feminista, embora a antropóloga sim. Isso revela que a teoria feminista tem ocupado um lugar liminar e intelectualmente inferiorizado, em que a identificação com o objeto transformaria as feministas em “pesquisadoras pela metade”.

A Antropologia Feminista nos fornece como instrumentos de trabalho o “olhar/escuta antropológicos, forjados a partir da experiência de descentramento radical que o exercício da alteridade proporciona e da sensibilidade etnográfica relativa às estruturas de poder” (Bonetti, 2012, p. 56). A autora relata sua experiência enquanto antropóloga em meio à ONG Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, em assessoria ao projeto Promotoras Legais Populares de capacitação legal voltado a mulheres das camadas populares de baixa renda de Porto Alegre/RS, como rica e desafiadora, e na qual, não estando situada naquele espaço enquanto militante feminista, curiosamente ficou conhecida como Grilo Falante (aludindo ao personagem de *As aventuras de Pinóquio*) que provocava um incômodo por meio das suas constantes interrogações, resultantes do exercício da alteridade. Já em experiência no Estado brasileiro, na Secretaria Especial de Políticas para Mulheres - Presidência da República (SPM/PR), pôde mais uma vez experienciar “a construção do lugar da antropologia feminista extramuros acadêmicos” (Bonetti, 2012, p. 57), constatando que a presença de profissionais oriundas da academia sem vínculo partidário era

tratada com grande ambivalência, caracterizada como “ingenuamente política e excessivamente teórica e intelectual” (idem, p. 58).

Já no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), teve o papel de consolidar a incorporação do tema igualdade de gênero nas análises tradicionais feitas pelo Instituto, construindo consensos sobre a relevância do tema e angariando adesões à incorporação do recorte de gênero às pesquisas ali empreendidas, sendo mais uma vez alvo de brincadeiras, desta vez tendo seu grupo de pesquisadoras julgado de estarem em um silencioso *projeto bolivariano feminista xiita* (idem, p. 59).

Após estas experiências, volta para o campo acadêmico como professora do Bacharelado em Gênero e Diversidade, na Universidade Federal da Bahia, a partir da trajetória de mais de 30 anos de feminismo acadêmico na história do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA). Tal graduação tem potencial para transformação do próprio Estado, porém em sendo um curso de natureza interdisciplinar, foi primeiro gestado e abrigado pelo Departamento de Ciência Política, até que fosse criado o Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo.

Gênero e diversidade entram como ferramentas habilitando os alunos do curso a formular, planejar, avaliar e executar políticas públicas a partir destas perspectivas. Já para o grupo de docentes seria mais uma vertente de militância acadêmica feminista, numa política acadêmica. O engajamento feminista tem sido visto como uma condição liminar, “ora sendo vistas como pesquisadoras pela metade, ora como feministas pela metade” (Bonetti, 2014, p. 63), muito embora para Joan Scott (1992) toda a produção de conhecimento é política. E há que se reconhecer que nem todo gênero é feminista, mas todo feminismo usa gênero (Henrieta Moore, 1988, *apud* Bonetti, 2012, p; 64). Tomando gênero e poder como intrínsecos à constituição do social, a Antropologia Feminista, assim adjetivada numa atitude política, positiva o engajamento político na produção de conhecimento e empresta um caráter especificamente crítico à prática antropológica.

Foi em meio a essas discussões e direcionada por semelhanças à minha própria trajetória, que a mesma realidade se fez presente em minha pesquisa qualitativa e engajada feminista – lançando mão do olhar antropológico sobre o Outro, num exercício de alteridade através da observação participante, para além de uma etnografia. De maneira similar, por diversas vezes, encontrei-me em conflito entre a militância e o papel enquanto pesquisadora (“pela metade”) estando ao mesmo tempo dentro e fora do projeto de formação de Promotoras Legais Populares. Identifiquei-me

com essas mulheres como se uma delas fosse, embora não tenha chegado a fazer a formação quando convidada. Encontrava-me em fase de escrita dos achados dos diários de campo, das pesquisas documentais e bibliográficas, e da análise de conteúdo das entrevistas. Nestas atividades, pode-se ouvir a voz das sujeitas da pesquisa, em constante interlocução, tornando-as coautoras do presente trabalho, com um potencial emancipatório do conhecimento, uma vez que são seus próprios relatos que nos permitem identificar em suas trajetórias de vida motivações pelas quais são e continuarão sendo “difíceis de domar”.

Na presente tese foi feito um estudo com mulheres, formadas PLPs, que nos ensinaram sobre suas práticas e nos relataram suas experiências bem como sua visão sobre o que viria a ser empoderamento, de acordo com sua visão de mundo e análise de sua atuação, sendo elas então professoras, mentoras e interlocutoras que possibilitaram os resultados e considerações aqui expostos.

2.3 INSERÇÃO NO CAMPO

Na presente seção, busca-se explicitar de maneira mais compilada[10], os procedimentos que permitiram a presente pesquisa, através de uma inserção paulatina no campo. Foram idas e vindas de um profícuo contato com a liderança da ONG Grupo Mulher Maravilha (GMM) e as Promotoras Legais Populares por ela formadas. Outras pessoas também estão envolvidas e retratadas na presente pesquisa, tais como representantes políticos de partidos apoiadores, associadas do GMM, funcionárias e colaboradoras, o público atendido, cônjuges e familiares, dentre outras.

O principal local de observação participante foi a sede do GMM em Nova Descoberta, em que a maioria dos encontros eram realizados, reuniões, assembleias, discussões e entrevistas agendadas. Tal contato teve início em setembro de 2017, quando da ocasião da entrega dos certificados às PLPs formadas durante o semestre que antecedeu, e se mantém até os dias atuais. Fui apresentada como doutoranda estudiosa das PLPs e desta maneira segui sendo referida, como antropóloga pesquisadora presente no grupo. Já estava então munida de uma caderneta, para fins de diário de campo, onde fiz minhas primeiras anotações, advindas da observação

[10] Uma vez que em diversas partes do texto há descrições da inserção em campo, relacionadas ao que está sendo descrito e analisado, ao longo dos capítulos

participante. Era o primeiro de diversos diários de campo, os quais utilizaria inclusive para transcrever entrevistas em tempo real, na falta de tecnologia para gravação. Tomou-se por opção deixar fluir a pesquisa, vivenciando os momentos de maneira participativa e engajada.

O período em que se fez a presente pesquisa vai desde setembro de 2017 até meados de 2021, quando foi concluída uma turma de PLPs formadas de maneira virtual. Os tempos e datas exatas de cada encontro foram devidamente anotados em tais cadernetas e estão presentes nas descrições de campo ao longo da presente tese, e em especial em cada entrevista, devidamente datada e identificada.

Tendo como principal base a sede do GMM, em Nova Descoberta, as inserções paulatinas ocorreram também em outros endereços e inclusive em praça pública. Através do contato com Lourdes Luna, segui sendo convidada para participar em eventos como reuniões, assembleias, formaturas, protestos, manifestações e campanhas, em outros bairros do Recife, como Derby e centro da cidade.

Para além da atuação no Recife, fui convidada a viajar para a sede do Grupo Benvirá, em Afogados da Ingazeira, em junho de 2018, numa tentativa de resgate das atividades para que não fechasse as portas, vindo a se tornar filial do GMM no sertão. Estavam presentes as PLPs formadas em turmas antigas e foi nesta ocasião que foi possível dar início às primeiras entrevistas.

Entre uma atividade e outra, aquelas PLPs a mim apresentadas por Lourdes, abriam espaço para uma conversa comigo na mesa da copa, enquanto a refeição era preparada para o grupo de viajantes e convidadas para a ação na sede do Grupo Benvirá. Como dito, foram feitas anotações dessas primeiras entrevistas em um caderno pequeno, em que preenchia as informações e respostas às perguntas constantes do roteiro de entrevista semiestruturado já elaborado então (Apêndice A).

Foi a partir do contexto desta viagem que foi possível fazer também outras anotações de falas importantes de representantes de movimentos e instituições presentes, de maneira a entender as causas da luta por direitos em que o GMM esteve e está envolvido, em meio a dinâmicas de grupo, cantorias, cartazes, tornando profícuo o momento das entrevistas na copa, diante de tal mobilização.

As técnicas de pesquisa foram empregadas de maneira bastante natural, e com a presença constante de um diário de campo, na forma de mini caderno, caneta sempre em mãos, prestando atenção e registrando cada fala, em cada roda de conversa. Por vezes, fui convidada a ser relatora da reunião, sendo observada pela

velocidade de minhas anotações. Como associada do grupo, além de tais relatorias, pude contribuir no texto do projeto político-pedagógico das PLPs; atuei junto com Lourdes na escrita de uma carta de repúdio, referindo-se ao repertório da banda enviada para o São João do GMM, com músicas de cunho depreciativo da mulher; pude oferecer caronas às PLPs e outras integrantes das reuniões, em que foi possível "pescar" mais informações sobre o *modus operandi* e histórias de vida cotidianas das nossas protagonistas.

A partir daí, e em 2019, participei de uma assembleia na sede e convidei as PLPs presentes a anotarem seus nomes e telefones na minha caderneta, topando ser entrevistadas em momento oportuno para a pesquisa em andamento que eu apresentara novamente na ocasião. Assim foi possível agendar entrevistas em localidades para além da sede, como por exemplo o comitê do Partido dos Trabalhadores, a Upinha de Nova Descoberta, a critério das entrevistadas.

Em 2020, com o advento da Pandemia de Covid-19, as atividades passaram a ocorrer remotamente, dada a necessidade do distanciamento social. Foram então criados grupos no WhatsApp, em que se compartilham ideias, posicionamentos políticos, programações, celebrações e registros de momentos até os dias atuais.

Seguiu-se um tempo de aprimoramento da rede social, de aumento do número de participantes e compartilhamentos, ajudando na sensação de pertencimento ao grupo e de uma rede de PLPs. Articularam-se a PLP Marineide Mota (*in memoriam*) e a advogada recém associada Laíse Fidelis na coordenação da turma virtual de formação de PLPs, que ocorreu no primeiro semestre de 2021.

A partir de então, pude fazer entrevista também pelo *Google meet*, gravada com o auxílio da coordenadora do projeto, e transcrita posteriormente por mim. As transcrições das entrevistas gravadas foram feitas e armazenadas com o nome das entrevistadas, e considerou-se oportuno divulgar seus nomes reais, uma vez que querem ser reconhecidas como atuantes, tendo um nome a zelar e muito o que dizer. Querem, portanto, sua assinatura no que relatam. E assim se procedeu na presente tese.

Resumidamente, na inserção paulatina no campo, foi feita observação participante e participação observante em diferentes ocasiões, em que esteve sempre presente o "diário de campo"; foi elaborado um roteiro de entrevista, devidamente aplicado, com adaptações e aprofundamentos a cada relato, de maneira a expandir e

explorar as histórias narradas; entrevistas foram gravadas no smartphone ou no computador, e devidamente transcritas para arquivos em Word.

A extensão das cerca de 15 entrevistas realizadas é variável, estando algumas relatadas em apontamentos em duas a três páginas do caderno, bem como até cerca de 10 páginas digitadas em Word, espaço simples. As PLPs foram deixadas à vontade para contar histórias, as quais variavam de tamanho e de acordo com a maneira de falar de cada uma, o momento em que foram entrevistadas e o local.

Como se pode observar no Quadro 1, nem todas as entrevistas foram gravadas e transcritas. Houve momentos em que todo um relato gravado não pode ser salvo, ou foi apagado por problemas tecnológicos, recorrendo a pesquisadora à memória e ao diário de campo no momento de transcrição parcial. Foi importante a presença do caderno ainda que estivesse gravando, e tal procedimento se mostrou de profunda importância para resgate das falas.

Quadro 1 – Algumas protagonistas entrevistadas

No.	**Protagonista**[11]	**Data(s)**	**Local**	**Registro**
1	Aline[12]	2016	Parque 13 de Maio	Transcrição
2	Lourdes Luna (cofundadora)	2017-2022	Sede do GMM e outros	WhatsApp, diário de campo e e-mail
3	Ma. Aparecida	Jun. 2018	Copa do Benvirá	Diário de campo
4	Helena	Jun 2018	Copa do Benvirá	Diário de campo
5	Suely	Jun 2018	Copa do Benvirá	Diário de campo
6	Malu	Jun 2018	Sede do GMM	Diário de campo
7	Marize	Ago 2018	Sede do GMM	Transcrição
8	Mitiam	Ago 2018	Sede do GMM	Transcrição
9	Marineide	Jul. 2019	Partido dos Trabalhadores	Transcrição
10	Alice	Ago, 2019	Upinha – Nova Descoberta	Transcrição
11	Josélia	Dez. 2021	Consultório na Boa Vista	Transcrição
12[13]	Layse	Dez. 2021	*Google meet*	Transcrição/vídeo

Fonte: A autora (2024).

[11] Os nomes aqui presentes são a maneira como desejam ser tratadas, o nome expresso em consulta por ocasião das entrevistas. Ressalta-se que a opção de não atribuir nomes fictícios a todas elas (costumeiro na metodologia de pesquisas outras) se deve à vontade de protagonizar suas histórias de vida, tornando seus nomes e falas públicos, em respeito ao desejo das informantes/entrevistadas.

[12] Nome fictício atribuído à entrevistada em entrevista de sondagem inicial, quando ainda se pensava analisar as PLPs formadas pela Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco, também chamadas Mulheres da Paz ou Educadoras Sociais.

[13] Este não é um número fechado, tendo em vista que diversos outros contatos foram entrevistados informalmente e registrados em diário de campo. Estão listadas as PLPs cuja fala está registrada na pesente tese, muito embora outras anotações e falas se fizeram importantes para tudo o que está expresso no presente manuscrito.

No Quadro exposto, constam as protagonistas com falas referidas ao longo da tese. Há mais entrevistas realizadas, como duas mulheres formadas pelo projeto Mulheres da Paz, que ocorreram durante o ano de 2019, em suas casas, em Nova Descoberta, e cujas gravações não foi possível recuperar, após a necessidade de troca de *smartphone*. Portanto, as anotações feitas serviram de base para o conhecimento exposto, porém suas falas não puderam ser registradas.

De toda maneira, optamos por nos concentrar nas falas das PLPs formadas pelo GMM, e apenas a primeira listada na tabela é proveniente da formação do Governo do estado, no Projeto Mulheres da Paz. Foi uma entrevista piloto, num banquinho da praça, já que a entrevistada assim o aptou por considerar o bairro de Santo Amaro perigoso. O que se constatou foi que as PLPs formadas por aquele projeto de 2009 não se encontravam articuladas e foi possível notar que o conhecimento adquirido foi absorvido e levado adiante na sua atuação profissional como pedagoga.

A segunda citada é Lourdes Luna, sócia-fundadora do GMM, com quem houve troca de telefonemas, e-mails, encontros na sede, em eventos ou para coleta de material, diante do computador no escritório da ONG, produzindo textos e discutindo sobre as PLPs de diversas maneiras. Muito articulada, resistiu a uma entrevista formal, alegando que precisaria se preparar para tal. Não obstante, em toda e qualquer ocasião se pronunciava, tornando possível o registro de suas falas, depoimentos e opiniões. Cumpriu, assim, o papel de informante-chave da presente pesquisa e nos presenteou com uma descrição detalhada de seu perfil de atuação através de uma publicação em um dos grupos por ela criados no WhatsApp.

Maria Aparecida, Suely e Helena foram entrevistadas na viagem ao Benvirá, em 2018, e se formaram na turma de 2006, em Afogados da Ingazeira. Marize, associada muito atuante na ONG e como PLP nas comunidades que frequenta, concedeu-me entrevista na Sede do GMM. Mitiam, formada PLP em 2017, conversou comigo em 2018, no mesmo local, e fomos além em conversas durante caronas a eventos do Grupo.

Marineide, formada em 2017 e dona do registro fotográfico ostentando seu certificado, concedeu-me entrevista, em 2019, na sede do Partido dos Trabalhadores, onde sua irmã trabalhava. Enquanto psicóloga, tendo atuado no CRAS, professora universitária, nas oficinas de bordado, viveu como associada e PLP atuante, inclusive,

diante de uma enfermidade que viria a ser fatal, coordenando a versão remota do curso oferecida em 2021, junto a Layse.

Ainda em 2019, Alice concedeu-me entrevista na Upinha de Nova Descoberta, na sala de reuniões de sua atuação como Agente de Saúde. Esta foi sem dúvida a mais longa das entrevistas, gravada e transcrita, tendo sido bastante aproveitada no presente estudo.

Pós-pandemia, em 2021, foi um momento de retomada para duas entrevistas, uma vez que havia terminado o curso de formação de PLPs remoto. Josélia Lages, psicóloga, recebeu-me em seu consultório na Boa Vista, para uma boa conversa, com anotações e gravação, a respeito de como tinha sido o curso e sua atuação como PLP, uma vez que já era associada e viajamos juntas a Benvirá, ocasião em que leu o que havia relatado em meu diário de campo, dando-me um *feedback* profícuo. A segunda entrevista foi com a advogada Layse, que havia conhecido pessoalmente na sede antes da pandemia, e que se demonstrou bastante atuante na ONG, e para com as PLPs, coordenando junto a Marineide e junto à sede para questões burocráticas, a execução do curso. Ao longo do trabalho, sua reflexão e posicionamento mostram-se presentes e suscitam discussões e análises.

Além das entrevistadas citadas, outras PLPs se dispuseram a falar e o fizeram de maneira formal, em entrevistas que não puderam ser registradas, e de maneira informal, durante os encontros e eventos, em caronas, ao listar seus nomes para participar da presente pesquisa, e se pronunciando nas reuniões do Grupo, em que todas as pessoas presentes eram convidadas a se apresentar e defendiam alguma causa ou debatiam sobre um tema proposto. Havia momentos de dispersão entre um evento e outro, e o contato com as PLPs se misturava à coordenação, a associadas, a voluntárias, e ao público atendido pela ONG de maneira mais ampla, de acordo com a natureza do encontro. As anotações da pesquisadora eram, a todo momento constantes.

Pode-se dizer de um longo período de contato com o “campo”, ainda que permeado de espaços temporais de menor contato, por razões além do nosso alcance, tais como a pandemia de Covid-19, as enchentes que comprometeram a sede do Grupo, desarticulações momentâneas por motivos pessoais ou de saúde e até falecimento dos envolvidos, falta de verba e apoio para a realização de encontros, dentre outras.

A inserção em campo pode ser chamada de paulatina por acontecer em reuniões e eventos específicos e ao ser convidada para tal, tempos de maior e menor envolvimento com o grupo e as PLPs, porém com encontros de profundo compartilhamento de histórias de vida, luta por diferentes causas, opiniões e homenagens.

Diante do exposto, podemos afirmar que a presente pesquisa engajada feminista de cunho antropológico lançou mão de técnicas de pesquisa permitidas por uma paulatina inserção no campo, tanto de maneira presencial como virtual. Apresenta, a seguir, uma discussão sobre movimentos sociais no combate à violência contar a mulher, de maneira a contextualizar as PLPs protagonistas de nosso estudo, retratadas em suas próprias palavras na sequência.

3 MOBILIZAÇÕES NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Ao longo do processo de combate à violência contra a mulher, existiu uma “aposta política que os movimentos sociais têm feito na revisão jurídica e nas instituições do sistema de justiça criminal como modo privilegiado de combate à violência” (Debert; Gregori, 2008, p. 165) e um exemplo inserido neste contexto é o curso de Promotoras Legais Populares (PLPs) oferecido pelo Grupo Mulher Maravilha. Abaixo, uma definição de PLPs e de sua atuação, didaticamente exposta:

Figura 4– Banner informativo sobre PLPs

Fonte: A autora (2017)

Lê-se no banner apresentado que PLP é “uma liderança capaz de dar orientações sobre questões do cotidiano (violação dos direitos, ameaças), para outras pessoas que se encontram necessitadas de reconhecimento e apoio para enfrentamento de dificuldades”. E vai, além, descrevendo como é sua atuação: “em todo e qualquer lugar em que se encontra a atuação das PLPs se dá através da orientação a outras mulheres que estão com seus direitos violados ou ameaçados, individualmente ou por meio de grupos de vivência, encaminhando ou acompanhando-as a organismos de assistência jurídica ou de assistência social e lutando de forma articulada com outros movimentos sociais por mais direitos e pelo acesso à Justiça”.

Como Debert e Gregori (2008) realçam, os movimentos sociais precisam questionar a justiça ao operar em cada caso isolando certos elementos da vida das mulheres, uma vez que “um ordenamento de juristas que, arrogando-se a condição de depositários da ideia do justo, acabam por usurpar a soberania popular” (p. 166). É essa situação que sempre leva as mulheres a estarem alertas para a possibilidade de terem suas formas de agir desvalorizadas pelo sistema jurídico.

Uma das maneiras pelas quais os operadores da lei terminam direcionando o conteúdo dos julgamentos é de, frequentemente, fazer com que a defesa da mulher não seja compreendida sobre a defesa da mulher em si, mas sim sobre a defesa da família.

As mulheres precisam se sentir mais fortes como novas atrizes em negociações com aqueles que têm o poder de formatar as regras do jurídico, numa atualização democrática.

> A luta pela expansão do acesso à justiça implica, pois, negociações. E negociações entre atores sociais que não têm o mesmo poder na disputa que formata as regras do jurídico, sendo próprio do jogo democrático a emergência de novos atores empenhados na formulação de demandas. Essa dinâmica, na expressão de Habermas (1994, p. 134), tem que ser vista de modo crescentemente ‘contexto-sensitivas’ para que o sistema de direitos possa ser atualizado democraticamente (Debert; Gregori, 2008, p. 166).

A citação acima evidencia como as mulheres estão trazendo seus contextos de vida e incidentes de violência à luz (e elas precisam trazer) via as diversas mulheres que fazem parte do sistema jurídico, para que os casos de violência contra a mulher sejam punidos. São habilidades “contexto-sensitivas” em que as Promotoras Legais

Populares influenciam outras mulheres e acionam o sistema jurídico democraticamente. É o poder de voz daqueles que participam do jogo democrático.

Segundo Debert e Gregori (2008), há “um conjunto de instituições governamentais, organismos da sociedade civil e movimentos sociais atuantes e, no entanto, vivemos em meio a uma persistente desigualdade social no acesso à justiça” (p.166). As Promotoras Legais Populares desempenham um papel importante dentro do movimento social na busca por reparações e justiça. Isto não quer dizer que elas sempre têm sucesso, uma vez que apesar desse conjunto de instituições, ainda há a desigualdade social no acesso à justiça, considerando que elas encontram impedimentos. Dentro desse contexto, elas não perdem o ideal de diminuir essa desigualdade social no acesso à justiça. Elas acham, na sua tentativa de lutar contra a desigualdade, maneiras de ser compreendidas pela justiça, fazendo com que esta tenha sensibilidade para o seu pleito e que não seja um mero instrumento insensível de opressão (Debert; Gregori, 2008, p.168).

Como questão pública que se tornou, o “processo por meio do qual a violência entre casais, antes relegada a um problema doméstico, transformou-se numa questão pública, pois as delegacias de defesa da mulher tiveram um impacto importante no sentido de explicitar que tais agressões eram crimes” (idem, p.170). Inclusive, a partir dessa questão, vemos com mais clareza as novas atrizes e atores institucionais permitindo novas compreensões dentro do sistema de Direito. Esse papel de frisar que violência doméstica é crime é uma das áreas de maior atuação das PLPs.

Segundo as autoras, a autoestima ou o seu *déficit* é considerado a fonte de uma variedade de problemas sociais. Capacitações, ações feitas em conjunto, formações, debates, envolvimento num diálogo constante entre elas, a comunidade e os outros atores criam uma confiança que faz com que essas mulheres tenham uma capacidade de agir calcada na ideia de que estão bem informadas e que passaram pela experiência de dialogar e sabem o que estão fazendo, ou seja, têm autoestima.

> Os movimentos da autoestima não se limitam ao domínio do pessoal, mas seu objetivo é uma nova política e uma nova ordem social. Eles anunciam uma revolução, não contra o capitalismo ou o sexismo, mas contra as formas incorretas de autogoverno. Desse ponto de vista, o ângulo da intervenção política e social é modificado. Não são fatores estruturais como desemprego, alcoolismo e criminalidade que devem ser resolvidos – pressuposto do *welfarestate*–, mas categorias individuais subjetivas como a auto-estima e o auto-respeito de modo a garantir o *empowerment* (Debert; Gregori, 2008, p. 175).

Quando falamos em maneira incorreta de autogoverno, estamos diante do que Bourdieu (1989) chamou de violência simbólica, em que as pessoas seguem os padrões que provocam a sua própria subordinação. Quando se coloca a questão da autoestima como categoria individual subjetiva, permitem a modificação de suas vidas, reconhecendo a existência de problemas estruturais.

> Crime implica a tipificação de abusos, a definição das circunstâncias envolvidas nos conflitos e a resolução destes no plano jurídico. Violência, termo aberto aos contenciosos teóricos e às disputas de significado, implica o reconhecimento social (não apenas legal) de que certos atos constituem abuso, o que exige decifrar dinâmicas conflitivas que supõem processos interativos atravessados por posições de poder desiguais entre os envolvidos (Bourdieu, 1989, p.176).

Estas tipificações levam a novas significações e ao reconhecimento de posições de poderes desiguais entre os envolvidos, e as PLPs são habilidosas em identificar situações de violência e buscar a resolução de crimes no plano jurídico. As diferentes tipificações de crimes, principalmente, mas para além dos crimes contra a mulher, permitem que as PLPs identifiquem melhor situações de violência em diferentes contextos.

Para Azevedo (2004 *apud* Vigano; Laffin, 2019, p.5), a concepção de que políticas públicas são “[...]definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado”, implicando na existência de demanda social como força fundamental os movimentos e a pressão social na memória da sociedade ou do Estado, com estreita relação às representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria na busca da garantia de seus direitos (Vigano; Laffin, 2019).

Vigano e Laffin (2019) colocam em epígrafe o seguinte trecho atribuído a Simone de Beauvoir: “no dia que for possível à mulher amar em sua força e não em sua fraqueza, não para fugir de si mesma, mas para se encontrar, não para se renunciar, mas para se afirmar, nesse dia o amor tornar-se-á para ela, como para o homem, fonte de vida e não perigo mortal” e, com isso, elucidam:

> A epígrafe acima retrata exatamente o processo de força exercido sobre as mulheres que, ao mesmo tempo, contribuiu com o pensar e lutar dos movimentos sociais feministas, na organização de leis e

> garantia de direitos às mulheres. Esses movimentos legitimaram-se no decorrer da história e fazem parte de um árduo processo de modificações no campo legal e jurídico (Vigano; Laffin, 2019, p.5).

Ainda de acordo com Vigano e Laffin (2019), as lutas dos movimentos sociais feministas questionaram esse poder e essa cultura machista. Levando em conta que a cultura não é estanque, mas sim se modifica através dos tempos, há atualmente uma série de debates acerca das violências sofridas pela mulher. Diante da luta dos movimentos sociais, muitos costumes antes aceitos, hoje se modificaram, assim a inferiorização e a violência contra as mulheres vêm sendo cada vez mais expostas, embora o número de feminicídios ainda esteja alto, com casos cada vez mais absurdos sendo divulgados na mídia, como demonstram as autoras na citação abaixo:

> Mediante às violências cada vez mais em alta, e os crimes contra a vida das mulheres sendo largamente divulgados na mídia, os movimentos sociais a partir da militância do feminismo pressionaram instâncias do Estado a pensarem políticas públicas de atendimento e acolhimento das mulheres, resultando em ações afirmativas em diversos espaços sociais – escola, universidade, trabalho, moradia e bens culturais (Vigano; Laffin, 2019, p.4).

Hoje em constante desconstrução, estão todas as justificativas para o tratamento desigual e do uso de violência contra as mulheres, “constituindo-se base para os movimentos feministas que incorporam em suas pautas a violência doméstica e o direito das mulheres em viver, trabalhar e ‘circular’ socialmente” (Vigano; Laffin, 2019, p.5).

Com o passar dos anos, as desigualdades de gênero começaram a ser alteradas e foram dispostas relações mais igualitárias. A caminhada dos movimentos feministas obteve transformações sociais, sobretudo no campo dos direitos das mulheres, repercutindo mudanças em todas as dimensões sociais e no entendimento dos papéis a serem desempenhados por homens e mulheres. Entretanto, apesar das conquistas feministas, ainda perduram assimetrias de gênero, os conflitos originados nas questões relativas às construções de gênero e de identidade, assim como uma visão heteronormativa, incapaz de transcender a esses dualismos. Reforça-se assim, a necessidade de compreensão das políticas de ações afirmativas voltadas para as mulheres. O curso de PLP pode ser considerado uma dessas ações afirmativas, uma

vez que conscientiza e empodera mulheres para intervir em suas comunidades, por ora conscientizando outras mulheres e as levando à garantia de seus direitos.

As mulheres, como grupo social, foram historicamente destituídas de direitos e excluídas por aspectos vinculados ao gênero. Denominadas frequentemente como “sexo frágil”, proibidas de gerenciar suas vidas e seus corpos, as mulheres uniram-se por meio de movimentos sociais, a fim de fazer uma interlocução com o Estado, buscando garantir os seus direitos, demonstrando que as discriminações e desigualdades nas relações de gênero constituem-se dentre várias nuances. (Rodrigues, 2005 *apud* Vigano; Laffin, 2019).

> Com o processo de democratização no país, os movimentos feministas e de mulheres conquistaram uma interlocução o Governo dando início outra fase, a de reconhecimento do Estado de que as discriminações e desigualdades nas relações de gênero constituem umas questões para ser enfrentada por meio da legislação e de políticas públicas. O marco fundamental nesse processo foi à criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985 (Rodrigues, 2005, p. 30 *apud* Vigano; Laffin, 2019).

Mariza Corrêa (1983), ao analisar mortes em família, sobretudo o assassinato de mulheres por homens, refere-se aos casos jurídicos como fábulas (capacidade de falar e se expressar), nas quais existem os manipuladores jurídicos (advogados, delegados, juízes, etc.), que numa “instância menor dos mitos sobre o homem e a mulher que povoam a nossa sociedade” (p. 304), passando por um processo como resolução das ambiguidades do real, em que há o “cidadão honrado”, sobretudo quando trabalha fora, em contraponto à mulher fiel, característica imputada por valores patriarcais. Os processos, ou as fábulas, almejam que sejam julgados como se fossem iguais e têm o julgamento como decisão social.

> Esse e outros desdobramentos da discussão sobre a VCM levam as Ciências Sociais e as pesquisadoras e pesquisadores de gênero e feminismo a perceberem e visibilizarem novos grupos, que antes estavam silenciados, bem como grupos sociais que se constituem ou se organizam em torno do processo de implementação da Lei Maria da Penha. Muitos desafios têm sido colocados pela visibilização de particularidades de grupos e formas de manifestação de violência antes não problematizadas, que vem se tornando presentes no debate sobre a VCM (Quadros; Albernaz, 2016, p.13).

Tais formas de violência antes não problematizadas, agora enfatizadas com base na Lei Maria da Penha, que tipifica a violência doméstica, levam os movimentos

sociais a perseguirem um algoz, denominado por Parry Scott (2016), de “patriarca atacável”:

> Neste trabalho, explora-se como movimentos de mulheres se articulam, oscilando a identificação dos seus patriarcas “atacáveis”, com atenção específica aos combates para eliminar a violência contra as mulheres. A discussão segue dois eixos: primeiro, examina possíveis interpretações sobre o deslocamento de significados do “patriarca” e as implicações da concentração da atuação dos movimentos de combate à violência em espaços urbanos; segundo, com base em pesquisa de campo recente em Pernambuco, ressalta algumas barreiras à eficácia do combate à violência contra as mulheres no campo e nas cidades do interior, e a sua possível relação com a busca de elaboração de estratégias de preservação de domínios patriarcais nesses locais. A discussão não é um exercício de aferir o sucesso do combate ao poder do patriarca, que somente pode ser descrito como muito variável e repleto de avanços e retrocessos. É, sim, uma tentativa de atiçar uma compreensão da multiplicidade e da complexidade dos processos que se articulam para conferir significados e implicações no combate à violência contra as mulheres (Scott, P., 2016, p.20).

O autor diferencia entre o patriarca urbano e o patriarca rural, mobilizadores dos movimentos de mulheres, crescente nos ambientes urbanos, e utilizado como bandeira de luta, de maneira a se tornar um símbolo semi-mítico da dominação masculina e da perpetuação da VCM.

> É um patriarca rural em plena debilitação que não precisa ser identificado como inimigo direto para mobilizar os movimentos de mulheres num feminismo que cresce junto com as cidades Esse patriarca não é ressignificado. Ainda é execrável, mas ele toma a forma de um símbolo semi-mítico que se torna parte de uma bandeira de luta, que constrói imagens para ampliar a percepção das estruturas generalizadas da “dominação masculina”, ou da opressão feminina. Estas estruturas se evidenciam no cotidiano citadino, mas que, entretanto, se prova um espaço mais favorável para a articulação das mulheres (Scott, P., 2016, p.22).

Concordo com o autor nesse aspecto, o contexto citadino é mais favorável à articulação de mulheres no seu plano de combate à VCM, muito embora possamos ressaltar os esforços do GMM em interiorizar suas ações, ao oferecer formações de PLPs em Afogados da Ingazeira, no espaço Benvirá, conscientizando mulheres rurais e atuando contra o patriarca local.

Voltando ao contexto urbano, as desigualdades entre mulheres e homens têm características específicas nas cidades, tais como a dupla jornada de trabalho e a chefia de domicílios, questões essas inseridas na agenda de grupos feministas.

> Juntam-se sinais mais urbanos de desigualdade entre mulheres e homens com a formação de agendas de ação de grupos feministas cada vez mais organizados. As mulheres que residem nas cidades se destacam pela pobreza, pela dupla carga de trabalho em casa e para fora, pela chefia monoparental dos domicílios, e pela relativa invisibilidade dos seus dilemas (Scott, P., 2016, p.23).

Os movimentos sociais e de mulheres nas áreas urbanas atuam de modo a realizar um controle social sobre as redes de assistência às vítimas, com relação à justiça na repressão a crimes e de maneira a apontar para fraquezas e inadequações das instituições.

> O “controle social” nos grandes centros metropolitanos é operado para assegurar um olhar vigilante sobre os avanços e retrocessos da criação de redes de assistência às vítimas e do funcionamento das áreas de segurança e de justiça na repressão aos crimes, elogiando as ampliações da cobertura e apontando as muitas inadequações e fraquezas das instituições atuantes, por qualquer razão, seja o que for: incipiência, má vontade, incompetência, estatísticas falhas, falta de recursos, indecisão política, subversão sistemática, etc.(Scott, P., 2016, p.30).

Em aliança com esses movimentos feministas urbanos, movimentos de mulheres do campo, agricultoras e trabalhadoras rurais levam adiante boa parte dos trabalhos, articuladas com movimentos sindicais rurais (Scott, 2016). Tal fenômeno ocorre entre o GMM e o espaço Benvirá, em Afogados da Ingazeira.

Já a discussão de Lia Zanotta Machado (2010) faz uma reflexão sobre a diferença de ênfase no olhar feminista e no olhar antropológico em relação a análises sobre a violência contra a mulher. Enquanto as tradições antropológicas privilegiam o conceito de diversidade cultural, por vezes minimizando desigualdades de gênero, nos saberes feministas prevalecem as desigualdades de gênero com um olhar transversal à diversidade cultural. Muito embora “a questão da defesa de direitos, em grande medida, perpassa os mais distintos fazeres antropológicos (Machado, 2010, p. 75). Mas o encontro entre saberes feministas e antropológicos é fecundo para a discussão das manifestações de desigualdades de gênero em diferentes estudos etnográficos.

Analisando a questão do bater como exclusivamente física, problematiza a noção de insulto como agravante, ressaltando um bater naturalizado em certas sociedades não ocidentais. As agressões físicas estariam imbuídas de noções de hierarquia e “diferenciados graus de poderes dos gêneros. Especialmente nos espaços familiares” (Machado, 2010, p. 80). Na sociabilidade conjugal, bater na mulher tem um significado de prestígio masculino.

“Um dos efeitos da entrada do feminismo no campo das ciências sociais e históricas é o da exigência de pensar a diversidade interna a uma cultura resultante das posições diferentemente situadas dos seus agentes/sujeitos femininos e masculinos” (Machado, 2010, p. 90). Discutindo a violência contra a mulher no Brasil, a autora passa a analisar a categoria correção e castigo dos homens sobre suas mulheres, na expectativa de serem obedecidos e de não serem traídos. Há uma discussão sobre os direitos individuais e os da unidade familiar e do que se entende como “par social”.

É nesse contexto de lutas dos movimentos sociais e de todas as suas conquistas e interlocuções na batalha contra a violência contra a mulher que se encontram inseridos o Grupo Mulher Maravilha e suas Promotoras Legais Populares, numa constante articulação com o Estado para a garantia de execução das leis e intervenção do Estado.

Diversas são as mobilizações em torno do combate à violência contra a mulher e promoção de seu empoderamento. Ao analisar, na próxima seção, a história das paralegais desde seu surgimento, e como elas estão espalhadas ao redor do mundo, podemos retirar exemplos de atuação semelhantes às realizadas pelo Grupo Mulher Maravilha (GMM). Sua definição, liderança e PLPs em movimento são descritas na seção seguinte, para adentrarmos na concepção e realização dos cursos de formação de PLPs oferecidos pelo GMM, e é discutida a inserção dessas mulheres em bairros populares, atuando na prevenção e encaminhamento de casos de violência contra a mulher.

3.1 PROMOÇÃO LEGAL POPULAR HISTORICAMENTE AO REDOR DO MUNDO

E assim acontece com as PLPs que contam com uma solidariedade coletiva na articulação e com a base forte do Grupo Mulher Maravilha, além disso são dotadas de grande assertividade individual no privado, dadas as transformações de suas visões

sobre si mesmas e suas capacidades de intervir em situações. Mas de onde surgiram as PLPs? Há outros modelos de cursos e de atuação das PLPs?

Primeiramente foram chamadas de paralegais na África do Sul e seu papel na resolução de conflitos relativos ao *apartheid* foi significativo. A seguir, partirei de uma perspectiva comparativa mais ampla e atualizada, generalizando o funcionamento dos paralegais comunitários (Manu; Gauri, 2018) para abordar as Promotoras Legais Populares na América Latina e no Brasil.

Vivek Manu e Varun Gauri (2018) traçam uma definição de base para as paralegais comunitárias, mostrando um dos elementos no avanço da justiça, sendo: portadores de direitos como agentes capazes de ação, nos quais Hannah Pitkin (1981, p. 347 *apud* Manu; Gauri, 2018, p. 19) afirma que “ Eu quero ‘se torna’ Eu tenho direito a”.

Existem instituições intermediárias, desde instituições estatais justas até os cidadãos, nas quais os paralegais comunitários se encaixam e têm o papel de “usar [conhecimento] do direito e do governo e ferramentas como mediação, organização, educação e advocacia para [ajudar as pessoas] a buscar soluções concretas para casos de injustiça ” (Manu; Gauri, 2018, p. 20). Segundo os autores:

> O que distingue as paralegais da comunidade é a maneira como elas combinam essas várias abordagens. Elas não param na conscientização, mas buscam ativamente remédios. Quando a mediação voluntária não resulta em um acordo em uma disputa intracomunitária, elas ajudam a parte prejudicada a buscar outros canais de reparação. Sua organização e advocacia são informadas por sua compreensão da lei e do governo e são reforçadas por sua conexão com advogados e pela possibilidade de litígios (Manu; Gauri, 2018, p. 21).

As paralegais são uma força proeminente para o avanço do empoderamento legal (como definido por Stephen Golub, no início dos anos 2000, como aplacar o poder nas mãos das pessoas comuns). Existem tipos diferentes em todo o mundo e datam de pelo menos a década dos anos 1950, quando o Black Sash e outras organizações empregaram paralegais para ajudar os sul-africanos não-brancos a navegar e se defender do *apartheid*. Os paralegais comunitários são reconhecidos pela legislação no Afeganistão, Indonésia, Quênia, Malauí, Moldávia, Mongólia, Nova Zelândia, Nigéria, Serra Leoa, Uganda, Inglaterra e País de Gales e Ontário e Colúmbia Britânica no Canadá.

Em seus métodos e escopo, Manu e Gauri (2018) começam comparando seis estudos diferentes sobre paralegais na África do Sul (década de 1950), Filipinas (década de 1970), Indonésia, Quênia, Serra Leoa e Libéria (2007), atendendo a porções significativas da população. Segundo os mesmos:

> As descobertas nos capítulos da África do Sul, Filipinas e Quênia são amplamente qualitativas, enquanto os capítulos da Indonésia, Serra Leoa e Libéria combinam análises qualitativas e quantitativas. Algumas variações na metodologia foram devidas a circunstâncias locais, outras a restrições de tempo e recursos. Mas acreditamos que há uma semelhança suficiente entre os seis estudos para gerar uma percepção comparativa significativa (Manu; Gauri, 2018, p.16).

Tal percepção mostra continuidades no trabalho de paralegais ao redor do mundo, mesmo em diferentes contextos. A elas são dados nomes diferentes de acordo com país e região, e em cada canto têm particularidades em sua atuação, como destacaremos mais tarde neste texto.

O que distingue as paralegais comunitárias (PLPs) é a forma com que elas combinam diferentes abordagens. Elas não param na conscientização, mas buscam ativamente remédios. Sua organização e advocacia são informadas pelo seu conhecimento das leis e são fortalecidas por sua conexão com advogados e a possibilidade de litígio (Manu; Gauri, 2018, p. 21).

Do ponto de vista jurídico, Helen Dancer (2018) baseia-se nas relações de gênero em sistemas jurídicos plurais e no papel dos paralegais na comunidade da Tanzânia, na África. A Tanzânia foi o terceiro país, depois de Serra Leoa e Nigéria, a formalizar paralegais de acordo com o Legal Act Aid 2017. Ela enfatiza que o empoderamento legal exige abordar a maneira como as relações de poder e a liderança local afetam o acesso dos cidadãos à justiça, as relações entre violência de poder e liderança, como também o papel do reconhecimento interno das paralegais. Portanto, o governo deve situar o papel dos paralegais nas estruturas comunitárias de poder, confirmando a autoridade e preservando a independência.

A Ford Foundation (2010) enfatiza o papel das diferentes ONGs apoiadas por elas em todo o mundo no treinamento de paralegais, visando a "lei de interesse público". Ideias abstratas de direitos humanos, justiça social e equidade permanecem intangíveis até serem ameaçadas perto de casa. “O conceito de serviços paralegais

viajou bem ao redor do mundo com significativa adaptação local, através de culturas e contextos políticos.” (p.24).

Aqui está uma lista de países ou regiões e ONGs (quando disponíveis), além de questões abordadas no Ativismo e Advocacia de Base, principalmente os paralegais (Ford Foundation, 2010):

1) A África do Sul apoiou o desafio das leis racistas do *apartheid*; 2) Os Estados Unidos, os direitos de afro-americanos e mulheres, imigrantes e outras minorias; 3) As Filipinas, os direitos de agricultores e terras, alojamentos urbanos pobres, territórios ancestrais dos povos indígenas e contra a violência de gênero. Além disso, ONGs como Kaisahan e Saligan fizeram com que agricultores se tornassem paralegais e avançassem na consecução da reforma agrária no país; 4) A América Latina esteve entre os primeiros a usar o direito internacional a fim de obrigar os governos a respeitar os Direitos Humanos; 5) O Centro de Assessoria Jurídica do Quênia, com as radiodramas, peças interativas e audiolivros. O “princípio participativo” (“eu ouço, esqueço, vejo, lembro, sei”); 6) O Centro de Assistência Jurídica da Namíbia, com os direitos das mulheres; 7) A Índia, ONGs como Hengasarahakkina e Sangha e o Centro de Justiça Social, com as habilidades legais para acessar serviços e proteções legais do governo e contra a violência doméstica, além de alcançar salários mais altos para as mulheres, portanto,contra a desigualdade de gêneros; 8) A Província de Hebei, na China (Centro de Serviços Jurídicos para Mulheres Rurais do Condado de Qianxi), aconselhou disputas, além de usar secretarias educacionais para funcionários nos mercados rurais semanais; 9) Bangladesh,na abordagem de base, na forma indígena de mediação chamada xale, além disso as mulheres buscaram justiça fora dos tribunais oficiais; 10) A Manila, Gabinete Jurídico da Mulher, que combate a violência doméstica contra as mulheres, além do impacto das políticas nacionais e aconselha as comissões, bem como as agências oficiais; 11) Jerusalém, Centro Feminino de Aconselhamento Jurídico e Social em Jerusalém Oriental, que promove julgamentos simulados e o “Parlamento Modelo das Mulheres” (1998); 12) Já o Peru, Instituto de Defesa Legal – rural, promove um programa duas vezes por semana, transmitido por 48 estações; 13) A Argentina - Poder do Cidadão – promove manuais sobre os direitos das mulheres e a proteção do meio ambiente, além de oficinas para capacitar ONGs no uso da lei que realizam litígios de alto impacto; 14) Por fim, em Porto Alegre, no Brasil, no Núcleo de Estudos Jurídicos e Assistência Feministas há um programa paralegal de base que treina mulheres pobres a fim de

se tornarem defensoras de direitos e consultoras jurídicas de seus pares, o“Estações de informação para mulheres”. Além disso, o Centro Brasileiro de Política e Análise, Núcleo de Estudos Negros (NEN) para profissionais jurídicos do NEN atua sobre a legislação antidiscriminação no Brasil.[14]

Todas essas ideias difundidas a respeito de como os paralegais têm atuado em diferentes países e continentes mostram como há uma prevalência em sua atuação no combate à violência contra a mulher, mas também como questões locais são somadas às suas lutas, tais como direitos humanos, imigrantes, acesso à terra, combate ao racismo. Também é possível notar a criatividade em nuances como peças de teatro e veiculações na rádio. São continuidades e nuances em diferentes contextos locais e nacionais. Tais ideias espalhadas são relevantes para trazer ideias sobre como aprimorar as ações locais de PLPs em nosso estudo de caso no Recife, Pernambuco, Brasil.

Arlene Ricoldi (2006) explora dez países da América Latina, bem como a terminologia usada para abordar esses “paralegais de base”, “paralegais de comunidade”, “*consejeras legales*” (Argentina) ou “*orientadoras legales*” (Argentina, Chile), “*promotoras legales*” (Peru, Nicarágua, México, Honduras, Costa Rica, Bolívia), “*promotoras legales comunitarias*” (Panamá), “*promotoras legales voluntarias*” (El Salvador). Em sua análise, ela chama a atenção para a importância da “alfabetização jurídica” e como isso pode ser um “rito de passagem” para o mundo público.

Por fim, dada a contextualização, faz-se importante ressaltar que em Pernambuco, o projeto Promotoras Legais Populares teve início em 1998, com a formação de 210 mulheres, à luz da legislação brasileira, com ênfase nos direitos das mulheres, tornando-as, assim, PLPs. Na ocasião, a ação foi coordenada pela Themis Assessoria Jurídica, em parceria com o Ministério da Justiça, através da articulação do Fórum de Mulheres de Pernambuco e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O curso foi realizado em Recife, pela Casa Menina Mulher; Em Camaragibe, pela Articulação e Movimento Homossexual do Recife (AMHOR); Em Cabo de Santo Agostinho, pelo Centro de Mulheres do Cabo; Em Ribeirão, pela Associação Campo; E em Olinda, pelo Cais do Parto.

Além disso, em 2005, o Grupo Mulher Maravilha formou 80 mulheres (Afogados da Ingazeira, Iguaraci, Carnaíba, Custódia, Ingazeira, Tabira, Triunfo e Recife). De

[14]Informações retiradas de Ford Foundation (2010).

2007 a 2009, a Federação de Apoio às Instituições Sociais e Escolas Alternativas (FEPEAL) promoveu a formação de 700 mulheres dos municípios do Recife, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Ribeirão, Moreno, Olinda, Igarassu, Paulista, Itamaracá, Abreu e Lima, Itapissuma e Aliança.

A partir da realização do curso, e diante da alcunha de ostentar um certificado em mãos, as PLPs estão prontas para atuar, detentoras de um conhecimento que levarão de volta para suas comunidades, e entrando agora na prática e nos meandres dos serviços e na complexidade que é lidar com mulheres vulneráveis e seus contextos. Não obstante, pode-se observar e relatar dilemas éticos e morais em sua atuação, de acordo com os problemas enfrentados tanto reativos a outras mulheres a quem se quer ajudar e seus companheiros, como de suas próprias trajetórias de vida, encontrando tanto estratégias de atuação quanto eventuais impedimentos a uma plena realização de seu papel adquirido.

A seguir, mais sobre sua história e sua liderança. As informações da seção seguinte são relativas à história do Grupo Mulher Maravilha, bem como sobre a importância da co-fundadora do lugar que desempenha importante papel na mobilização das PLPs.

3.2 GRUPO MULHER MARAVILHA, LIDERANÇA E PLPS EM MOVIMENTO

O Grupo Mulher Maravilha tem como missão lutar pela promoção de Direitos Humanos numa perspectiva de gênero, raça e etnia, pelo acesso à cidadania da população vítima de exclusão social e pelo empoderamento das mulheres para a construção de uma nova sociedade.

Fundado em 1975, no bairro de Nova Descoberta, no Recife, no Ano Internacional da Mulher, por algumas militantes já engajadas nas lutas por justiça social e que articularam com outras mulheres da comunidade. Naquele tempo, o país vivia mergulhado em uma grande repressão política, com leis de exceção e perseguição aos movimentos libertários. As mulheres passaram a discutir sua situação do lar e da comunidade e a refletir sobre os problemas do país, questionando as relações de poder, as formas de opressão e de exploração e a ensaiar uma luta pela conquista de direitos negados há séculos, propondo mudanças sociais.

Desta maneira, antes de analisar mais a fundo como as PLPs se movimentam, exploraremos a história e o contato com o Grupo Mulher Maravilha em diversas

ocasiões, e traçaremos um perfil de sua liderança, protagonista que é na garantia dos direitos da mulher e no combate à violência.

Durante o mês de agosto de 2017, através de alguns contatos de pessoas com as quais trabalhei na Secretaria da Mulher de Pernambuco, consegui obter a informação de que mais uma turma de Promotoras Legais Populares (PLPs) havia sido formada naquele ano, através da ONG Mulher Maravilha. De posse do telefone fixo de Lourdes Luna, fundadora da ONG, realizei um primeiro contato com o seu marido, no dia 25/08/2017, por volta das 8h30, que informou que ela estava passando por uma depressão, estava acamada, mas que mesmo assim iria acordá-la. Recusei a oferta para não incomodar e disse que voltaria a ligar mais tarde. Para minha surpresa, ao conversar com ela no telefone, por volta das 12h30, ela pareceu se entusiasmar pelo tema da minha pesquisa, trocamos *e-mails*, WhatsApp e enviei o projeto de doutorado para que ela entendesse mais a pesquisa que eu pretendia fazer. Ela me convidou para ir a uma reunião da articulação das PLPs que aconteceria no sábado, dia 02/09, e também comentou sobre Alice, uma "Mulher da Paz[15]" participante do curso promovido pelo Grupo Mulher Maravilha e que se aprofundou como PLP.

Quando adentramos a Avenida Nova Descoberta, logo na subida precisamos negociar com carros e ônibus a tão estreita rua e nesse percurso de subida de ladeira continuamos nessa negociação constante até chegar a uma igreja, pois é exatamente em frente a ela que fica o Grupo Mulher Maravilha. Há uma faixa indicativa dizendo que "Só a organização de mulheres vai nos trazer justiça. Grupo Mulher Maravilha presente!", também é possível avistar a divulgação do bazar solidário que acontece aos sábados. A entrada é por um portão à esquerda. Em frente, um aviso de que o horário de funcionamento é das segundas as quartas, das 9h às 16h, dado o limitado orçamento do lugar e o fato de que contam com voluntárias para manter suas portas abertas. Adentrando, há uma rampa num terraço, algumas cadeiras como numa sala de espera, cartazes de causas como à prevenção a DSTs/AIDS,contra à homofobia e à violência contra a mulher, além de algumas plantas e mais um portão que vive fechado com cadeado. Batemos palma para entrar.

[15]Como ficaram conhecidas as mulheres que participaram do curso oferecido pelo Estado, com apenas um módulo de dois meses sobre PLPs, o que, segundo Lourdes Luna, tornou a sua atuação confusa.

Figura 5 – Entrada da sede do Grupo Mulher Maravilha

Fonte: A autora (2017)

Em sua fachada (Figura 5), estão cartazes identificando o espaço, escrito que “Só a organização vai nos trazer justiça”, com o emblema “Mulher Maravilha presente!”, além da divulgação do bazar solidário, ação realizada através de doações e venda de roupas e acessórios de segunda mão a preços acessíveis, e que auxilia nos custos de operação da ONG.

Avistamos então um salão repleto de carteiras escolares cuidadosamente arrumadas em posição circular, estratégia para facilitar a interação entre as mulheres (e, por vezes, alguns homens) presentes, estimuladas a se pronunciar em rodas de conversa.

A Figura 6 ilustra tal formatação de sala, de rodas de diálogo, em uma reunião na sede do Movimento de Trabalhadores Cristãos (MTC), no centro da cidade do Recife.

Figura 6 – PLPs em reunião circular

Fonte: A autora (2018)

E mais cartazes, além de fotos de ações na rua. No centro das cadeiras, materiais como faixas, revistas e banners espalhados ao chão para suscitar o debate, os quais serão manuseados pelas participantes da reunião (ver Figura 7).

Figura 7 – Cartazes e revistas no chão

Fonte: A autora (2018)

As mulheres vão chegando e se acomodando primeiramente próximas aos ventiladores. Os motivos das mobilizações são variados: oficinas de bordado, reuniões de articulação das PLPs, celebração do dia da mulher negra, latinoamericana e caribenha, aniversários e assembleias do GMM, oficinas promovidas para jovens da comunidade, dentre outros.

Em grandes celebrações, tal como o aniversário do Grupo, as PLPs e outras pessoas presentes seguram cartazes e faixas e posam para uma foto reunidas na sede, como a Figura 8 ilustra

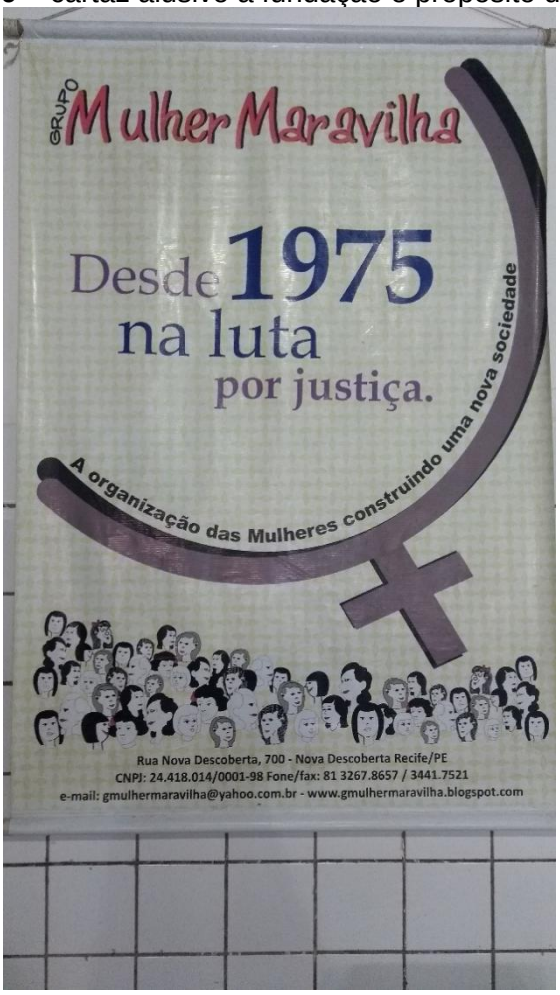
Figura 8 – Celebração de aniversário do Grupo Mulher Maravilha

Fonte: A autora (2021)

Mas de onde surge tanta mobilização? Há quanto tempo atuam nesse *modus operandi*?

O Grupo Mulher Maravilha (GMM) foi fundado no Bairro Nova Descoberta, em Recife, PE, em 1975, Ano Internacional da Mulher. O Brasil vivia sob intensa repressão política que implicava total negação dos Direitos da Pessoa Humana. As fundadoras foram mulheres inconformadas com a situação de opressão e discriminação vividas no dia a dia e, refletindo, identificaram como causa da situação vivida por elas e por todo o povo brasileiro as contradições de uma sociedade patriarcal, capitalista e racista.

Figura 9 – cartaz alusivo à fundação e propósito do GMM



Fonte: A autora (2017)

Como exposto no banner (Figura 9), o Grupo Mulher Maravilha atua desde 1975 na luta por justiça, e tem como lema “a organização das mulheres construindo uma nova sociedade”. A seguir, veremos mais a fundo como o grupo se fundou e que temas estiveram e estão presentes em sua atuação.

Na história do grupo, ele foi fundado por algumas mulheres militantes já engajadas nas lutas por justiça social, que se articularam com outras mulheres da comunidade. O GMM tem como missão lutar pela promoção dos Direitos Humanos numa perspectiva de gênero, raça e etnia, pelo acesso à cidadania da população vítima de exclusão social e empoderamento das mulheres para a construção de uma nova sociedade. É filiado à Associação Brasileira de ONGs (ABONG). Sempre atuou de forma articulada com outras organizações, redes e fóruns como: Articulação Aids, Fórum de Mulheres de Pernambuco, Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente e à Rede de Educação Jurídica Popular. Na luta por Direitos Humanos, perceberam

que a justiça não é algo abstrato e distante, mas é necessário lutar pela democratização do conhecimento dos direitos. Entender “o direito na sua dimensão legal” e da dinâmica da sociedade para conseguir o acesso à Justiça.

O grupo atuou inicialmente junto as mulheres incentivando a organização das mesmas para seu fortalecimento e elevação da consciência da situação de opressão e submissão, para buscar alternativas à conquista da sua autonomia. Segundo Lourdes, cofundadora, foi desafiador esse trabalho, mas valeu observar a elevação da consciência e da autoestima das mulheres. A maioria não tinha a compreensão das causas da pobreza, da violência e principalmente da situação de opressão e de exclusão social.

Foram então iniciadas ações de formação e de informação sobre os Direitos Humanos fundamentais, saúde popular, saúde da mulher, atividades de geração de renda e comercialização de produtos, iniciando assim uma experiência de associativismo numa perspectiva solidária, formação de agentes de saúde, alimentação alternativa e ações de prevenção a AIDS. Mais adiante lhes foram oferecidos cursos dos mais diversos como de formação profissional, sem nunca descuidar da formação cidadã. Essas ações visavam a elevação da autoestima e o empoderamento das mulheres empobrecidas. O trabalho se estendeu ao sertão do Pajeú junto a trabalhadoras rurais, de áreas de assentamento rural e, em 2003, junto a comunidades negras rurais quilombolas.

O trabalho do Grupo Mulher Maravilha também passou a ser realizado com o público infanto-juvenil e com pessoas do sexo masculino em projetos de formação profissional e de inserção no mundo do trabalho. Outras ações importantes foram as formações de Juristas Populares e de Promotoras Legais Populares no Recife e no Sertão iniciadas em 2005 até 2017. Várias mulheres da Comunidades Negras Rurais Quilombolas e da região metropolitana do Recife se tornaram Promotoras Legais Populares ainda atuantes.

O Grupo Mulher Maravilha especializou-se em questões étnico-raciais e no sertão tornou-se a entidade de referência nessa temática. Em sua sede no Recife e na filial no sertão há instaladas Oficinas de Direitos, com prestação de serviços de assistência social e jurídicas à comunidade e pontos de distribuição de preservativos. Nesses locais, são levadas informações acompanhadas de outros tipos de prestação de serviços.

O GMM, ao longo de sua trajetória, formou dezenas de agentes multiplicadoras(es) em saúde e arte-educadores(as) para levar informações de prevenção com uma linguagem lúdica à população. Realizou encontros sobre saúde da população negra em Afogados da Ingazeira, além de grandes celebrações do Dia da Consciência Negra.

Ainda no tempo da Ditadura, iniciada em 1964, executou um projeto chamado “Memória e Verdade” (2010), no Recife e no sertão pernambucano, promovendo, também, Fóruns Estadual e Regionais de Direitos Humanos, com lançamento do Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil, com a presença de Amelinha Teles, uma das escritoras e ex-presa política torturada.

Participou da Criação do Comitê Memória e Verdade e divulgou amplamente o Plano Nacional de Direitos Humanos III no Estado. Sensibilizou a sociedade civil e gestores para a criação de Comissões da Verdade. Acompanhou Caravanas de Direitos Humanos no Estado. No final de 2012, sua experiência sistematizada de educação continuada em Direitos Humanos com base na Metodologia Paulo Freire foi lançada no Encontro Nacional do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), quando foi lançado o Relatório Direitos Humanos no Brasil. Participou fortemente da Frente de entidades não governamentais de Crianças e Adolescentes, Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA) e da Articulação Aids.

Em 2018, instalou o Comitê Popular em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos das Mulheres em sua sede no Recife e na sua filial em Afogados da Ingazeira. Desde 2002, realizou projetos com a temática de Direitos Humanos e Cidadania, a exemplo de: “O Direito de ser Criança” em 2002; “Acessando Cidadania - Garantindo Direitos” de 2003 a 2009; ”Uma Nova Mulher Enfrentando a Violência” de 2003 a 2004; “Formação de PLPs” de 2004 a 2007. Executou o projeto “Oficina de Direitos - Uma Campanha de Acesso à Justiça” de 2007 a 2009, além do projeto “Direito a Ter Direitos” em 2008; Replicou o projeto de Formação para os Direitos Humanos para enfrentar a violência e a impunidade na região Nordeste, em parceria com o Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero (CEDHOR); Executou também o “Balcão de Direitos Humanos - Caminhos para o acesso à Justiça” em 2012; Em 2013, realizou ações de formação em Direitos Humanos em parceria com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos do Recife. Executou, ainda, no Recife e no Sertão do Pajeú o projeto “Memória, Justiça e Verdade – Uma questão de Cidadania e Direitos Humanos”. Em maio de 2016, encerrou o projeto voltado para militantes

femininas e feministas do Recife e Região Metropolitana do Recife, em convênio com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República.

Ao ser perguntada sobre a primeira vez que ouviu falar nas Promotoras Legais Populares, Lourdes Luna, fundadora do GMM, disse:

> Creio que nos anos 2000, sem muita certeza. Ao tomarmos conhecimento, tentamos elaborar o projeto, mas houve muita dificuldade e finalmente uma companheira que conhecia a experiência, generosamente nos orientou a elaborar o projeto que foi aprovado por uma organização Alemã que já apoiava o projeto do Grupo Mulher Maravilha Mulheres Fazendo Acontecer. Mais tarde conhecemos Amelinha Telles, da organização União de Mulheres de São Paulo, num encontro da Fundação Margarida Alves da Paraíba – Encontro de Juristas Populares. Foi então que conheci mais profundamente a história das PLPs no Brasil e quando tive a oportunidade de ler uma tese de um membro da União de Mulheres de São Paulo, que nos ajudou a aprimorar a segunda etapa do curso em realização pelo GMM no Sertão do o Pajeú (Lourdes Luna. Entrevista realizada em set. 2019).

Nesse período foi que tomou conhecimento da existência de um curso de PLP, apoiada por militantes, conseguiu realizar um Seminário Estadual com as PLPs, para afinar, isto é, em suas palavras,“alinhar” a proposta. Nesse seminário foi resgatada a história do curso no Estado.

A seguir, traçaremos um breve perfil da principal liderança do GMM, responsável por sua atuação nas diversas esferas e dona de uma história de luta ímpar, além de protagonista da implantação dos cursos de PLPs em Recife e em Afogados da Ingazeira. Já ficamos sabendo através de suas próprias palavras de onde veio a ideia e como se deu o início dos cursos de PLPs no GMM.

Lourdes Luna, nascida em 29 de fevereiro de 1944, em Recife, PE, é ex-freira, foi cofundadora em 1975 do grupo de mulheres de Nova Descoberta – Grupo Mulher Maravilha (GMM), militava em Recife na articulação com o Partido Comunista Revolucionário (PCR). Em 1979, diante das perseguições ao PCR, se exilou no sertão, através da profissão de assistente social concursada da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco (EMATER-PE) até 1983. Além de seu trabalho formal, continuou a militância, prestava assistência política ao sindicato de Afogados da Ingazeira. Inspirada no GMM, Lourdes agenciou a organização das mulheres sertanejas a lutarem por sua cidadania, além disso foi

cofundadora do Grupo Benvirá em 1985. Em 2015, recebeu o título de cidadã Afogadense (Silva, 2020).

Figura 10 – Perfil da cofundadora do GMM

Fonte: Grupo de WhatsApp “Somos Tod@s Maravilha” (2021)

Nas próprias palavras de Lourdes, em depoimento compartilhado nos grupos de WhatsApp do Grupo Mulher Maravilha e da Rede PLPs de PE, podemos analisar bastante de sua trajetória:

> O PT, o SUS e a comunidade. Boa noite à companheirada do Partido das Trabalhadoras e dos Trabalhadores - PT. Eu me chamo Lourdes Luna, mulher negra e de periferia do Recife, com cidadania afogadense, por atuar por muitos anos no Pajeú, principalmente nas áreas de saúde e formação política. Filiada ao Partido das Trabalhadoras e dos Trabalhadores, de carteirinha, ajudei a criar o partido em Afogados da Ingazeira, quando no CENTRU, tendo à frente por Manoel da Conceição, ex-exilado político e fundador do PT e Diana. Assistente Social de profissão, UFPE, turma de 1975. Cofundadora do Grupo Mulher Maravilha e do movimento Mulheres de Benvirá. Atuei no Centro de Medicina Popular com o médico das

Plantas, Celerino Carriconde, ex exilado e petista e com Diana. Tive a felicidade de chegar junto de Paulo Freire e me alegro de estarmos celebrando seu legado centenário. Ele também fundador do PT e ex-exilado político. E feliz por residir aqui perto do Sitio Trindade, terras sagradas pisadas por Freire, aqui em Casa Amarela. O PT é um patrimônio da classe trabalhadora e quero continuar a me orgulhar de ter essa estrela vermelha no peito. Comecei minha formação com pessoas perseguidas pela ditadura militar, que muito me fortaleceram e com as quais muito aprendi e o PT foi a minha escola de base onde eu e algumas manas fundamos em Nova Descoberta, periferia do Recife, o Grupo Mulher Maravilha e exercitamos nossa militância subindo e descendo morros e lutando no Conselho de Moradores e em comunidades eclesiais de base. Acredito e respeito as gestões democráticas e parlamentares comprometidas/os com o povo oprimido. mas entendo que a transformação da sociedade só vai acontecer via PODER POPULAR. Dessa forma, nesses processos internos do Partido, acredito nos quadros/nas direções que defendem e se comprometem com a igualdade de gênero, que tem história de militância e de ética na vida, e na luta. Não acredito em direção racista, machista, homofóbica à frente do partido, pessoas com discursos vazios, que pisam nas outras pessoas para obterem cargos e que vida e na luta não têm ética a exemplo de algumas eleitas, que nos está deixando com enormes preocupações. Nesse pouco espaço de tempo falar de Construção PT, é falar de sonho de sociedade justa e igualitária, partido criado em 10 de fevereiro de 1980, mas só registrado em 1982. Tem desde sua fundação grande participação de mulheres comprometidas com a transformação da sociedade e da vida dos brasileiros e brasileiras. Por isso, por diversos momentos da história do partido, a luta das mulheres foi essencial e marcou os feitos e os rumos da política nacional. Queria aproveitar o momento da plenária das mulheres para falar que o partido não existe sem escrever a construção e a importância da luta das mulheres, desde o primeiro momento, muitas vezes invisível. São 41 anos de resistência e que aqui no Estado eu quero reverenciar a Edna Teotônia que comigo fundou o Grupo Mulher Maravilha e outras companheiras e fundadoras do partido. É preciso valorizar a luta das mulheres, seu esforço e a contribuição desde sempre der nós, mulheres petistas. Graças ao nosso pioneirismo enquanto mulheres, temos hoje Secretarias de mulheres nos estados e municípios. Somos pioneiras na discussão de gênero e liberdade sexual na política brasileira, em 1987 e debate temas ainda considerados tabus. Essa nossa luta incansável enquanto mulheres organizadas obtivemos conquistas na Constituinte e ganhos significativos na saúde, na construção do SUS. O Brasil teve pela primeira vez um operário na Presidência e, pela primeira vez, uma mulher presidenta na Presidência". Nós estamos sempre tentando um novo modo de fazer política com empatia e sororidade. Mas sabemos e entendemos que não basta ser mulher, e do partido. Assim como a primeira estrela do PT foi uma mulher, nossa eterna primeira dama Marisa Letícia que bordou, como estrelas seguimos brilhando Brasil afora. Assim como as mulheres do PT em Nova Descoberta pintavam e vendiam paninhos de prato para sustentar a luta, queremos voltar às bases para reconstruir esse partido, para reconstruir o SUS acabado depois de sucateado. Começamos com o Movimento Popular de saúde, formamos agentes de saúde que hoje estão na gestão, e muitos esqueceram a luta a

> exemplo de Tereza Ramos. Por isso, hoje com o Mãos Solidarias/ Fio Cruz e com as organizações como o Grupo Mulher Maravilha. Vamos retomar as formações de base de APS. Na periferia, nos quilombos, aldeias e roças. Falar de SUS nesse momento é lembrar das reuniões nos diversos recantos dos bairros do Recife e da zona rural no Sertão do Pajeú, em preparação à Assembleia Nacional Constituinte. E na elaboração de propostas tivemos o apoio de profissionais sanitaristas a Exemplo de Dra. Paulette. É falar de luta feminina e feminista, de mulheres se juntando nas comunidades-bases. Não basta agora chorar os milhares de mortos oficiais e subnotificados. E as pessoas adoecidas e sequeladas? Se não tivéssemos abandonado as ruas, talvez hoje a gente tivesse milhares de vidas salvas já que tínhamos o melhor programa do mundo, o SUS que é cidadania expressão de igualdade, de acesso a serviços de qualidade, de igualdade. A 8ª. Conferencia de Saúde criou o Sistema Único de Saúde, área prioritária no processo de desenvolvimento da sociedade, garantido por lei na nossa constituição, ora sendo rasgada. O SUS com seus princípios de universalidade, integralidade, a equidade e a descentralização e a participação social é a expressão da humanização do Sistema que protege o povo oprimido do qual tanto falou Paulo Freire. O SUS e o PT se confundem... Nós do movimento popular de mulheres criamos consciência de nossa responsabilidade enquanto povo oprimido. E fomos à luta. Precisamos voltar às ruas, seduzir a juventude e procurar resistir enquanto nossas pernas puderem nos levar. Entendemos que a gestão, o parlamento não está mais respondendo aos nossos anseios. Vamos trazer de volta sanitaristas para num grande mutirão, animar e formar novos quadros que atuem com amorosidade nas bases. Precisamos dizer que a Lei é importante. mas sem luta ela não sai da gaveta e não acontece. Pode ser rasgada como agora acontece com esse governo infame que nos mata todo dia de vergonha. O PT foi o partido que mais investiu em saúde no Brasil e nunca o Sistema Único de Saúde (SUS) foi tão fortalecido no país como nos 13 anos dos governos de Lula e Dilma Rousseff, quando investiu com ações, com programas a exemplo do Mais Médicos, do Saúde da Família, Programa de Agentes Comunitários de Saúde, Brasil Sorridente, o SAMU. Mas que agora com o congelamento de investimentos em saúde até 2036, é só sofrimento. Tudo sucateado. Fragilizado. Precisamos lutar pelo SUS, realizar conferencia de saúde e gerar subsídios para a elaboração do Plano Plurianual 2020-2023 e do Plano Nacional de Saúde. Dificil é porque estamos com um governo que nega a ciência, ignora as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), corta investimentos e destrói programas essenciais para a garantia de saúde e vida da população. Mas passamos um longo período de ditadura militar e conseguimos sair. Agora, com a esperança do verbo esperançar vamos nos dar as mãos e partirmos para a Luta. Viva Paulo Freire, viva o SUS e todo o povo que luta e resiste. (Lourdes Luna. **[O PT, o SUS e a comunidade]**. WhatsApp: [Somos Tod@s Maravilha]. 6 nov. 2021. 13h56. 1 mensagem de WhatAapp)

É possível perceber que a mensagem de Lourdes assume um tom de uma carta aberta, sendo este, um gênero textual que tem como função direcionar uma mensagem de um determinado indivíduo ou grupo para uma pessoa, uma

comunidade ou uma organização de reconhecimento público, além disso, uma carta aberta possui um forte caráter argumentativo. E é justamente isso que Lourdes traz em seu discurso, dado que ao relatar a história da fundação do PT, bem como do GMM, a mesma tece críticas ao governo e reforça a necessidade de lutar em prol do SUS e de outros programas governamentais que oferecem assistência social. Com isso, podemos perceber em seu discurso como a militância esteve presente em sua vida, como também Lourdes conhece e admira pessoas brasileiras que também dedicaram suas vidas à militância como é o caso de Paulo Freire, Lula e Dilma Rousseff.

Ressalta-se o seu posicionamento enquanto mulher negra e de periferia, o que é refletido no relato de Layse sobre o curso de 2021:

> Eu não digo nem da palavra empoderada, que eu questiono esta palavra empoderada, de ter mais poder. Eu sinto que eu aprendi mais, e que tenho muito mais a aprender, não só do acadêmico, da lei, mas da vivência daquelas pessoas de um território diferente do meu, eu mulher branca, cis, hetero que estudou em escola e universidade particulares, que estou numa situação favorável, praticamente sempre tive e tive a realidade de ver outras que menos favoráveis como negras, lésbicas, hetero, mães solo, que eu também sou. Mostra que precisamos aprender muito ainda, e a pessoa menos escolarizada me ensinou muito, muito da perspectiva paulofreiriana (Layse. Entrevista realizada em dez. 2021).

Ainda reitera que a maioria das mulheres eram negras no curso e que foram trabalhados seus direitos e orientações para sua atuação nas periferias.

> Mudou o seguinte no sentido de principalmente de eu ter me formado como advogada ter noção dos dispositivos jurídicos e passar pras mulheres que muitas vezes não sabem nem ir atrás de seus direitos como uma pensão alimentícia, como se proteger de uma agressão, de violência doméstica, como se dirigir então são certas orientações que eu posso passar que poderiam estar comigo mas eu passo de forma leve, popular, e agregar ao feminismo popular, e a fortalecer as redes, porque no momento que eu sei e passo pra você o meu conhecimento, você já vai passar pra o outro e ir fortalecendo os territórios. Se a gente pensar que nós mulheres temos que lutar duas vezes mais que o homem e que a mulher negra tem que lutar dez vezes mais o que uma mulher branca e o curso a maioria tinha mulheres negras e a gente precisava mostrar o valor delas, da luta, e que elas têm os seus direitos, e também têm deveres também, e que podem fortalecer as mulheres da sua localidade, da sua periferia. Os depoimentos são assim ah se eu soubesse disso antes. Fulana me procurou pra dar um acompanhamento na delegacia, fulana me procurou pra ter acesso ao

> Cadastro Único, são questões como principalmente a Maria da Penha que a gente abordou no curso (Layse. Entrevista realizada em dez. 2021).

Na atuação de Lourdes no GMM, participou na formação cidadã e política de mulheres para se tornarem PLPs, portanto as Promotoras Legais Populares sabem de que lado estão e se descobrem enquanto “sujeito posicionado” (Spivak, Gayatri 1986, Braidotti, Rosi 2004 *apud* Zarzar, Andrea Butto 2017), visto a necessidade de lutar pelos interesses das mulheres e há de se supor que essas são um coletivo.

Figura 11 – PLPs após reunião

Fonte: de autoria própria (2021)

As PLPs, munidas que estão pelos conhecimentos em leis e direitos adquiridos no curso e por suas articulações com a rede de enfrentamento à violência contra a mulher, têm uma capacidade de ação autônoma e racional na construção de uma identidade e de uma trajetória de vida, tal como já assinalou Joan Scott (1995):

> Uma tentativa de construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações e uma sociedade dentro de certos limites e com uma linguagem conceitual que ao mesmo tempo marca os limites e contém a possibilidade de negação, a resistência, a interpretação e o jogo da invenção metafórica e da imaginação. Definitivamente, se não se pode falar já de sujeito, talvez se possa falar de algo mais modesto, da capacidade de ação autônoma e racional (Scott, J., 1995, p. 35-37).

Ao se reunir e discutir sua atuação, as PLPs parecem dispor de ferramentas para reinterpretar e subverter categorias, gerando transformações nas relações sociais a partir de ações coletivas. “Kergoat (2010) afirma a necessidade de analisar como os dominados reinterpretam e subvertem categorias, impedindo a reificação de sua condição e gerando transformações nas relações sociais a partir de ações coletivas”, conforme Andréa Butto Zarzar (2017, p. 58).

A variedade de temas que as PLPs discutem aponta para a construção de uma rede de organizações com as quais se relacionam. “Scherer-Warren (2007) assinala como os movimentos mais expressivos e abrangentes têm atuado cada vez mais sob a forma de redes interorganizacionais e pluritemáticas” (Zarzar, 2017, p. 73).

Nesse contexto, a experiência pode ser comparada com a da União de Mulheres de São Paulo (UMSP), onde as PLPs performavam uma “trajetória de encontros entre pessoas e organizações que se associam, fazendo alianças que implicavam em apoio, parceria e colaboração para que o curso fosse levado a cabo” , segundo Arlene Martins Ricoldi (2011, p. 16-17).

O adjetivo “popular”, que muito circula nessas denominações de cursos e no próprio nome Promotora Legal “Popular”, remete tanto a sua fundamentação metodológica, isto é, a educação popular quanto ao seu suposto público, o “povo” ou as “classes populares” (Ricoldi, 2011, p. 22-23). É a educação jurídica popular.

Tais formações não significam somente conhecimento “técnico” ou “prático” para o ativismo, mas um reconhecimento que remete à formação de sua “reputação” e amplia a sua rede de relações sociais no interior dos movimentos sociais em que se envolvem (RICOLDI, 2011, p. 212). Veremos através dos relatos das PLPs entrevistadas que suas reputações mudam para “difíceis de domar”, uma vez que se apropriam do conhecimento, da capacidade de defesa e argumentação, além da resistência, da capacidade de articulação para a mudança e do modo a “fomentar o ativismo jurídico no campo dos Direitos Humanos” e enfrentar a burocracia jurídica (Ricoldi, 2011, p. 200).

Ricoldi (2011) escolhe analisar as PLPs sob uma perspectiva de Frames (Goffman), que seria uma moldura ou enquadramento interpretativo de pessoas ou grupos.

Segundo Lívia Fonseca (2012), o projeto PLPs vai além de um curso, se realizando enquanto “um movimento social na medida em que, por meio da práxis, as PLPs atuam na sociedade para a destituição das opressões a que as mulheres estão

submetidas” (p. 9). Ela se baseia numa noção do Direito como construção social do sujeito de direito.

A autora se remete à “sociologia das ausências” através da identificação de experiências produzidas como ausentes, de forma que se tornem presentes como “alternativas às experiências hegemônicas”, cuja credibilidade é discutida e argumentada, como objeto de disputa política que é (Fonseca, 2012).

As PLPs são levadas a “pensar certo” a realidade que elas vivenciam e se sensibilizarem para a realidade da “Outra”, de maneira a contribuir para que as mulheres construam um capital para o combate da opressão de gênero em toda a sociedade (FONSECA, 2012). Dessa maneira, ocorre uma transição da “consciência ingênua” para a “consciência crítica” (idem, p. 144) e elas são capazes de “reconhecer a autonomia de sua ação no sentido de transformação da sua realidade” (idem, p. 146).

Tal como afirma Ricoldi (2011), as PLPs se tornam sujeitos coletivos de Direito, constituindo-se num movimento social (Fonseca, 2012).

Fonseca (2012) considera o curso como uma “porta” para que as mulheres que vivenciam as amarras das opressões, em especial, em “casa”, como simbologia do espaço privilegiado de opressão da mulher, consigam “sair”, ou seja, se libertem para construir os seus Direitos na “rua”.

Outro trabalho que considera as PLPs enquanto movimento social é o de Thaís Alves (2018). A autora parte de conceitos de Alberto Melucci (1989, 2001) acerca de movimentos sociais na sociedade complexa, para usar três dimensões analíticas: a solidariedade, o conflito, e o rompimento dos limites do sistema, permitindo a “multiplicação dos conhecimentos adquiridos por essas mulheres durante a formação” (Bonetti, 2000).

Os novos movimentos sociais são um composto muito heterogêneo que combinam orientações e níveis diversos de ação. “A ação dessas mulheres acabou modificando suas realidades e com isso, trouxe uma nova forma de compreender a justiça ao aproximar suas experiências com a teoria do curso, ou seja, rompeu com as barreiras impostas por um sistema excludente e desigual” (Alves, 2018, p. 26). Já a solidariedade compreende a forma de se reconhecerem e serem reconhecidas como ativistas dos direitos das mulheres, enquanto o conflito estaria na tensão entre as PLPs e o Estado.

No campo da educação, a experiência dos cursos de PLPs é situada enquanto uma variação da Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo então uma experiência "capaz de fortalecer o aprendizado de mulheres, tanto para sua atuação na sociedade como para suas relações pessoais" (Santos, 2014, p. 39). A autora cita Ricoldi (2005, p.42 *apud* Santos, 2014) no que concerne ao alcance da capacitação legal, que a princípio surge de uma necessidade de informação sobre direitos e leva a um processo de questionamento dos próprios princípios legais. Esses, ainda que garantidos, não asseguram as mudanças sociais de gênero que as organizadoras julgavam necessárias.

Para Santos (2014, p. 93), "o curso de PLPs possui, de acordo com as mulheres participantes, fatores importantes para a aprendizagem e convivência que também podem ser pensados para a EJA, como a questão dos conteúdos e da diversidade das pessoas". A utilidade prática do conteúdo, a forma de relação com o conhecimento, a formação dialógica, a importância dos temas da mulher e do feminismo e o conteúdo multidisciplinar são apontados enquanto elementos para se pensar o sistema EJA escolar e potencializar as mulheres para enfrentarem questões do mundo e da vida (Santos, 2014).

Avançando, as PLPs passam a ter uma atuação em suas comunidades, e em Porto Alegre foi criado o Serviço de Informação à Mulher (SIM), pela ONG Themis. "The PLPs are females who do volunteer, unpaid work advocating for women´s rights in their neighborhoods, generally low income areas" (Ostermann; da Costa, 2012, p. 211). Para as autoras, as PLPs do SIM quando comparadas com as feministas presentes nos serviços de atendimento à mulher e oficiais de polícia, apresentam o colapso da neutralidade institucional e o explícito engajamento com as vítimas, sendo as menos neutras e mais solidárias. "The PLPs tend not only to promptly agree with the victims´ assessments – when assessments call for agreement, but also promptly disagree in cases of negative self-assessments. Moreover, there is a tendency for the PLPs to upgrade their second assessments" (Ostermann; da Costa, 2012, p. 223-224).

Sendo assim, as PLPs trabalham sempre na diminuição da distância das vítimas e constroem menos do que é associado a uma identidade "profissional" e mais de um tipo de relacionamento de "camaradagem" (Ostermann; da Costa, 2012, p. 225).

Bonetti (2000) enfatiza a participação política como possibilidade de mudança de *status* social para os "grupos populares urbanos" (Fonseca, 1995 *apud* Bonetti,

2000). Acrescenta-se uma noção de “circularidade” de elementos simbólicos entre diferentes “espaços semânticos” (cf Ginzburg, 1995; Comaroff e Comaroff, 1991 *apud* Bonetti, 2000) e a maneira como os valores simbólicos apropriados e ressignificados nesta circularidade informam e formam as visões de mundo que pautam a atuação das PLPs (Bonetti, 2000).

Para tanto, a autora utiliza a definição de cultura de Comaroff e Comaroff (1991), como “o espaço semântico, o campo de sinais e práticas, nos quais seres humanos interpretam e representam eles próprios e os outros, e consequentemente suas sociedades e histórias contendo em si imagens, ações e mensagens potencialmente contestáveis e polivalentes. Cultura é, em suma, um conjunto em desdobramento, historicamente situado de significados em ação imediatamente material e simbólico, social e estético”.

Nesse sentido, a noção de espaços semânticos pelos quais as PLPs circulam associa-se a ideia de que essas mulheres estão em contato com diferentes universos simbólicos e diferentes códigos sociais ao longo de sua prática política cotidiana, além de estarem constantemente dialogando com essas diferenças (Bonetti, 2000).

Outra noção importante referenciada por Bonetti (2000) é a da “experiência total de vida” (Geertz, 1998, *apud* Bonetti, 2000), referenciando as trajetórias de vida das PLPs. Nesse contexto, elas adquirem um capital pessoal de “notoriedade” e de “popularidade”, firmado no pacto de serem conhecidas e reconhecidas na sua pessoa (de ter um “nome”, uma reputação, etc.) e também no fato de possuírem um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma “boa reputação”. É frequentemente fruto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios (Bourdieu, 1989 *apud* Bonetti, 2000).

Uma fala que ilustra a atuação das PLPs enquanto movimento social é a mobilização de que fala Marize, ao ser indagada sobre quando seria a próxima reunião da rede:

> Eu acho que quando voltar da Marcha Mundial das Margaridas, essa ida a Brasília vai ser diferente, porque a gente tinha um governo que sentava com a gente e agora a gente não quer sentar junto com o governo. Daqui parece que vai sair 43 carros e vão ser vários carros. Eu vou no ônibus da Marcha Mundial das Margaridas. Daqui vamos levar Malu representando o GMM (Marize. Entrevista realizada em ago. 2018).

A fala de Marize demonstra uma preocupação com o momento político vigente em relação à forma como se daria o diálogo entre movimento social e governo, mesmo diante da grande articulação e mobilização de mulheres para a Marcha Mundial das Margaridas.

Vimos até aqui uma ambientação da sede do GMM e como se especializou em formações em Direitos Humanos, combate a DST/Aids, abarcou o público infanto-juvenil para inserção no mundo do trabalho e se especializou em questões étnico raciais. Apresentamos sua co-fundadora, a qual é ex-freira, militou pelo Partido Comunista Revolucionário, o que a levou ao exílio no sertão em 1979, agora afiliada ao Partido dos Trabalhadores, defensora do Sistema Único de Saúde e das comunidades. Tal liderança permite que as PLPs atuem enquanto "sujeito posicionado", em redes interorganizacionais e pluritemáticas, com ativismo jurídico no campo dos Direitos Humanos, estando munidas de uma "consciência crítica", que lhes permite um trabalho de "camaradagem" e as dota de notoriedade, popularidade e "boa reputação", em seus movimentos em diversas esferas.

3.3 OS CURSOS DO GRUPO MULHER MARAVILHA

O Grupo Mulher Maravilha vem promovendo um processo de formação voltado à política, à cultural, à saúde e ao acesso à Justiça, através do desenvolvimento de formações profissionais, a partir de uma perspectiva de igualdade de gênero e étnico-racial, com formação de grupos de reflexão, em função do pleno exercício da cidadania.

Em 2005, o projeto das Promotoras Legais Populares viabilizou um processo de formação política com as mulheres, dando oportunidade de conhecer sobre seus direitos, os Direitos Humanos, bem como favorecer o acesso à justiça, ao poder público e ao exercício da cidadania.

Sendo assim, o grupo realizou quatro cursos de Promotoras Legais Populares, um em 2005, em Nova Descoberta, outro, em 2006, no Sertão do Pajeú, e, mais recentemente, em 2017 (ver Figura 12), outro curso em Nova Descoberta, além de um em modo remoto devido à pandemia, para mulheres da Região Metropolitana de Recife e também do Sertão, em 2021.

Figura 12 – PLPs formadas na turma 2017

Fonte: A autora (2018)

O projeto contribuiu, ainda, para o fortalecimento das mulheres no enfrentamento da violência, das questões de gênero, raça/etnia, e, assim, passaram a compreender os aspectos da violência em seu foco de dominação e exploração sobre os papeis que homens e mulheres desempenham na sociedade e como esses papeis são impostos às mulheres de forma negativa.

Nesse sentido, foram realizadas oficinas, rodas de diálogo sobre racismo e Direitos Humanos promovidos pelo GMM na campanha “Por um mundo sem discriminação racial”, além de seminários, debates, participação em audiências públicas, visitas aos órgãos de justiça, de segurança e de saúde.

O projeto de 2005 foi marcado pela forte participação das cursistas em espaços de controle social como a Conferência Municipal de Promoção e Igualdade Racial, a 7ª Conferência Municipal de Saúde – “Saúde no Recife: garantindo a inclusão social e a qualidade no SUS”, a Delegadas no Orçamento Participativo – Plenária da Mulher, bem como em eventos políticos como:11º Grito dos/as Excluídos/as com o lema: “ Brasil, em nossas mãos a Mudança”; 18 de Maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; II Feira de Direitos Humanos; Marcha Zumbi + 10, no Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial – 21 de março; Caravana ao sertão do Pajeú para celebração do Dia da Consciência Negra e o lançamento da cartilha “Consciência Negra e Ação Política’, sendo um produto da campanha “Por um Mundo Sem Discriminação Racial”; 20 de novembro

em Afogados da Ingazeira com a participação de comunidades negras rurais quilombolas e a visita à cidade turística Solidão – Sertão do Pajeú; Seminário em Afogados da Ingazeira com o tema “Violência Doméstica e a Saúde da Mulher Negra”, ocasião em que as cursistas apresentaram o projeto à mulheres quilombolas em Afogados da Ingazeira, cidade da região do sertão onde o GMM repetiu a mesma ação desenvolvida no Recife, em 2006.

No decorrer do curso, as Promotoras Legais acompanharam a equipe da Unidade Policial contra as Discriminações (UNIPRED), que após haver constatado um elevadíssimo índice de violência contra a mulher no bairro de Nova Descoberta, passou a desenvolver, juntamente com o Grupo Mulher Maravilha, ações preventivas naquele lugar. A participação se deu com apoio em oficinas, reuniões, encontros e debates com lideranças comunitárias sobre os temas relacionados com a questão da mulher, com ênfase na temática da violência de gênero. Essa atividade possibilitou uma formação-ação das mulheres e uma maior visibilidade ao projeto/curso.

O curso teve como objetivos específicos: contribuir para o enfrentamento e a prevenção do quadro de violência, abuso e exploração sexual, nas quais se encontram; promover a garantia dos Direitos Humanos e a equidade de gênero e etnia; educar para a garantia dos Direitos Humanos Fundamentais; educar para os Direitos Sexuais e Reprodutivos; desenvolver ações na família e na comunidade que contribuam para a compreensão do fenômeno da violência e de estratégias de enfrentamento; contribuir para o fortalecimento de uma consciência crítica das mulheres, favorecendo sua participação na vida pública e privada.

O princípio metodológico do trabalho foi baseado na filosofia paulofreiriana. A participação, a intervenção, os conhecimentos das cursistas foram absorvidos como elementos fundamentais no processo do ensino-aprendizagem. O projeto foi desenvolvido na perspectiva da educação popular, embasada na pedagogia libertadora, com ênfase na formação qualificada de agentes de multiplicação social. As premissas norteadoras dessa metodologia têm como base a construção coletiva do conhecimento, a horizontalidade nas relações entre cursistas e educadoras, favorecendo uma consciência sobre a realidade social e o diálogo como instrumento de comunicação no processo do aprender fazendo.

Para Paulo Freire (1996, p.01), “ninguém é sujeito da autonomia de ninguém”’, portanto a estrutura dos cursos GMM não é hierarquizada, de instituição para educandas, antes ouve suas histórias, experiências e demandas. E ele continua

dizendo: “porém ninguém amadurece de repente, aos vinte e cinco anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser” (p.1). E esse despertar para se tornar uma PLP acontece estimulado por interações não-hierárquicas, o que provoca um processo de amadurecimento dessas mulheres para si.

Assim, “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos” (Freire, 1996, p.15), exige docência e discência (idem, p. 12), portanto pesquisa, metodologia rigorosa, e exige aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação (idem, p.17). Assim, voluntárias do GMM se orientam e se embasam ao formular suas aulas, e estão abertas ao diálogo com as cursandas, de modo a fomentar o novo sem discriminações, numa horizontalidade. Idealmente, seria a valorização do saber popular e das experiências de vida das mulheres que estão ali para adquirirem e trocarem conhecimentos no processo de se tornar uma PLP. Dessa forma foram debatidos os módulos dos cursos retratados aqui, numa construção do saber. Imaginamos que as voluntárias que ministraram os módulos possam enfrentar alguns desafios na aplicação de tal base pedagógica, porém este é o norte oferecido pelo GMM.

O inconteste patrono da educação no Brasil, de origem pernambucana, também prega que “ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo” (Freire, 1996, p. 38), o que acontece com as PLPs que passam a interferir em casos de violência contra a mulher, atuando como referências em suas comunidades e por vezes fora delas, e como multiplicadoras de conhecimento, intervindo, então, no mundo ao seu redor.

De acordo com relatório (GMM, 2006), o curso teve como resultados: vinte e uma mulheres capacitadas e com um elevado (de acordo com o GMM, 2006) nível de compreensão sobre os Direitos Humanos das Mulheres e sobre o acesso à justiça; participação das mulheres em parceria com a UNIPRED no Enfrentamento à Violência contra a Mulher; ações preventivas no bairro de Nova Descoberta, com distribuição de material educativo, caminhada pelas ruas do bairro, oficinas e palestras nas escolas sobre a temática da violência contra a mulher; realização de uma roda de diálogo sobre o tema “Violência Contra a Mulher no Bairro de Nova Descoberta”; fortalecimento dos Grupos de Mulheres; participação em eventos, seminários, campanhas, conferências; participação na Mídia Comunitária; participação das

cursistas como monitoras dos temas aprendidos, na realização de oficinas, palestras com as outras mulheres de sua comunidade.

No Sertão do Pajeú, as aulas aconteceram no Espaço Benvirá e atingiram 40 mulheres de comunidades urbanas (bairros de Afogados da Ingazeira) e da zona rural (áreas de assentamentos e comunidades negras rurais quilombolas). Em 2006, os encontros foram mensais, iniciando quinta-feira à noite e terminando sábado ao meio dia. As principais ações foram encontros, oficinas, celebrações, vigílias e reuniões.

O projeto teve como objetivos possibilitar o acesso das mulheres à Justiça, buscando: contribuir para o combate e a prevenção do quadro de violência, abuso e exploração sexual nas quais se encontravam; promover a garantia dos Direitos Humanos e da equidade de gênero e etnia; educar para a garantia dos Direitos Humanos Fundamentais; educar para os direitos sexuais e reprodutivos; desenvolver ações na família e na comunidade que contribuíssem para a compreensão do fenômeno da violência e estratégias de enfrentamento; contribuir para o fortalecimento de uma consciência crítica das mulheres, favorecendo sua participação na vida pública e privada.

O princípio metodológico de todo o curso foi baseado na perspectiva da Pedagogia Libertadora e Dialógica, assim como no primeiro curso. A participação, a intervenção e os conhecimentos das educandas foram absorvidos como elementos fundamentais no processo de ensino-aprendizagem. Seguindo a filosofia da Educação Popular, as ações formadoras do projeto buscaram garantir a construção coletiva e a autonomia na formação de agentes de multiplicação social transformadora. A metodologia favoreceu uma consciência sobre a realidade social e o diálogo como instrumento de comunicação no processo do aprender fazendo.

Trabalharam observando, segundo o relatório do GMM (2006), a integralidade das participantes como componentes essenciais de uma pedagogia libertadora, pois em todo o acompanhamento foram levadas em consideração suas necessidades, limitações, sentimentos e a subjetividade quando procurou-se trabalhar as relações interpessoais, a construção da identidade, o estímulo à criatividade, o estímulo ao desenvolvimento pessoal e a solidariedade grupal, o aumento da consciência cidadã e o incentivo à autorreflexão, à avaliação e, sobretudo, à reflexão sobre a prática com o fim de transformá-la.

Para tanto, os cursos tanto de 2005 quanto de 2006 foram estruturados em cinco módulos, sendo eles: 1) Direitos Fundamentais (Direitos Humanos: histórico e

atualidade; Constituição Federal; Organização do Estado e da Justiça); 2) Direitos das Mulheres nas relações familiares (Relações conjugais; separação/divórcio; alimentos/guarda dos filhos/regulamentação de visitas; Estatuto da Criança e do Adolescente/adoção e guarda); 3) Garantia dos Direitos das Mulheres em Situação de Violência (Identificação da violência contra a mulher, conjugal, sexual e doméstica; Encaminhamento, especificações e crimes; Crimes de lesões, violência doméstica, sistema penas e juizados especiais criminais); 4) Proteção e Garantia dos Direitos Reprodutivos (Corpo e sexualidade; Planejamento Familiar e esterilização; Doenças sexualmente transmissíveis e AIDS; Mortalidade Materna, aborto, leis sobre a saúde da mulher); 5) Garantia dos Direitos da Mulher no Trabalho e Discriminação Étnica (Direito do trabalho, legislação; assédio sexual/discriminação da mulher no trabalho; discriminação racial; leis e instrumentos de proteção).

O projeto teve o apoio do Comitê Alemão e do Fundo Canadá e obteve como resultados: 39 mulheres concluintes do curso de formação de Promotoras Legais Populares, revelando um aumento do conhecimento sobre o ciclo de violência contra a mulher e da consciência crítica; uma participante não concluinte do curso de formação demonstrando grande interesse em participar de uma Oficina de Direitos; grande parte das promotoras repassando seus conhecimentos em vários espaços sociais como em associações de bairros e da zona rural, escolas, sindicatos, grupos comunitários, igrejas, famílias, vizinhança e junto a pessoas conhecidas e amigas; moradores de Afogados da Ingazeira e de outras cidades com maior informação sobre a então nova Lei Maria da Penha de enfrentamento à violência contra a mulher; comunidades mais informadas, principalmente sobre o papel do Ministério Público, do Conselho Tutelar, entre outros; eleição democrática das plantonistas que assumiram a implantação da Oficina de Direitos; maior interesse em participar das vigílias mensais por parte das mulheres da comunidade; disposição de algumas promotoras em contribuir com o trabalho da entidade, mesmo após a conclusão do curso (GMM, 2006).

Além disso, houve outros pontos importantes, sendo eles: a repercussão e o reconhecimento do curso de Promotoras Legais Populares no município de Afogados da Ingazeira e em outras regiões, em algumas instituições locais, na capital do Estado, no sul do país e também no exterior (Estados Unidos); segundo o GMM, o empoderamento das mulheres, principalmente das Comunidades Negras Rurais Quilombolas; a segurança e a disposição das participantes em denunciar casos de

violência; o entusiasmo e a capacidade de repassar os conteúdos abordados com clareza, melhoria nos conhecimentos das leis e de formas de acesso à justiça; as então vereadoras Joana D´Arc e Zulene levaram à Câmara a discussão sobre a linguagem, inclusive não sexista; criação do bloco carnavalesco Flor do Mandacaru (cacto da região sertaneja que simboliza resistência), com o tema não à violência contra a mulher, ideia que partiu da promotora Joana D´Arc e foi apoiada pelo GMM e por outras organizações de mulheres (Relatório de Curso GMM, 2006)

No curso de 2017, as oficinas foram metodologicamente pensadas para possibilitar o empoderamento das mulheres e a socialização de conhecimentos a partir da valorização não apenas do saber técnico-jurídico ou acadêmico, mas, assim como os cursos anteriores, também dos saberes populares advindos da experiência e da vida cotidiana. O curso teve duração de seis meses ocorrendo em encontros quinzenais com 06 horas de duração. As atividades aconteceram em ambiente circular e horizontal, no qual todas as mulheres podiam se ver e interagir num mesmo nível. As falas foram organizadas de modo a proporcionar a todas as participantes a oportunidade de se expressar, respeitando o momento de manifestação de cada uma e das(os) intermediadoras(es).

Contando com a colaboração de diferentes voluntárias(os), o curso empregava mística de relaxamento e interação em palestras envolventes, oficinas estimuladoras, discussão de situações reais ou fictícias, debates sobre temas de interesse, visitas guiadas.

O conteúdo do curso de formação abrange sempre com o recorte de gênero noções sobre: teorias feministas, gênero e movimentos feministas articulados; desigualdade de classe, de raça e de gênero; linguagem de gênero; direito, organização e estrutura do Estado e instrumentos de participação popular; violência contra a mulher, formas de enfrentamento e instrumentos legais de amparo; exploração sexual e tráfico de seres humanos; políticas de direitos humanos, internas e externas; saúde, doenças sexualmente transmissíveis, direitos sexuais e reprodutivos; proteção à criança, ao adolescente, à pessoa idosa, à pessoa com deficiência; direito de família, à previdência, à educação, ao trabalho, à moradia, ao meio ambiente; economia solidária, além de outras questões, que envolvam as mulheres e que culminem em atividades de mobilização social.

Ao final do curso, as mulheres que tinham no mínimo 75% de frequência receberam o título simbólico de PLP que lhes foi outorgado em cerimônia de formatura.

Na figura que se segue, temos a recém Promotora Legal Popular formada em 2017 ostentando seu certificado, o que foi um marco para toda a mobilização que se seguiu em sua atuação militante tanto profissionalmente, quanto junto ao Grupo, vindo a ser inclusive coordenadora da turma de 2021.

Figura 13 –Marineide ostenta feliz seu certificado

Fonte: A autora (2017)

E com vistas a permitir que a reflexão e o diálogo sobre os conhecimentos compartilhados e adquiridos no curso perpetuem-se, as portadoras desse título asseguraram o direito de participar do fórum permanente de PLPs ou de outros espaços como Redes de PLPs, Redes de Educação Jurídica Popular, Articulações de PLPs ou similares, no qual elas têm a oportunidade de aprofundar o estudo em temas específicos e de articular movimentos concretos de atuação**.**

Foi, então, criada a Articulação de PLPs, em 02 de setembro de 2017 (Anexo A), sendo ela uma organização do movimento de mulheres, sem vínculos religiosos, como espaço de estudo das PLPs, de reflexão de temas de interesse, troca de experiências e de articulação de ações eficazes com entidades e movimentos da sociedade civil, que se opõem a toda e qualquer forma de discriminação de gênero, raça, etnia classe social, geração e orientação sexual, para sua defesa, representação, articulação e formação continuada.

Durante a pandemia e diante do cenário político de desmonte, o GMM ainda reuniu forças e organizou um curso de modo virtual, em 2021, e a fala de Layse explica como se deu essa empreitada, partindo do seu ponto de vista, mostrando também como saiu de um posicionamento mais acadêmico para uma perspectiva mais popular:

> Era mais concentrada na parte acadêmica, dos estudos acadêmicos, trabalhando como advogada, mas sem uma perspectiva do popular, que é o que traz as promotoras populares, muito dentro da minha bolha, dos advogados, no fórum, veio a pandemia, houve as modificações na minha vida, e houve o interesse né, conheci o GMM, eu conheci em 2020 durante a campanha eleitoral através de um café da manhã da coordenadora do grupo, através de Lourdes e Valéria, através também de Sheila, ela me apresentou e comecei a conhecer, houve o projeto com o fundo Baobá que o GMM foi contemplado, e que o principal objetivo era fazer esta 4ª turma de Promotoras Legais Populares, em que eu fui aluna, e também trabalhei como... na construção. Fui coordenadora junto com Marineide porque para as PLPs eu ainda não poderia ser coordenadora, mas pro Baobá não tinha esta questão burocrática, como tem dentro das PLPs, que pra ser PLP fazer um curso você tem que ser Promotora Legal, mas pro Baobá não, eu podia ser coordenadora pra essas questões burocráticas, assinatura, relatório, prestação de contas, que por sinal a gente finalizou. (Layse. Entrevista realizada em dez. 2021).

Ainda em sua fala, é possível perceber as diferentes origens das mulheres e a abrangência deste último curso:

> Eu soube que existia este curso pelo GMM junto com outras PLPs de outros estados e o GMM tem esta referência em PE para o Brasil, e a ideia da gente era interiorizar, de forma virtual, para atingir mulheres do sertão, mulheres quilombolas, pra que elas fossem também PLPs. Eram de 25 a 30 alunas. A gente tinha de Jaboatão, de Olinda, de Paulista, da RMR, a gente tinha do Sertão do Pajeú, de Afogados da ingazeira, de Iguaraci, de Carnaíba, que era a comunidade quilombola. (Layse. Entrevista realizada em dez. 2021).

Como se pode notar, uma vez formadas nos cursos, mesmo que as PLPs atuem onde quer que estejam, elas têm forte inserção em seus próprios bairros, sendo

vistas e reconhecidas como lideranças locais, pessoas de referência na busca pelo acesso à Justiça, como destacaremos no próximo item.

3.4 A INSERÇÃO DAS PLPS EM BAIRROS POPULARES

Ao fazer uma busca pela definição de popular no Google[17], encontramos que esse termo é relativo ou pertencente ao povo ou feito pelas pessoas simples, sem muita instrução. Assim é grande parte das Promotoras Legais Populares, as quais embora tenham pouca instrução têm um vasto conhecimento sobre leis e direitos e articulação com a rede de proteção.

As PLPs têm formações das mais diferenciadas, desde apenas o ensino fundamental até a formação em agente de saúde e psicologia, mas elas têm em comum sua atuação em bairros populares, bem como sua origem popular. Para entender o contexto de atuação das PLPs, vale a pena refletir um pouco sobre os seus contextos de vida, tal como o nome “legal popular” empodera no sentido de saber a respeito de leis, além de que elas estão vivendo um popular que oferece protagonismos em sua atuação. Legal nem sempre rima com popular. Muitas vezes a própria lei não segue os mesmos preceitos de ação que a vida traz para as pessoas, tal como observado em entrevista com a PLP Marineide, que precisou se disfarçar para denunciar o agressor de uma mulher e acabou por ser coagida por ele. “As profundas desigualdades e a perpetuação da pobreza são resultado, ainda, do histórico déficit de cidadania e efetivação de direitos para a grande maioria da população, sobretudo para as mulheres e a população negra” (Ferreira; Ávila; Vieira, 2014, p. 20).

No Brasil, conforme Jaccoud (2011, *apud* Ferreira; Ávila; Vieira, 2014),

> A pobreza e o pobre remetem questões centrais à sociedade: de um lado, os problemas referentes à ordem econômica em um contexto de mercado de trabalho restritivo no que se refere à criação de empregos, trabalho e renda; de outro lado, problemas de ordem política, referentes à construção dos direitos sociais e da cidadania. (Jaccoud, 2011, p. 122)

[17]O dicionário de português da Google é proporcionado pela Oxford Languages. Acesso em 04 nov. 2020.

E o curso de PLPs vem como uma solução possível a esses problemas de ordem política, uma vez que elas aprendem sobre leis e direitos e passam a exercer melhor sua cidadania, principalmente em seus bairros populares. Outras PLPs ficam impedidas de comparecer às reuniões de articulação por estarem solucionando problemas de ordem econômica, na busca de empregos ou mesmo de empreender.

> A nosso ver, a pobreza não é apenas um estado no qual se insere ou permanece um contingente maior ou menor de pessoas; a pobreza é resultado do processo histórico de produção de desigualdades que, no caso brasileiro, forjam-se nas relações sociais de classe, de raça e de gênero. Um processo que, em suas dimensões históricas, contém dimensões objetivas e subjetivas, materiais e simbólicas, forjadas em uma história de não acesso a direitos e cidadania, de assistencialismo e clientelismo, de estigmatização e discriminação frente à pobreza. (Ferreira; Ávila; Vieira, 2014, p. 21)

Conforme descrito acima, podemos inferir que os cursos de PLPs são importantes vetores para viabilizar o acesso aos direitos e a cidadania, com dimensões objetivas e subjetivas no combate à situação de pobreza, que em geral caracteriza as cursistas. O curso contribui para a quebra do processo histórico de produção de desigualdades, uma vez que empodera as mulheres de conhecimentos e capacidade de agir.

> As questões colocadas pelo movimento feminista sobre a autonomia econômica, tomando aqui como referência a elaboração construída no âmbito da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB, referem-se à autonomia econômica como a capacidade de autodeterminar projetos de vida e está relacionada, para além do acesso à renda, ao acesso a serviços públicos, direitos e à proteção social; as tensões entre trabalho produtivo e reprodutivo, incluindo jornada de trabalho e acesso à política de cuidados; as condições e características do trabalho e a relação entre trabalho e corporeidade; a participação e organização política; os aspectos inerentes à construção da subjetividade das mulheres e o contexto de relações sociais de gênero e raciais desiguais e suas expressões (opressão, controle, violência, dentre outros) (Ferreira; Ávila; Vieira, 2014, p.26).

Os argumentos apresentados por Ferreira, Ávila e Vieira (2014),com os quais concordamos, nos permitem observar que a realização do curso de PLPs foi importante e operou mudanças na vida dessas mulheres. Elas passaram a se aprimorar em seus conhecimentos, procurando novos cursos, se graduando, muitas têm suas trajetórias de vida modificadas pela coragem de dar um basta em relacionamentos abusivos, além do empoderamento, que é poder ajudar outras

mulheres em situação de vulnerabilidade. Esse conhecimento as afasta da pobreza intrínseca que viviam, tornando-as capazes de conciliar trabalho produtivo e reprodutivo, dando-lhes acesso à política de cuidados, tornando-as protagonistas de organizações políticas, dentre outras coisas mais.

> Se, de um lado, a realização do trabalho remunerado e a conquista de uma renda própria é um elemento importante para a melhoria das condições de vida e a ruptura com situações de pobreza ou dependência econômica e, conforme propõe os movimentos feministas, para alterar relações de subordinação de gênero, a entrada no mercado de trabalho, formal e informal, também significa o enfrentamento de outro conjunto de relações de desigualdade. Uma vez que esta inserção acontece no conjunto de relações sociais que carregam ainda as marcas da dominação colonial – patriarcal, racista e de classe –, elas enfrentam a precarização do trabalho, a desigualdade salarial e os baixos rendimentos e à desproteção social, e novas tensões no cotidiano, por exemplo, entre trabalho remunerado e não remunerado (Ferreira; Ávila; Vieira, 2014, p.36).

Ao analisar a história da União de Mulheres de São Paulo, Oliveira (2001) ressalta que, ao criar espaços de educação jurídica popular e de reflexões, a instituição tem possibilitado a constituição de novas subjetividades femininas, outras maneiras de ser, desconstruindo, assim, a ideia de um “destino biológico e natural”, o que propicia às mulheres novos olhares para si mesmas, para seus corpos, seus desejos, afetos e para suas relações cotidianas, fortalecendo a crítica sobre as relações patriarcais e misóginas. E assim ocorreu com as PLPs formadas pelo Grupo Mulher Maravilha, que após uma formação jurídica popular puderam pôr em xeque as relações patriarcais e misóginas, inserindo-se em espaços com protagonismo e combatendo a violência contra a mulher.

As Promotoras Legais, populares que são, atuam em comunidades que em sua maioria vivem em situação de pobreza. Em sua atuação nos bairros, de maneira a reparar uma desigualdade histórica, trabalham para a emancipação das mulheres, muitas vezes inseridas em uma economia informal, permeada por trabalhos domésticos não remunerados, cuidados não reconhecidos, o que as coloca em situação de vulnerabilidade.

A ênfase no popular, batante ouvida em falas nos encontros com a presença de PLPs, é de extrema importância para caracterizar o grupo de feministas que estão nos bairros, atuando para a eliminação das desigualdades vividas nas periferias, com

a meta de empoderar as mulheres e amenizar os efeitos da pobreza, também pauta das ações do GMM.

Estudos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2012) apontam que a renda das residências é prioritariamente do trabalho, mas também em menor grau, de transferências de renda tanto públicas quanto privadas, e que o Brasil, na época, estava entre os países cujos níveis de pobreza haviam diminuído significativamente.

> Entre las distintas fuentes de ingresso con que cuentan los hogares, las rentas del trabajo fueron las más determinantes para explicar lavariación de los ingresos en los hogares pobres. Enlossiete países cuyos niveles de pobreza disminuyeron significativamente, losingresos laborales dieron cuenta de al menos trescuartas partes de lavariación del ingreso per cápita total. Las transferencias (tanto públicas como privadas, y que incluyenlas pensiones y las jubilaciones), así como el resto de los ingresos (de capital, alquiler imputado y otros), también contribuyeron a la reducción de la pobreza, aunque en menor grado (CEPAL, 2012, p.15).

Chama a atenção o recorte de gênero existente na situação de pobreza, uma vez que as mulheres estão em uma proporção mais elevada de trabalhadoras familiares sem remuneração.

> También en este aspecto es evidente la brecha de género, ya que entre las mujeres hay una proporción más elevada de trabajadoras familiares sin remuneración —particularmente entre indigentes y pobres no indigentes— y de ocupadas enelservicio doméstico (CEPAL, 2012, p.17).

Ainda assim, a proporção de lares chefiados por mulheres está em crescimento.

> La composición por sexo de los grupos pobres es similar ala de 1999, pero se observa un cambio importante em el porcentaje de personas que viven en hogares encabezados por mujeres. De 1999 a 2011, en los hogares indigentes la proporción pasó del 18% al 28%. em los hogares pobres estos valores fueron del 19% y el 28%, respectivamente. Esto indica que se debe ampliar la disponibilidad de alternativas de cuidado, sobre todo para quienes no tienen recursos suficientes para contratar servicios de cuidado en el mercado. com ese apoyo se facilitaría la participación laboral de las mujeres, algo fundamental para los hogares con jefatura femenina que están bajo el umbral de pobreza (CEPAL, 2012, p.17).

Há de se considerar também a questão do uso do tempo. Enquanto o tempo utilizado no trabalho fora de casa proporciona uma renda que satisfaz diversas necessidades, o trabalho com cuidados domésticos proporciona o bem estar dos outros integrantes da residência.

> Se conforma una perspectiva adicional al considerar la privación de tiempo como un elemento relevante para medir el bienestar de las personas. El tiempo dedicado al trabajo remunerado permite generar recursos monetarios para cubrir necesidades diversas, mientras que el tiempo utilizado em trabajo doméstico y de cuidados permite satisfacer las necesidades de autocuidado y de cuidado de otros miembros del hogar. A su vez, el bienestar de los hogares es una función de sus niveles de ingreso y consumo y de sus decisiones sobre el tiempo de trabajo remunerado, a locual se agrega que los hogares requieren de un mínimo de horas para cumplir com las tareas domésticas y de cuidado, y también necesitan tiempo para descansar y recrearse (CEPAL, 2012, p.18).

De acordo com o relatório, antes do estudo, as análises da pobreza na América Latina não haviam levado em consideração o tempo destinado aos cuidados e ao trabalho não remunerado. Considerá-los permite uma análise mais profunda e uma base para a construção de políticas, uma vez que tal atenção leva à falta de tempo para descanso e recreação, devido à dedicação excessiva ao trabalho e atividades domésticas.

> Hasta ahora, em los análisis de pobreza de la región no se ha incorporado sistematicamente el tiempo destinado a las labores de cuidado y el trabajo no remunerado. Su consideración permitiría dotar de más profundidad al análisis de la pobreza y de las desigualdades de género, además de constituir un aporte al diseño de políticas. Haciendo una analogia com los recursos monetarios, se puede medir la “pobreza de tiempo” definiéndola, por ejemplo, como la falta de tiempo para descanso y recreación, debido a la dedicación excesiva al trabajo y a las labores domésticas (CEPAL, 2012, p.19).

Noções de cuidado foram identificadas na interação e no modo de agir das protagonistas deste estudo, estando mais fortemente discutidas no capítulo 5, que trata de empoderamento, de trajetórias de vida e de dilemas morais e éticos em ser uma PLP. Na seção sobre a ética do cuidar, tecem-se considerações acerca da realidade das mulheres e sua predisposição ao cuidado, muitas vezes imbuído em um contexto de necessidades latentes, que terminam por estimular a solidariedade entre elas.

Diante da situação de crescente pobreza, especialmente entre as mulheres, a educação de Promotoras Legais Populares para a ação em comunidades está em consonância com necessidades dessas mulheres, sendo oportuna, uma vez que elas também atuam na promoção do empreendedorismo feminino, capacitando mulheres a adquirirem uma renda extra proveniente de trabalhos com os quais sabem lidar, muitas vezes retirando-as de situações de violência.

Por certo, fomentar capacidades produtivas é uma precondição para políticas de desenvolvimento de longo prazo. Além disso, é possível que mesmo com resultados distributivos diminutos venham a existir outros efeitos desejáveis, por exemplo, mais oportunidades de mobilidade social. Acima de tudo, a educação não deve ser entendida como um mero instrumento econômico: investir em educação, ainda que não gere resultados imediatos sobre a renda, é um fim a ser perseguido por diversas outras razões, várias delas também ligadas ao bem-estar individual e social.

Contextualizadas as PLPs, caracterizados seus cursos, traçado o perfil de sua liderança, problematizado o “popular” e a pobreza e sua atuação nas comunidades, passaremos a ouvir suas próprias reflexões sobre sua definição, sua atuação, seu posicionamento, suas articulações e sua capacidade de influência sobre outras mulheres, em seus próprios relatos.

4 “DIFÍCEIS DE DOMAR”

> *Ser uma PLP é ser uma pessoa difícil de domar, não ser uma presa fácil e poder contribuir com mulheres que sofrem violência e saber orientar!*
>
> (Helena, 16/06/2018)

No discurso acima, podemos identificar elementos de empoderamento das PLPs e de transformação nas suas vidas com o curso. Ao afirmar que ser PLP é ser uma pessoa “difícil de domar”, Helena aponta para a questão da resistência presente nessas mulheres. Além disso, ao “não ser uma presa fácil’ subentende-se o amparo por uma rede que as apoia, tanto do Grupo Mulher Maravilha como das próprias leis e da rede de atendimento às mulheres. Seu empoderamento também está presente no fato de “poder contribuir com mulheres que sofrem violência”, tornando-as, por sua vez, também igualmente “difíceis de domar”. Por último, na questão de “saber orientar”, mostra-se uma modificação na sua vida pessoal no adquirir de uma nova capacidade, um novo saber em relação a construção de uma vida particular.

Tais nuances do “difíceis de domar” podem ser ilustradas através dos discursos de outras PLPs, nas entrevistas realizadas entre 16/06/2018 a 27/08//2019[18] e outras em dezembro de 2021, em locais variados, bem como através de anotações do diário de campo. Algumas entrevistas foram no Grupo Mulher Maravilha, inclusive uma declaração em vídeo no dia 04/08/2018, outras no Grupo Benvirá em Afogados da Ingazeira, outra em uma Upinha. As mulheres, pelo seu reconhecido protagonismo, optaram por ter seus nomes reais revelados, fato respeitado pela pesquisadora.

Utilizando, então, um breve discurso de uma PLP entrevistada, que diz que ser PLP é ser agora difícil de domar, procuramos nos subtópicos encontrar os motivos pelos quais elas são difíceis de domar, tendo como fonte de dados as suas próprias palavras nas entrevistas dadas.

---

[18] É importante frisar que durante esse período também realizei doutorado sanduíche na Universidade de Sussex, na Inglaterra, durante os meses de setembro de 2018 a fevereiro de 2019, período que foi profícuo para o mergulho na literatura sobre empoderamento e paralegais ao redor do mundo.

São motivos para elas serem difíceis de domar: como sabem construir a vida particular, a rede que as apoia, como têm atuação na política e como sabem fazer também de outras mulheres difíceis de domar.

4.1 PROTAGONISMO E SUPERAÇÃO DE OBSTÁCULOS

Essas mulheres têm em suas trajetórias momentos de imposição de suas vontades, de modificações em suas vidas e traços de personalidade particulares com o empoderamento gerado nos cursos de PLPs ou mesmo agem como protagonistas de suas vidas mesmo antes disso, já apresentando atuação inicial antes do curso.

Na fala de Josélia, integrante da última turma de PLPs oferecida de modo remoto pelo GMM, em 2021, explicita como já era militante e atuante na época de sua faculdade:

> Minha vida sempre foi muito caseira, mas também muito participativa dos movimentos sociais, principalmente a noite, que era o único tempo que eu tinha. Então fazia muita militância entre o SUS e o SUAS, o SUS porque meu marido é da saúde (Josélia. Entrevista realizada em dez. 2021).

Para Maria Aparecida, são traços de personalidade que foram modificados, a fortalecendo enquanto pessoa contestativa, consciente de seus direitos e deveres e mais preparada para lutar e enfrentar, deixando de ter uma atitude calada perante as adversidades. “A pessoa fica muito mais consciente, de direito e de dever, mais forte, mais preparada para enfrentar, para lutar (…) Era muito fechada para a vida, muito calada. Não contestava, aceitava mais as coisas. Já não sou aquela pessoa tão calada.” (Maria Aparecida. Entrevista realizada em jun. 2018).

Helena aponta para sua atitude mais inquieta e capacidade de intromissão, além da aquisição de segurança para falar de violência contra a mulher, dos direitos humanos e do conhecimento sobre as leis. No plano doméstico e particular, aprendeu a orientar e prevenir a si mesma e a sua filha, como também é capaz de identificar um agressor “por mais bonzinho que ele seja”, o que a tornou mais difícil de se relacionar. Ela se tornou, em suas palavras:

> Mais inquieta com relação a violências de uma forma geral. Você não engole tudo de forma gratuita tem mais poder de argumentação, não fica calada, vai e se intromete. A questão do conhecimento mesmo,

> e mais segurança para falar não só de Violência contra a Mulher, mas de outros tipos de violência e direitos humanos e conhecer mais sobre as leis. A questão da não aceitação da violência. É valioso reconhecer um agressor por mais bonzinho que pareça. Já previno a mim mesma e à minha filha. Descrevo os defeitos da pessoa numa primeira conversa. Por isso hoje tá mais difícil eu me relacionar (Helena. Entrevista realizada em jun. 2018).

O curso oferece aportes para que as cursistas reconheçam a violência em suas múltiplas, e às vezes, finas camadas. Além disso, reconhecendo-a não apenas contra a mulher, mas também violências que ferem os direitos humanos, que muitas vezes são até mesmo revestidas de discursos de ódio ou preconceituosos. Helena relata que, após o re(conhecimento), tornou-se uma pessoa mais difícil de lidar, uma vez que não mais consegue ficar quieta diante dessas situações, mas afirma que o curso a ajudou a argumentar nesses momentos.

Helena também sofreu vários anos com a questão da violência doméstica, e depois do curso chegou num consenso e se separou do agressor alcóolatra, após suas filhas crescerem. “Sofri muito tempo com a questão de violência doméstica, mas convivi com ele vários anos. Ele é alcoólatra e passou sete anos sem beber. Eu ia até o Ministério Público, mas continuava com ele e as meninas cresceram e a gente chegou num consenso.” (Helena. Entrevista realizada em jun. 2018).

Para Suely, o curso trouxe um despertar de que a violência é muito além da violência física, e agora ela sabe identificar e discernir, em suas palavras “identificar as agressões saber conversar e entender os meados”, possibilitando uma pacificação e modificação na sua relação com o companheiro:

> Ele está no Rio e quando volta ele fica lá em casa, cuidou de mim doente. Eu não sofria violência física, mas sofria as outras. É você ter outra visão. É uma forma de ratificar e fortalecer as discussões da lei, entender, saber identificar e discernir. Com o curso você começa a identificar as agressões, saber conversar entender os meados (Suely. Entrevista realizada em jun. 2018).

Assim como Helena, Suely também relata que, após o curso, desenvolveu um olhar mais minucioso à violência. Ela ressalta que a violência não é apenas física, e assim como Helena, diz que passou a identificar e discernir essas múltiplas e finas camadas que a violência pode se enroupar. O poder da argumentação que o curso oferece também surgiu em sua vida, uma vez que a mesma diz que com o curso passou a “saber conversar”.

Após uma vida de violência com o marido que a engravidou, e sua mãe a expulsou de casa muito nova, há o despertar para a necessidade de estudar de Malu. “Quando eu era criança eu não tive como estudar, agora velha eu fiz até a quarta série. Sou alfabetizada depois de velha.” (Malu. Entrevista realizada em jun. 2018).

Ela ressalta como se tornar PLP modificou seu pensamento em relação ao aprendizado, sua definição como feminista e a questão de agora saber exigir seus direitos. Para ela, ser PLP:

> É uma pessoa que quer aprender mais, lutar pelos seus direitos, porque a gente sabe que a gente tem direito, mas as pessoas não deixam a gente tomar posse dos nossos direitos. Agora sei exigir os meus direitos da mulher, de mãe de família, de idosa, e sei lutar. Eu tô com a espada preparada pra brigar, mas não atingir ninguém. A gente somos mulheres da luta, eu sou feminista e posso dizer que agora eu sei exigir meus direitos (Malu. Entrevista realizada em jun. 2018).

É o adquirir de mais força e poder através do aprendizado vindo do curso, posto que para Malu, “A diferença é que se somos empoderadas, podemos agir. Se eu não sei de nada como eu posso agir. Pra mim e pra todas elas a gente vai aprendendo mais e termos força e temos poder. Imagino cada vez mais ir se aprofundando e mais pessoas fazendo o curso e desenvolvimento.” (Malu. Entrevista realizada em jun. 2018).

Marineide já apresentava uma experiência anterior, visto que nos espaços que ela ocupava já discutia gênero, vindo de uma família grande, cuja mãe criou 8 filhos, lavando roupa para fora, o que mostra uma trajetória de vida particular de bastante crescimento, sobretudo na questão da educação e do despertar para as questões de gênero

:

> Eu já tinha uma trajetória em movimentos sociais e também em relação a gênero e lidava com participação com intervenções e contribuições também. Casa da Menina Mulher – enquanto psicóloga fiz alguns trabalhos voluntários lá trazendo mais pro gênero. No Conselho Regional de Psicologia, sempre discutimos gênero. Nasci em Limoeiro, onde vivi até os 22 anos, morei em outras cidades, trabalhei. Fiz alguns trabalhos. Tenho 8 irmãos, minha mãe criou praticamente sozinha lavando roupas pra fora. Foi lá onde meus filhos nasceram (Marineide. Entrevista realizada em jul. 2019).

O curso de PLPs, através do estudo da Lei Maria da Penha, é responsável por despertar as cursistas para outros tipos de violência, muito além da física, contra a

mulher e as levam muitas vezes a se reconhecerem vítimas de violência, e como é difícil encontrar uma mulher que não tenha sido vítima de pelo menos um dos tipos de violência abarcados pela lei. Como nos relata Alice:

> Eu tinha uma visão diferente do que era violência doméstica, do que era violência contra a mulher, não tinha noção da dimensão de que uma discussão verbal poderia ser uma violência. Pra mim violência era o toque. Era física. Aí eu vim descobrir que a própria subtração dos documentos, isso é uma violência, que a violência ela não começa direto com a física, ela começa com a psicológica, com pequenas palavras né, deixando a mulher com a autoestima lá embaixo mesmo. Primeiro começa por aí e quando chega à física é justamente a culminância de toda uma trajetória. Isso foi muito importante porque eu percebi que a maioria das mulheres, são poucas as que não sofrem violência. Depois que a gente conhece os tipos de violência. São poucas as que nunca sofreram, são raras (Alice. Entrevista realizada em ago. 2019).

Alice se descobriu vítima de violência física e psicológica e tomou consciência dos diversos tipos de violência, o que a fortaleceu enquanto multiplicadora de conscientização, inclusive entre os homens mais próximos. Ela ressalta que esse papel de multiplicadora é adquirido ao se tornar PLP:

> Eu descobri que eu sofri violência. Eu descobri verbal e psicológica. Eu passei por isso, eu vivi isso. Eu, ajuda na auto estima também de não permitir muita coisa, violência sexual que acontece muito entre casais, dizer e saber se defender também né, e tentar sensibilizar o outro, porque o outro faz porque não teve acesso também a informação né, e trazer pra esse essa consciência de que a mulher não é objeto, não é pertencente de um ou de outro, ela é dela, é trazer também o próprio homem para essa consciência, começando também em casa, aí eu converso com meu filho, com meu companheiro e aos pouquinhos eles vão assimilando e multiplicando. Ser PLP é isso, é ser multiplicadora, ser multiplicadora de informação, dessa consciência do respeito, de respeitar o limite, é atuar e multiplicar informação (Alice. Entrevista realizada em ago. 2019).

A fala de Alice chama atenção para diversos aspectos. Ela relata que o curso “ajuda na auto estima também de não permitir muita coisa, violência sexual que acontece muito entre casais”, isso é muito importante, porque paira no imaginário social que a violência sexual não acontece entre casais, porque, teoricamente, são pessoas que se gostam e estão juntas, mas a violência sexual pode acontecer mesmo assim, e muitas vezes, as mulheres não sabem reconhecer. Portanto, essa educação que parte do curso é de extrema importância. Além disso, ela enfatiza a necessidade

de que essa consciência deva chegar também aos homens, por isso ela diz que conversa com o seu filho, com seu companheiro, a fim de que eles possam assimilar essas questões, portanto, revela que ser multiplicadora, é também fazer com que essas informações cheguem não apenas às mulheres, mas a todos.

Ao ser perguntada sobre quais foram as conquistas que já teve como PLP, Alice coloca que uma delas foi o reconhecimento das pessoas e a facilidade de contribuir dentro dos espaços, relatando uma alteração, uma adição à sua identidade pessoal e profissional. Também ressalta a contribuição com o conhecimento adquirido dentro de uma outra linguagem, menos técnica.

> Olha, eu tive várias assim. Uma das conquistas é o reconhecimento das pessoas, quando eu compartilho, por onde eu ando, onde eu vou, onde eu estou, quando eu compartilho no meu trabalho, seja numa reunião, diante de uma opinião, de umas colocações, de uma demanda que vem, eu percebo o meu antes e o meu agora e as pessoas percebem e vêm colocar isso pra mim. Outro dia teve uma colega que ela atua há mais de 25 anos eu acho, como ACS, ela disse: "Alice." Tudo vem a somar né, então como eu tenho um território fica mais fácil pra mim do que uma pessoa que fez PLP e não tem, fica mais fácil porque eu já tenho um território de atuação. E compartilho isso por onde eu vou né, no trabalho, nas reuniões, nas formações, nos seminários e tal. Fica muito fácil de contribuir dentro de outros espaços onde a gente participa quando a gente tem um embasamento, quando a gente tem alguma noção, não só soma aquilo que a gente foi buscar, mas a gente também termina contribuindo, com o conhecimento adquirido, dentro de uma outra linguagem, porque as vezes a gente tá num espaço de aprendizado e é muito técnico, e não foi isso né, o PLP foi muito objetivo, foi do povo para o povo, bacana e essa é minha identidade (Alice. Entrevista realizada em ago. 2019).

Para Alice, o seu campo de trabalho ajuda também com a prática de seus conhecimentos oriundos do curso, além disso é possível que esse reconhecimento de suas conquistas possa trazer mais pessoas a conhecerem o GMM e o curso, contribuindo, assim, para o seu desenvolvimento e para a luta da equidade entre homens e mulheres. Além disso, ela chama a atenção para um ponto, o de estar em um espaço de aprendizado e o lado técnico que isso implica, mas, em sua opinião, o curso de PLP é muito objetivo, utilizando suas palavras, sendo "do povo para o povo". E além de ensinar muitas teorias, sobretudo a respeito das leis, do social, do cotidiano, também orienta à prática.

O curso é responsável também por trazer maior capacidade e segurança de posicionamento diante das adversidades, como também um reconhecimento das

outras pessoas, sentido por ela, e possivelmente outras PLPs formadas, através de um certo temor aos seus posicionamentos, seu lugar de fala:

> Quando a gente conhece os nossos direitos, a gente não é muito passado pra trás, e as pessoas temem um pouco, temem assim, as pessoas que não têm os mesmos pensamentos, não têm o mesmo princípio de respeito. Eu tenho colega que, diante de uma situação, ela foi humilhada no trabalho, e assim ela não soube se defender, eu não tava presente no momento. Foi uma outra pessoa que me disse, e que foi pela chefia, e essa chefia ela já chamou essa colega várias vezes, mas nesse dia foi em público. Já teve situação semelhante, e eu nunca fui chamada sozinha pra conversar com essa chefia. Quando ela coloca uma situação, eu digo: “Olha eu não concordo com isso.” Eu tenho segurança em dizer isso, eu tenho, enquanto os colegas concordam comigo mas não se expõem, têm medo de se expor pra não ficar sendo marcada, visada, e eu não tenho isso, eu digo e que goste ou que não goste, mas eu vou me posicionar, eu não vou me calar diante de uma situação que eu não concordo. E a gente tá em um processo de construção, a gente tem que admitir, tem que aceitar opinião tem que ouvir e essa segurança vem do curso PLP também. Dizer assim: “Olhe eu não pactuo com isso.” Como aconteceu de eu receber orientação de fazer algo e eu dizer: “Isso foge das minhas atribuições, isso aqui não é pra um bem coletivo então eu não vou fazer isso pra beneficiar questões fora disso.” Então eu tenho conhecimento (Alice. Entrevista realizada em ago. 2019.

Nesse trecho, Alice comenta sobre o poder da argumentação que o curso a proporcionou, uma vez que, se antes ela poderia se intimidar, hoje, após o curso, não aceitaria injustiças no seu trabalho, seja de chefes com ela, seja de chefes com outros funcionários. Ela pontua uma questão muito cara ao curso PLP, o reconhecimento de direitos, dado que a mesma diz “quando a gente conhece nossos direitos a gente não é muito passado para trás”.

De maneira geral, as falas das PLPs aqui contidas revelam pontos em comum. Todas relatam que após o curso aprenderam a reconhecer injustiças, a argumentar, a colocar em prática os ensinamentos. A formação e sua posterior atuação demonstram superação de obstáculos em geral, proporcionando guinadas na vida, através do aperfeiçoamento pessoal e profissional, de separações, capacidade de liderança e protagonismo em suas vidas privadas, que fortalecem as bases como sujeitos posicionados para sua atuação pública e em relação a outras mulheres, como veremos nas próximas seções.

4.2 REDE QUE AS APOIA

Elas são difíceis de domar por possuírem uma rede que as apoia, tanto o Grupo Mulher Maravilha, quanto os serviços de apoio à mulher, bem como das leis que as amparam.

No discurso que se segue, Mitiam aponta como é importante conhecer o Centro Clarice Lispector de apoio à mulher e dá detalhes do seu funcionamento como uma rede que apoia mulheres em situação de violência, além de como, através da delegacia da mulher, estão de prontidão mandando mensagens para o celular das mulheres e providenciando viaturas para ir até elas. É ressaltado como o apoio dessa rede possibilita exercitar o que aprenderam no curso de Promotoras Legais Populares, tendo o amparo do espaço "mágico", que é o Grupo Mulher Maravilha, também apoiando sua atuação, num exercício de cidadania:

> Então assim, eu enquanto Promotora Legal, eu me sinto feliz, muito feliz, porque eu posso atuar conhecendo leis, conhecendo espaços. Eu conheci o espaço Clarice Lispector, que é um espaço acolhedor para mulheres em situação de violência. Procurei também com essa minha amiga, levei ela lá no Clarice Lispector. Eles têm apoio jurídico, atendimento psicológico, a gente deu entrada lá. De lá a gente recebeu um documento, seguiu para a delegacia da mulher, e aí todos os trâmites, ela tá sendo acompanhada também, via telefone, eles têm uma mensagem que mandam no celular das mulheres perguntando se tá tudo bem, porque aí se ela responder que não está eles chegam com a viatura. Então assim, esse sim é um exercício de cidadania, a gente não deve se omitir, não deve se deixar levar pela covardia, pelo medo, a gente não deve. Nós temos um papel social muito importante. Eu não posso ser egoísta e medrosa ao ponto de negar ajuda a uma pessoa. Se eu tenho uma possibilidade de chegar até ela, eu vou sim, exercitar tudo que eu aprendi aqui no curso de Promotoras Legais Populares. Eu sou muito feliz, sou muito grata pela oportunidade deste espaço aqui tão maravilhoso, mágico (Mitiam. Entrevista realizada em ago. 2018).

Nesse trecho, Mitiam revela o quanto se sente feliz por ter se tornado uma PLP e, com isso, ter estudado as leis que regem nosso país, que, por sinal, são tão importantes na vida de mulheres que passam por situações de violência e muitas vezes não sabem como proceder diante da situação. Em seu discurso, é importante ressaltar um fator determinante para o funcionamento do espaço Clarice Lispector na luta contra a violência, ela revela que o espaço conta com apoio jurídico e atendimento psicológico, além disso, acompanham via telefone as mulheres que dão entrada e as

questionam se as coisas estão bem dentro de casa e se, caso a mulher responda que não, o espaço aciona uma viatura até a casa dessa mulher. Isso é muito importante e uma mensagem como essa pode salvar e amparar a vida de uma mulher. Mitiam se refere ao espaço como “mágico”.

Como mencionado no capítulo anterior, o curso providencia o que se chama de “*legal literacy*”, ou seja, um aprendizado sobre as leis que amparam a mulher à capacidade de utilizá-las a favor delas, fato que era uma garantia de proteção por vezes desconhecida pelas integrantes do curso, como é explicitado no discurso de Suely, ao descobrir a existência de leis que amparam a mulher: “Questão da lei que geralmente existia uma lei pra proteger a mulher da violência doméstica. Ter essa garantia de proteção.” (Suely. Entrevista realizada em jun. 2018). A própria lei é, portanto, parte da rede que as apoia, fornecendo um embasamento para a sua atuação, na garantia de proteção.

A importância do Grupo Mulher Maravilha como rede que as apoia é também sentido na necessidade de afastamento por outras atividades, despertando uma curiosidade no que está acontecendo por lá em termos de mobilização das mulheres e das PLPs, e é ressaltada a necessidade de ampliação do curso em outras cidades onde os movimentos sociais são mais fracos:

> Depois que eu fiz o curso eu fui fazer o mestrado fora e eu precisei me afastar um pouco do Grupo Mulher Maravilha, então eu não sei atualmente o que é que está acontecendo lá por exemplo. Mas enquanto PLP eu acredito que precisa ter uma ampliação do curso, fortalecer, articular em outras cidades, nas cidades mais distantes de movimentos sociais, por exemplo, onde não acontecem movimentos sociais (Marineide. Entrevista realizada em jul. 2019).

Outra questão ressaltada por Alice é a responsabilidade de estar atualizada em termos de contatos com os serviços de atendimento à mulher, em especial, a Secretaria da Mulher, para estarem prontas para atuar ao acolher mulheres vítimas de violência, num movimento de constante atualização:

> Ah, é muita responsabilidade, tem que estar atualizada com os serviços que estão sendo oferecidos, atualizada com contatos, é atuar em todos os lugares e dependendo de forma muito indiscreta. E assim é não ter vergonha e também ser disponível, ter um olhar acolhedor, sem julgamento, pois eu já ouvi muito dizer ah apanha porque quer, apanha e continua, é porque gosta, ninguém apanha porque gosta, existe algo muito mais. E também ser PLP é tentar sensibilizar as

> outras, todo mundo as pessoas para que tenha esse olhar, de acolhida, de apoio, e não de julgamento (Alice. Entrevista realizada em ago. 2019).

Nesse trecho, Alice lança luz para a necessidade de ter um olhar atento e também sensível para essas situações, uma vez que nenhuma mulher se encontra em uma situação vulnerável de violência porque simplesmente deseja, é muito mais complexo que isso, envolve, sobretudo fatores econômicos, sociais, etc. Ela ainda ressalta a necessidade de sempre se atualizar em relação aos serviços que são oferecidos e podem ajudar nessa luta, além do acolhimento, do apoio e do não julgamento que são tão importantes nesse momento. Ela ainda relata que:

> A minha atuação ela me traz essa consciência de atualização, porque a partir do momento que eu estou atuando eu estou me atualizando, porque todo dia é um fato novo. Isso me cobra a importância de estar atualizada, os telefones de contato da secretaria, dos serviços de apoio, e como eu atuo na saúde, então a gente tem acesso à secretaria, de vez em quando a gente tem algumas capacitações e tal, aí fica mais fácil o contato com a secretaria da mulher, a secretaria de saúde também trabalha algumas questões sobre isso, o programa de redução de danos, também trabalha com isso, é muito importante estar atualizado (Alice. Entrevista realizada em ago. 2019).

Nesse trecho ela discute a importância de se atualizar todos os dias, pois aparecem diversos casos diferentes, e as PLPs precisam também desse olhar sensível para tomar iniciativas a fim de ajudar essas mulheres. Por isso, saber a quem recorrer nesses momentos se faz muito importante. É muito importante que o curso as atualize, não apenas juridicamente, mas também para saberem lidar com essas questões no dia a dia, como a Alice comenta, ter o telefone ou o contato certo no momento pode fazer toda a diferença.

Alice reconhece que seu trabalho enquanto agente de saúde facilita sua atuação enquanto PLP, visto que ela tem uma área para cuidar. Ela ressalta que outras PLPs podem estar dispersas e Alice tem o desejo de alguém (uma rede) que centralize esses contatos, fazendo uma busca ativa por PLPs que deveriam estar atuando no combate à violência contra a mulher em bairros como Nova Descoberta, em que a mídia tem veiculado notícias de feminicídio, além disso, ela aponta para que o fato de elas não estarem tão atuantes pode ser em razão da necessidade de sobrevivência, além da busca por trabalhos e bicos.

> Ah, por estar tão dispersado assim, o contato que eu tenho são algumas pessoas lá do meu bairro, mas não tem planejamento dentro desse processo de formação que houve, tá cada um no seu quadrado eu não sei como é que elas atuam hoje e provavelmente eu acho que sim em alguma coisa atua sim, mas focado enquanto PLP. Eu queria que tivesse assim de repente a iniciativa de alguém de fazer essa busca ativa dessas atoras pra que a gente pudesse fazer essa busca ativa, principalmente o bairro que eu moro tem aparecido muito na mídia com esse assunto violência contra a mulher, tivemos duas mortes, uma queimada, então isso é motivo de a gente perguntar onde é que estão as PLPs, o que é que ficou desse conhecimento, está sendo praticado, eu até entendo que as pessoas elas precisam sobreviver a justificativa de elas não poderem se doar mais (Alice. Entrevista realizada em ago. 2019).

Sendo assim, nas falas de Alice podemos perceber um outro fator que impede que as PLPs exerçam um trabalho ainda mais satisfatório. Ela relata que muitas das PLPs encontram-se dispersas, questiona o que está sendo feito na prática com esse conhecimento oriundo do curso e se indigna com o aumento da violência contra a mulher no bairro em que ela mora. À vista disso, sabemos que algumas questões podem interferir na vida das mulheres em nosso país, muitas vezes podendo estar relacionado à dupla jornada, ao esgotamento mental, aos problemas familiares, aos empregos precários, etc.

A importância de atuar em rede e o amparo do GMM é também registrada na fala de Layse, quando ela diz que:

> Ser uma PLP é ter a missão de promover e de lutar pelos seus direitos como mulher, e sabendo que nós mulheres conquistamos a base de muita luta, e não só, sempre a base de coletividade. É interessante que você esteja em rede, se fortaleça, para enfrentar os obstáculos, informar pra aquela mulher que ela pode mais (Layse. Entrevista realizada em dez. 2021).

No entanto, também podemos analisar, nas entrelinhas das entrevistas acima, como as PLPs sabem construir sua vida particular, no caso de Marineide, que foi procurar um mestrado após o curso; Mitiam, ao dizer que deixou de ser egoísta e medrosa; Alice, na sua responsabilidade por atualização

Tais guinadas na vida estão amparadas por uma convivência em rede, tanto com colegas de curso, quanto com o GMM, outras pessoas e instituições de referência, as quais as tornam capazes de lançar mão de contatos quando necessário, e proporciona segurança em suas ações e tomadas de decisão.

4.3 ATUAÇÃO POLÍTICA

As PLPs se descobrem enquanto sujeitos políticos, tomando posição e acompanhando eventos, além de participar de campanhas como por exemplo o “Meu voto será feminista”. Se envolvem politicamente e apoiam candidaturas tais como a das Juntas, esquerdista e inovadora ao apresentar cinco mulheres distintas (entre elas, uma mulher trans), cada qual com suas bandeiras.

Para Bonetti (2000), a participação política dessas mulheres indica possibilidade de mudança de *status* social.

No dia 18/04/2018, acompanhei junto a algumas PLPs, a homenagem ao GMM, na Câmara dos Deputados, organizada pelo deputado Ivan Moraes, responsável por contribuir com verbas para os lanches das reuniões da Articulação de PLPs.

Figura 14 – Homenagem ao GMM na Câmara dos Deputados

Fonte: A autora (2018)

A Figura 14 apresenta três PLPs na Câmara dos Deputados, elas seguram cartazes com os seguintes dizeres: “Grupo Mulher Maravilha”, bem como “Só a organização vai nos trazer justiça. Mulher Maravilha PRESENTE!”. Já a figura 11, apresenta as PLPs reunidas em frente à Câmara dos Deputados para a foto, elas seguram os mesmos cartazes da foto anterior, mas dessa vez, com o acréscimo de outro: “Mulher Maravilha. Desde 1975 na luta por justiça”.

Figura 15 – PLPs reunidas em frente à Câmara dos Deputados

Fonte: A autora (2018)

No dia 17/05/2018 aconteceu o lançamento da campanha “Meu voto será feminista”, no GMM, em que Lourdes discute com as presentes sobre mulheres candidatas que podem ser opção de voto para as mulheres do movimento.

Há especial relevância do apoio político à Chapa Juntas, cujo lançamento aconteceu dia 12/06/18, em uma terça-feira, às 18h30, na sede do Movimento de Trabalhadores Cristãos (MTC), onde estavam presentes Lourdes e algumas PLPs. A chapa Juntas estava composta por 5 mulheres numa candidatura só à Câmara dos Deputados, entre elas uma professora, uma camelô, uma mulher trans, uma jovem interiorana de apenas 19 anos e Carol, comunicadora social, que trabalha com mídias digitais. Em suas falas, dão conta da importância dos seus cinco corpos presentes na Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) e como reunidas têm projetos e farão propostas.

Antes delas falarem, aconteceu o apoio às suas candidaturas vindo (via vídeo) de pessoas que já cumprem mandato e do presidente do PSOL. Dizem que a iniciativa já está dando certo com 2 mulheres desde 2016, em Belo Horizonte.

No público há cerca de 30% de homens que as ovacionam empolgadamente. São evocados gritos de guerra, uma vez que uma pessoa do público solta a primeira frase e na sequência os outros ecoam gritos de guerra em coro.

Representantes de diversos movimentos sociais estavam presentes como os sem teto das ocupações de prédios no Recife, e chama a atenção a fala de um

ambulante, que diz agora se sente representado, bem como toda uma classe trabalhadora.

Estavam presentes também as integrantes do gabinete de Ivan Moraes, do PSOL, que são amigas do GMM e são feministas militantes com quem eu viajei para a Caravana do Pajeú, para conhecer o espaço Benvirá e conversar com PLPs formadas em Afogados da Ingazeira, em 2006.

Uma vez eleitas, as Juntas publicaram em seu *site* "Mandata Juntas – Codeputadas Estaduais", na página inicial, um perfil de sua "mandata":

> Eleitas pelo PSOL com 39.175 votos, as Juntas Codeputadas formam a primeira mandata coletiva e feminista a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe). A mandata coletiva é uma experiência política inovadora. É a ideia de coletividade, que vai de encontro à ideia velha e antiga de individualismo na política, trazendo o senso de coletividade na participação política. Uma participação política de pessoas diversas, de diferentes raças, gêneros, classes sociais. De diversidade nesses espaços, que ainda hoje são majoritariamente brancos, misóginos e machistas. Usamos o termo 'Mandata' como uma reivindicação e desobediência à uma gramática misógina que coloca o masculino numa posição de privilégio hierarquizado, para demarcar a referência feminista e para provocar a sociedade a refletir sobre a baixa presença de mulheres nos espaços políticos. Isonomia, diálogo, horizontalidade e transparência são princípios que norteiam as relações e práticas entre as codeputadas e equipe. A presença das Juntas na Alepe simboliza uma mudança estético-política que ainda está em curso. Somos muitas, estamos juntas e queremos ser mais.[19]

---

[19]QUEM SOMOS. **Juntas codeputadas**. Disponível em: <https://www.juntascodeputadas.com.br/>. Acesso em: 09 dez. 2020. O site também oferece uma apresentação das codeputadas, mostrando o quanto ele é abrangente e diverso nos diferentes perfis que estão reunidos na "mandata":**Carol Vergolino.** Jornalista, feminista e mãe. Realizadora do audiovisual, militante da cultura em Pernambuco. Já integrou o Conselho Estadual de Cultura e faz parte da diretoria da Associação Brasileira de Documentaristas (ABD). Membra da partidA, do Mulheres do Audiovisual de Pernambuco e do coletivo "Agora É Com A Gente". Faz luta e política com afeto, se conectando a mais e mais pessoas, na construção de uma mandata coletiva dentro da ALEPE.**Joelma Carla.**Nascida em Bom Jardim e moradora da cidade de Surubim, Joelma conhece de perto a realidade da vida no interior. Militante feminista, bisexual e defensora das políticas públicas para a juventudes, através do IPJ – Instituto do Protagonismo Juvenil e do Fórum de Juventude do Estado de Pernambuco. Membra do Coletivo de Mulheres Independentes de Surubim, do RUA Juventude Anticapitalista e da Rede LGBTI do interior de Pernambuco. Foi candidata a vereadora em Surubim aos 18 anos. Atualmente está cursando Letras pela UFRPE e faz curso técnico em Biblioteconomia pelo Estado.**Kátia Cunha.**Professora da rede estadual de ensino, hoje codeputada, formada em educação física pela UPE. Militante feminista, lésbica e participante ativa da luta sindical. Defensora das políticas públicas voltadas para uma educação igualitária e valorização docente. Integra a mandata coletiva das Juntas voltada integralmente para os interesses do povo pernambucano.**Jô Cavalcanti.**Filha de pai feirante e mãe empregada doméstica. Cresceu nos morros de Casa Amarela, Zona Norte do Recife. É mulher, feminista, negra, mãe, moradora da periferia do Recife, ambulante, militante do SINTRACI (Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Informal) e coordenadora nacional do MTST (Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Teto). Junto com as demais codeputadas, está todo os dias caminhando ladolado com a sociedade civil na construção da mandata coletiva das Juntas na ALEPE.**Robeyoncé Lima**Nascida e criada na comunidade do Alto

Além do apoio a candidaturas e políticos específicos, como é o caso da grande interlocução entre o GMM e a chapa Juntas, sempre presentes nos eventos do Grupo, juntamente com Ivan Moraes, escolhas das PLPs demonstram seu interesse na atuação política, como por exemplo, apesar de não haver um trecho da entrevista com Marineide que aponte para a sua clareza política, a própria escolha do lugar da entrevista chama a atenção, uma vez que foi o Comitê do Partido dos Trabalhadores, onde trabalha sua irmã, e onde ela milita.

Suely destaca como se discute política para o município e a articulação entre conselhos, segundo ela: “A gente se senta e se articula quando discute política é para o município, lutamos diretamente para as demandas da nossa comunidade mas a gente trabalha sempre em forma de parceria reunindo conselhos”. (Suely. Entrevista realizada em jun. 2018.

Para Marize, ser PLP é empoderamento e reforça como o ato de se posicionar publicamente é um treinamento que recebeu no curso e que, implicitamente em sua fala, a possibilita o posicionamento político:

> É empoderamento. Porque através do curso aprendi muito sobre direitos, onde procurar direitos, até agora né aqui no Mulher Maravilha estou aprendendo cada dia mais, onde procurar os direitos, onde orientar mulheres e esse curso ele não só melhorou como assim falar ao microfone, falar ao público foi de muita valia porque eu não tinha esse empoderamento mas com esse curso e com a continuidade com as meninas e frequentando as aulas de direitos humanos é que comecei a falar melhor, me apresentar melhor (Marize. Entrevista realizada em ago. 2018).

A continuidade de que Marize fala é a posterior inserção em atividades e participação nas articulações e redes, de maneira a manter e aplicar o aprendizado, expandir a atuação, inclusive política, ressaltando a importância da constante interação entre as PLPs formadas.

Santa Terezinha, Zona Norte do Recife, é bacharela em direito pela UFPE, técnica administrativa pela mesma universidade e atualmente codeputada das Juntas. Como primeira advogada trans do Estado de Pernambuco, se tornou militante nas pautas LGBT, negra e feminista. Membra da Comissão de Diversidade Sexual da OAB-PE, é também dançarina amadora

Alice destaca sua origem como agricultora, como também a sua evolução, sua participação no orçamento participativo e sua distinção entre políticas públicas, conjuntura política e política partidária:

> Olha eu sou agricultora também, nasci no interior de Aliança, filha de agricultor da usina de cana de açúcar, vim para a metrópole, capital pernambucana, com 16 anos trabalhar em casa de família, e fui estudando, depois fui, viajei um pouco eu fui pra Curitiba também com o pessoal que eu trabalhava, passei um ano em Curitiba, aí voltando tive uma experiência muito boa, aí fiquei por aqui, fazia teatro, tive um período muito interessante e foi, foi, foi. Hoje eu vejo que eu sempre fui uma pessoa de luta, essa sempre foi minha identidade e eu vim descobrir essa característica no orçamento participativo da cidade do Recife e também no curso Mulheres da Paz eu me descobri em 2006 nossa eu já era assim desde o interior e comecei a participar do orçamento participativo em 2000, 2002 porque eu morava em uma ocupação e foi aí que eu fui aprendendo mais sobre conjuntura sobre políticas sociais, políticas de saúde, fui tendo noção e separando o que é políticas públicas, conjuntura política e política partidária. E também de como é trabalhar (Alice. Entrevista realizada em ago. 2019).

No trecho a seguir, ela diferencia políticas públicas, conjuntura política, e política partidária e como amadureceu com os cursos de Mulheres da Paz e PLPs, de forma a melhorar a sua compreensão:

> Então políticas públicas é o processo de construção de todas as políticas de todo planejamento que vai ser executado, política de saúde, política de segurança política de educação, política social. A conjuntura política, inclusive citando o exemplo que nós vivemos hoje, é tudo isso que tá sendo desconstruído, é toda uma história e política partidária eu acho que pra mim é a mais nojenta, porque muita gente não consegue separar esses conceitos, as diferenças misturam tudo isso que atrapalha tudo, acho que é pela falta de formação até dos partidos mesmo. As pessoas participam às vezes de um partido e não sabem qual é o princípio dele, a história dele, que todos tem e eu aprendi isso também no curso de direitos humanos, na formação do Mulheres da Paz, é bem interessante e foi aí que eu no momento eu ficava meio confusa, porque a teoria pra a gente assimilar com a prática, mas hoje eu amadurecendo né, já não tenho mais de três décadas, passou das quatro, estou assimilando tudo que eu já vivi, tudo que eu aprendi e hoje tá começando a se encaixar e está melhorando essa compreensão (Alice. Entrevista realizada em ago. 2019).

Além disso, ela destaca que com o curso percebeu sua identidade de esquerda, sabendo distinguir em relação ao que é direita:

> Eu lembro que eu aprendi muita coisa, inclusive essa coisa de, falando de conjuntura, do que é direita, esquerda. Eu não tinha noção assim. E eu tinha uma identidade que eu não sabia. Foi aí que veio o quebra-cabeças, somou algumas pecinhas, dessa vez, e foi bem interessante, muito bom (Alice. Entrevista realizada em ago. 2019).

Dessa forma, somos levadas a evidenciar a imprescindibilidade política que cerca o GMM, abrindo espaço para que essas mulheres discutam e articulem demandas à comunidade. Além disso, é possível perceber que os aportes teóricos do curso PLP trazem a essas mulheres atuação na política, fazendo com que reconheçam seus direitos, seus deveres, suas posições políticas, bem como conhecimento acerca de questões que permeiam nossas vidas, fazendo com que elas sejam capazes de moldar suas identidades tendo consciência de seus valores internos, o enunciado da agricultora e interiorana Alice sobre o curso, quando ela diz que “Eu não tinha noção assim. E eu tinha uma identidade que eu não sabia”, carrega uma carga semântica de sentidos muito reveladoras a respeito do GMM e o curso PLP.

4.4 TORNANDO OUTRAS MULHERES “DIFÍCEIS DE DOMAR”

As PLPs atuam no atendimento, empoderamento e encaminhamento de outras mulheres nas situações em que elas precisam, acompanhando-as aos serviços de proteção e multiplicando as informações que receberam no curso.

Mitiam, em sua atuação também como agente de saúde, mostra o quanto ser PLP a tornou insistente e intrigada ao abordar uma mulher na comunidade que recusava abrir a porta, para descobrir, então, que ela estava grávida do próprio pai:

> A lutar em defesa das mulheres. Enquanto agente de saúde a gente se depara com muitas mulheres em situação de risco. Eu tava até contando essa semana eu tive a experiência de uma mulher que todas as vezes que eu chegava pra registrar a casa dela eu batia na porta, ela abria uma janelinha e fechava rápido. Aí dizia tem ninguém não e batia e eu ficava em choque me perguntando o que estava acontecendo aí eu insisti umas três vezes. Quando foi na terceira vez ela resolveu abrir, e aí eu disse: “Eu sou sua amiga, eu vim aqui pra conversar com você, vim aqui enquanto parceira. Sou uma trabalhadora da saúde, preciso conversar um pouco com você.” Aí ela abriu e conversou comigo ela era uma jovem adolescente que já estava no oitavo mês de gravidez, e estava grávida do próprio pai, e ele tava procurando ela, ela fugiu de outra comunidade e ele tava

> procurando ela e ela todas as vezes que alguém batia ela se assombrava, por isso que ela não queria abrir a porta pra mim. Então às vezes têm pessoas que não têm perfil de entender isso e já critica essa pessoa, já diz que povo não presta: “não vou mais lá não que ele não quer abrir a porta, deixa morrer pra lá, não quer me atender não” (Mitiam. Entrevista realizada em ago. 2018).

A fala de Mitiam revela nuances muito complexas quando se lida com o outro. Enquanto essa mulher que foi abusada pelo próprio pai não conversava e nem mesmo abria a porta da residência para ninguém por puro medo, uma pessoa com menos sensibilidade e tato para lidar com a situação poderia se zangar com a atitude, não levando em conta o leque de possibilidades que existe por trás de uma ação. Mitiam, por outro lado, com empatia e perseverança conseguiu convencer a mulher a conversar com ela e descobriu o caso de abuso.

Para Mitiam, tal insistência vem dos ensinamentos do curso, que a tornaram uma pessoa com olhar holístico e acolhedora, o que a torna um grande potencial na vida das pessoas e possibilitou que ela ajudasse a moça relatada acima:

> Agora quando você faz um curso desse, que lhe ensina a você se tornar uma pessoa crítica e também uma pessoa inclusiva, uma pessoa com olhar holístico, que amplia seu olhar para as pessoas.O olhar da ira do prejulgamento e olha com o olhar inclusivo querendo acolher, insiste, termina sendo um grande potencial na vida das pessoas. E aí eu pude ajudar essa moça, nas questões de saúde e nas questões legais também (Mitiam. Entrevista realizada em ago. 2018).

O curso também possibilitou que ela interferisse e encaminhasse uma amiga à delegacia, a salvando de um feminicídio, após uma trajetória de violência pelo companheiro, além de se impor em diálogos com o agressor dela, que passou a responder pela Lei Maria da Penha:

> Agora há pouco também eu vivi um momento muito difícil: uma amiga minha que em mais de 30 anos de convivência eu sou amiga dela e do esposo dela e desde o começo que eles casaram eu acompanhei o namoro deles e ele tava praticando muitos anos ele praticou violência psicológica com ela, ela não trabalhava fora, sempre trabalhou só em casa, e ele privava ela de muitas coisas, mesmo porque não tinha condições financeiras de dar uma vida melhor à família, ele a privava muito, ele dizia que era pra ela não criar asas. E aí chegou um certo momento que ele chegou na minha casa e falou pra mim que tava pretendendo pisar no pescoço dela, até ela derramar a última gota de sangue. Ela também vinha pra mim na mesma

> semana contar que não aguentava mais o sofrimento, 25 anos já de sofrimento, e ela disse a mim que ele tinha mexido no secador de cabelo dela. Quando ela foi ligar na tomada, o secador pegou fogo na mão dela. Eles tinham brigado e este secador tinha sido ele que deu pra ela de presente aí ela disse assim: olha o que aconteceu com o secador de cabelo! Isso foi você? Ele fez: Você que quis dessa forma...porque ela tinha dito que queria a separação. Aí na mesma semana ele colocou um produto químico dentro do creme de hidratação do cabelo dela, ela tinha o cabelo muito bonito. Se ela tivesse usado ia cair o cabelo dela todinho. Ela disse que o produto era um produto conhecido de um cheiro muito bom mas que dessa que quando abriu ela se sufocou com o cheiro tão forte que era da química. Ele estava fazendo umas violências dessas com ela. E aí ele foi pra minha casa um dia e ele falou que ia fazer mais uma violência, ia pisar no pescoço dela até ela derramar a última gota de sangue. Aí eu chamei ele para uma conversa, falei pra ele que eu discordava daquilo, e ele ficou meio alterado e disse: Ah nunca mais eu volto aqui porque você ta do lado da sua amiguinha. Eu disse: “Eu tô do lado do que é justo e você está errado, e no dia seguinte, eu fui com ela para a delegacia, a gente prestou uma queixa dele, ele agora tá respondendo pela Maria da Penha, e eu me senti muito mal e ao mesmo tempo muito bem. Mal, porque eu era amiga deles por tanto tempo, mas bem porque eu estava do lado certo. Eu estava ajudando alguém, fazendo justiça, para que não seja mais uma mulher para entrar no índice do feminicídio, que é o assassinato de mulheres através de seus companheiros (Mitiam. Entrevista realizada em ago. 2018).

Helena conta como, para além dos casos em que se presencia violência e que se acompanha até a delegacia, por vezes abrigando as vítimas, às vezes é preciso lançar mão de estratégias para poder proteger a mulher, fingindo que ignora sua situação, e ressalta como as PLPs são por vezes ameaçadas pelos agressores por serem uma referência:

> Como PLP eu já presenciei um caso de violência, abriguei a vítima e a acompanhei até a delegacia. E indiretamente fizemos várias denúncias. As pessoas vêm te contar, você finge que ignora e depois vai lá e denuncia. Já somos ameaçadas, visadas como referência que somos. Eles ficam com raiva da gente. Não dizemos nem à mulher, porque ela mesma entrega. “Só quem pode fazer alguma coisa por você é você mesma.” Nós indicamos o serviço, orientamos (Helena. Entrevista realizada em jun. 2018).

Para ela, de nada adianta o empoderamento adquirido no curso se não for para atuar em defesa das mulheres. “Uma coisa é você se empoderar e não agir” (Helena. Entrevista realizada em jun. 2018). Com essa frase ela quis dizer que o curso promove

conhecimento, o que é empoderador, porém isso se torna de menor valor quando não se utiliza na sua atuação.

A atuação das PLPs, para Suely, está no encaminhamento dado às mulheres: “A agência é fazer com que as mulheres procurem os órgãos da rede, encaminhando para os órgãos competentes.” (Suely. Entrevista realizada em jun. 2018)

Já Malu lança mão da estratégia de uma prática do movimento de mulheres conhecida como apitaço: “Tem um casal lá perto de casa que faz muito barulho eu apito demais a noite” (Malu. Entrevista realizada em jun. 2018). Tal atitude visa a chamar a atenção e mostrar que há algum tipo de vigilância quanto a casos de violência contra a mulher, também no sentido de protesto.

E ressalta seu papel em não ficar calada, e a reação dos homens ao seu apito, além de seu acolhimento às mulheres vítimas de violência:

> Na minha comunidade eu sou de falar porque não tem nada. Quando eu fiz o apito, os homens que batem nas mulheres ficaram três anos sem falar comigo com raiva, né!. Já acompanhei muitos casos de violência contra a mulher e meu papel foi aconchegar elas e dizer: “Não fique calada. Não apanhe mais.” (Malu. Entrevista realizada em jun. 2018).

Para Marineide, o curso PLP traz um compromisso com o quanto se vive enquanto irmã, enquanto vizinha e o quanto é necessário intervir na vida de outras mulheres, num olhar mais sensível para o que acontece ao seu redor.

> A gente começa com uma visão e termina com outra. Mas o que fica é o compromisso como a gente vive enquanto irmã, enquanto vizinha. A questão de intervir na vida de outras mulheres. Ser PLP era mais, era buscar essas mulheres, uma observação mais sensível para o que acontece ao nosso redor (Marineide. Entrevista realizada em jul. 2019).

Marineide reflete sobre como o empoderamento traz a agência, no sentido de intervir na vida de outras mulheres:

> Empoderamento eu tenho enquanto uma junção de coisas, não tem só uma é uma junção de conhecimentos então eu vou levar mais pro lado da propagação de conhecimentos. O que você faz com ele depois que você conhece, como é que você trata. E a questão da agência é eu vou botar a questão a fala da interferência, é como você vai interagir, não apenas interferir, mas depois que você conhece, o que é que você faz, né. Então a agência eu acredito que seja no sentido

> de intervir, então o empoderamento nas problematizações e a agência na intervenção (Marineide. Entrevista realizada em jul. 2019).

Ela relata que acompanhou inúmeros casos de violência contra a mulher e que seu papel enquanto PLP é atuar de maneira mais proativa de justiça e exemplifica o caso em que acompanhou uma mulher até a delegacia e enfrentou a coação de seu companheiro:

> Acompanhei inúmeros. Casos que mulheres foram assassinadas e casos com perseguições que eu acompanho enquanto PLP. Um caso que houve, até hoje não houve uma definição, houve algumas melhoras mas não uma definição, é de uma mulher que quando eu estava enquanto psicóloga do CRAS, nós acompanhávamos esse caso de violência, tanto a violência conjugal quanto familiar também porque isso afetava os filhos do casal, e ela chegou a separar-se dele, só que o CRAS atende mais os casos de vulnerabilidade social, pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, outras garantias sociais de saúde que a família precisa e esses casos nós encaminhamos para o CREAS, que é o centro de referência especializado em assistência social, então é o CREAS que dialoga diretamente com o judiciário e com o ministério público. Então essas mulheres, elas são encaminhadas para o CREAS, mas aí depois que eu a encaminhei eu fui até essa mulher enquanto PLP entender essa situação de uma maneira mais social, de uma maneira mais proativa de justiça, né! O que era que a gente precisava entender sobre este caso. Fiz outros contatos com outros companheiros, também que atuam na área de direito, e fomos seguindo a primeira vez que ele foi preso, ela foi até a delegacia acompanhada por mim, isso também me colocou na cabeça dele como uma entrave né, de alguma forma então ele tentou me coagir, ele chegou a ir na frente do meu trabalho, ficou lá, e eu fui até ele conversar com ele, me certificar do que ele queria, depois de falar algumas coisas com ele ficou posto que ele estava ali de fato pra me coagir, quando eu perguntei o que ele estava fazendo e ele disse que tinha parado para atender o telefone e eu perguntei porque ali já que não era o caminho dele, uma rotina. “Se for pra me coagir o senhor não vai conseguir, porque agora sua ex-mulher não está mais sozinha, além de ela ter um acompanhamento institucionalizado, ela está com outras mulheres que irão ajudá-la a sair dessa situação.” Aí ele disse que era pior pra mim, aí ficou posto que ele estava ali pra me coagir. E essa pessoa eu a acompanho até hoje, ele já foi preso outras vezes, a família vai e tira ele da delegacia, e ele nunca teve uma pena mais severa pelas coisas que ele fazia com ela, e a família dele sempre coloca que ela podia ser uma melhor esposa que ela podia ir mais pra a igreja, que ela podia entender mais que ele é uma pessoa que tem muitos problemas, sempre ela... Eles sempre colocam a culpa nela, ela é funcionária pública, ela cria os dois filhos desde sempre sozinha e passou a não mais aguentar a violência que sofria e, na verdade, nem foi ela que buscou ajuda, foi a mãe dela, e ela ainda culpava a mãe porque foi expor a vida dela, que ela agora estava exposta, etc. e tal. Ela já sabia até onde ele ia, e agora além de todo o sofrimento ela ainda ia viver uma exposição na cidade, no

> trabalho, que ela já vivia, só que ela não identificava dessa forma, eu faço o acompanhamento dela até hoje, ela está separada dele (Marineide. Entrevista realizada em jul. 2019).

Marineide, em sua fala, toca em um ponto muito pertinente: as ameaças que as PLPs podem sofrer dos homens em consequência de seus trabalhos contra a violência. Ela conta sobre a vez que um homem foi até ela com o intuito de coagi-la, ela relata que esse homem disse que seria pior para ela se envolver no caso. Além disso, toca em outro ponto que é muito recorrente, sendo o fato de a mulher ser julgada pela família e amigos do seu próprio agressor, colocando-a como sempre sendo a pessoa que deveria ter mais empatia e entender o lado e os problemas do agressor.

Por vezes, há empecilhos na tentativa de tornar outras mulheres difíceis de domar, como nos relata Marineide:

> Outro caso de violência que eu acompanhei foi uma mulher que foi assassinada pelo ex-marido, que eu não costumo chamar de companheiro, eu sempre chamo de ex-marido, ela logo que chegou para a gente no CRAS, foi encaminhada para o CREAS, só que ela não identificava como uma situação gravíssima que corresse risco de morte. Depois que ela foi encaminhada eu fui até a casa dela, me apresentei enquanto PLP, e levei também outras companheiras pra que a gente pudesse fazer um encaminhamento mais forte naquela situação, que eu já entendia que era muito grave, e aí nós encontramos um lugar pra ela ficar de imediato, mas ela disse que não iria, que não iria mudar a vida dela, por conta do marido, e nós com todos nossos esforços pra que ela entendesse que a vida dela já estava mudada há muito tempo, era uma situação que tinha alguns agravantes também de conflitos familiares. Pela violência que ele fazia com ela algumas pessoas da família dela se envolveram, e isso agravou a situação porque ele não só queria matá-la como queria matar a outras pessoas da família, e as pessoas da família dela também queriam matá-lo, e dois dias depois ela foi assassinada por ele. E ele ainda está livre, eu nunca o vi, mas outras pessoas já viram e sabem onde ele trabalha e tudo. Todo mundo sabe que foi ele que a matou, menos a polícia, então a gente fica: como assim? Todo mundo sabe... O inquérito foi fechado como pessoa desconhecida, que não se conhece quem a matou, então quando ela foi assassinada, ele saiu da casa dela e ele nunca foi sequer detido pra dizer porque saiu da casa dela, onde estava, pelo menos, e ficou como o algoz desconhecido. Então como é que você lida com isso? Os familiares não quiseram levar mais num sentido judicial porque eles entendem que podem resolver a situação de outra maneira. É um ciclo de violência, por exemplo o irmão dela chegou a dizer, não, deixa ele solto, deixa ele solto, e ele nem se encontra com a justiça, então são coisas assim muito estreitas pra se lidar com elas. A própria família não fez a denúncia que tinha sido ele, faz isso para a polícia, então a justiça ela precisa ser provocada né, não devia ser apenas provocada,

> esperar apenas pela provocação, mas é o que acontece (Marineide. Entrevista realizada em jul. 2019).

Ao tornar outras mulheres difíceis de domar, isso faz com que as PLPs fiquem na mira dos homens, uma vez que ao recuperar a autoestima das mulheres, essas podem vir a querer se separar, o que coloca a PLP numa situação de *pivô* da separação:

> Ser PLP me coloca em uma linha de frente com esses homens, porque quando você vai fazer essa interferência eles acreditam que a gente vai lá para que elas se separem deles, que deixem eles, e na verdade não é esse o intuito, o sentido é que elas não se deixem, que elas passem a se ver, quando a gente fala sobre autoestima a gente não fala sobre uma autoestima estética, não é sobre o formato do cabelo ou uma roupa que atiçou a outra, é sobre o que é que ela tem usado pra si, então quando acontece uma separação, é pela consequência do processo que a mulher passou, quando ela passa a se querer, quando ela passa a se ver, quando ela passa, ela passa a entender que é uma sujeita de direitos, que ela não está abaixo dos direitos por ser mulher, então se nesse processo ela entende que a separação também é o certo, aí ela vai acontecer, né! (Marineide. Entrevista realizada em ago. 2019).

Esse trecho vai ao encontro dos relatos das outras PLPs, uma vez que todas que se envolveram com o movimento relataram um aumento na segurança ao falar, a se impor, a ver o mundo de uma outra forma, com mais criticidade. E todos esses fatores são capazes de aumentar a autoestima dessas mulheres.

Marineide ressalta a necessidade de provocar as famílias e os companheiros das mulheres, numa ampliação do trabalho das PLPs:

> Algumas vezes em Limoeiro, quando estava no CRAS, nós fizemos algumas reuniões com alguns homens e mulheres, que viviam com mulheres e que eles eram violentos, mas nós não os convidamos lá pra dizer que eles estavam errados não, nós os convidamos para que eles falassem sobre o que é que eles sentiam fazendo o que faziam, como é que eles viam as mulheres, como é que se viam com elas, convidávamos a eles se pensarem um dia de mulher, ter de conviver com todas as coisas que foram impostas para a mulher, por exemplo, como é que eles agiam e reagiam quando eles precisavam fazer o que uma mulher estava determinando que ele fizesse. Então esse era o formato e que eu acredito nesse formato, eu acho que é importante tanto dialogar com os homens para que eles entrem num processo de reflexão para que eles possam fazer algumas necessárias mudanças, e também conversar com a mulher, ela enquanto educadora, enquanto educando homem-filho, e filha-mulher, o que é que elas têm feito deste lugar, se a gente vai falar em direitos iguais só na vida adulta deles e como formá-los na perspectiva de igualdade entre homens e

> mulheres, quem é que tá varrendo a casa, por exemplo, quem é que tá lavando a louça, quem é que tá arrumando as coisas? Então são coisas pequenas que vão reverberar nas maiores, nas mais complexas, então eu penso que são coisas assim que a gente precisa tratar e esse curso de PLPs, ele nos traz reflexões grandiosas a esse respeito , nesse aspecto, então o que eu penso enquanto futuro do PLP é essa ampliação, essa articulação em lugares onde não existe esse diálogo, com as mulheres, com as famílias, e também eu vejo que trabalhar enquanto PLP não apenas com a mulher, sem a gente ir lá provocar os filhos, sem a gente ir lá provocar os maridos, provocar as famílias, sem a gente ir lá provocar a outra mulher da mulher. Nós hoje nos casamos entre nós, e infelizmente ainda adotamos situações patriarcais, mesmo nas relações entre mulheres. Alguém lá vai e diz que é necessário ter um lugar patriarcal, ter alguém que vai mandar na situação e eu sei que são situações bem complexas, de mulheres que vivem com mulheres e também sofrem violência de suas mulheres (Marineide. Entrevista realizada em jul. 2019).

Marineide neste trecho relata um trabalho de base das PLPs que tentam também sensibilizar os homens para que eles percebam o quão destrutivas podem ser suas ações, o quanto podem desgastar as mulheres. E, às vezes, são também ações que eles podem nem perceber por já estarem tão submersos na cultura machista e patriarcal, a qual vivemos hoje, como por exemplo os serviços domésticos sempre serem atribuídos a mulher. Essa proposta de mudança cultural que as PLPs propõem pode fazer com que esses homens em contato mudem suas perspectivas dentro de casa, através da reflexão.

Alice ressalta como o curso abriu os horizontes para a possibilidade de ajudar outras mulheres e encaminhá-las para os serviços:

> Mas assim, o curso PLP, ele abriu os horizontes também para que a gente pudesse ajudar outras mulheres na comunidade e falar sobre violência e também direcionar para os serviços de ajuda, de apoio e também proporcionar que aquela mulher não estava só, né! Tinha na própria comunidade outras mulheres que estavam ali apoiando. Então, foi mais ou menos isso (Alice. Entrevista realizada em ago. 2019).

Ela relata como suas visitas domiciliares foram aprimoradas e se tornaram mais profundas, saindo do *script* que uma agente comunitária de saúde tem, para acolher mulheres em situação de violência e modificar suas vidas, uma vez que elas passam a se impor com o companheiro:

> Eu também tinha uma visão, não era tão ignorante assim, eu sempre fui acolhedora né, mas assim, foi muito bom esse olhar ampliado para

> que eu pudesse aperfeiçoar nesse acolhimento diante de uma visita domiciliar, diante de algumas colocações, porque às vezes a gente quer, numa visita domiciliar a gente vai toda planejadinha das coisas que vai falar: câncer do colo de útero, câncer disso, não sei o quê, hipertensão, diabetes, saúde da criança, cartão de vacina, e quando a gente chega no domicílio, nada disso, cai por terra às vezes. Porque nós somos abordadas por uma demanda totalmente fora daquilo que a gente tá levando e a gente... muitas vezes a mulher tá ali em sofrimento. Outro dia eu passei uma manhã inteira numa casa em que ela tava por uma situação de sofrimento muito grande, e o esposo xingando ela. Ela também inclusive fez a formação do Mulheres da Paz. Então ela é uma pessoa que ela não se entrega, ela corre atrás, ela busca os direitos, mas mesmo assim ela tava em sofrimento. Só que ela teve o diferencial de como sair dessa situação sem passar pelo pior, porque ela tinha conhecimento. Foi bem interessante porque a gente soma ela com a autoestima dela, a gente se apoia, inclusive hoje ela conseguiu trabalhar, conseguiu se organizar, tudo direitinho, e vencer isso, ela hoje... Não chegou a separar não, assim separados na mesma casa, mas hoje mudou muito a realidade dela, porque ela tomou outro rumo assim, não ficou no sofrimento (ALICE. Entrevista realizada em ago. 2019).

Alice faz menção à complexidade dos problemas dentro dos lares em que as PLPs visitam. Neste trecho ela conta que se programam para ir as casas, conversar com as mulheres, falar a respeito de exames, de saúde, de vacinas, mas quando chegam, os problemas são outros, e essas mulheres precisam pensar em outras alternativas para auxiliarem aquelas que precisam. Ela conta também sobre uma mulher que conhece, essa mulher estava passando por problemas dentro de casa, ela já havia passado pela formação do Mulheres da Paz, e conseguiu superar as dificuldades.

Ser PLP não depende de um espaço de atuação. Antes, em qualquer lugar que se esteja, se carrega a “boa reputação” (BOURDIEU, 1989) que possibilita sua intervenção, além da escuta aprimorada. Alice relata como ser PLP a faz atuar onde quer que ela esteja, conversando e orientando mulheres em sofrimento:

> Enquanto PLP é onde eu estiver, é no ônibus, quando me deparo com uma situação eu atuo. Outro dia eu tava numa unidade de saúde, chegou uma mulher com um pico hipertensivo e eu fui acolher ela, e ela começou a se abrir comigo e contar sua história e ela tava passando por uma situação de violência que o companheiro dela bate na filha dela de 10 anos que não é filha dele, ameaça ela que se ela deixar ele, ele mata ela, e tal. Tudo isso e ela tem o apoio da mãe, mas ela já está com vergonha da mãe porque passou um mês separada e voltou . E foi aí que a PLP atuou: disse que se a mãe dela não apoiasse tinha lugares de apoio não só pra ela, mas pros filhos dela, né... de dez anos e o menor de 2 que é filho do atual companheiro

> e que não precisaria ele saber nem precisava ela comentar daquela nossa conversa, daquela história que se ela se sentisse insegura, ela ou ir preparada, ela me procurasse, ela soubesse que tinha saída não permanecesse e que ela não é hipertensa. Tudo aquilo era proporcionado e tava acontecendo devido a essas situações, né! Ela tava tendo crise hipertensiva por stress, do sofrimento que ela tá vivendo no momento. Aí eu aguardo ela me procurar e também no meu acolhimento na unidade de saúde, pronto no dia sempre eu trago sempre fala de empoderamento de direitos e deveres. de busca de direitos, de luta. Sempre trago essa fala de empoderamento mesmo, de autoestima. É aquela coisa tem gente que diz que ah não adianta, eu digo mas também não atrasa, não vai atrasar às vezes a gente diz liga o 0800, ah não adianta, mas também não vai atrasar, então o ideal é usar todos os equipamentos, todas as ferramentas que você tem pra ir em busca de melhoria, de se ajudar (Alice. Entrevista realizada em ago. 2019).

Alice conta sobre outra violência que também acontece em muitas situações: quando a mulher se casa com outro rapaz, e esse, agride os filhos da sua companheira. A PLP relata a vergonha de procurar a ajuda da mãe que a mulher sentiu, pois havia terminado seu relacionamento, mas depois resolveu voltar. Nesse caso, as PLPs tentam orientar, apontar novos caminhos, oferecer ajuda à mulher e também a seus filhos, para que eles não fiquem desamparados.

Alice conta como o fato de possuir um território possibilita que ela interfira aos pouquinhos, não só com as mulheres, mas também com os homens, e relata como no mês de março ela faz dinâmicas com as mulheres, puxando mais para a autoestima e falando sobre violência, para além das questões de saúde, que são mais cotidianas para ela:

> Como eu sou agente comunitária de saúde, então estou num território, eu tenho contato, eu to na área, eu to fazendo visita, eu presencio algumas coisas. Então eu vou aos pouquinhos, eu tenho vínculo já com a comunidade, aí eu vejo como chegar não só na mulher, como também no homem. Na unidade de saúde, quando eu estou seja no acolhimento, alguém procura na busca por alguma informação, se tiver uma demanda dessa, a oportunidade que eu tenho eu trago sempre essas orientações, essas informações. No mês de março, a gente tem que trabalhar todos os dias, mas o mês de março é um mês que foca, eu também trago essa questão do empoderamento, não trazer nada de saúde, porque geralmente a gente trabalha essas questões, falar sobre câncer de mama, de útero, diabetes, saúde bucal... A gente acaba meio que levando um conhecimento distorcido pras mulheres do que seja o 8 de março, então a gente não vai trabalhar temática de saúde porque a gente já faz, é o nosso dia a dia. Vamos trabalhar de fato o que é 8 de março. Foi aí que a gente pincelou, e gente percebeu que as mulheres não sabiam, aí a gente também para mandar palestra, a gente tinha feito mais um resgate, um dia de proporcionar,

> era promoção de saúde. Então ia ter resgate das brincadeiras, com dinâmicas que traziam a questão da autoestima, sempre essa coisa do autocuidado de forma mais lúdica, e inicialmente a gente focou mais no significado do 8 de março, a história, e quando elas foram trazendo aos pouquinhos, porque às vezes passa na televisão a história da fábrica, então foi pincelado isso e depois foi uma manhã bem lúdica, promovendo saúde, não falar de doença, a gente promoveu saúde, a gente falou dos tipos de violência (Alice. Entrevista realizada em ago. 2019).

Nesse trecho Alice conta como sua área de atuação privilegia seu trabalho enquanto PLP. Ela conta que como agente de saúde, no mês de março, ela procura trazer palestras para as mulheres e também para os homens, de modo que os conscientize. Além disso, propõe a promoção à saúde, alertam para os diferentes tipos de violência, falam sobre autoestima, sobre o significado do dia 03 de março, que é o dia internacional da mulher.

Ao ser perguntada se já havia presenciado casos de violência contra a mulher, Alice diz que já presenciou, principalmente a verbal, e relata uma vez que, em visita domiciliar, ela interagiu com o companheiro da mulher, o estimulando a mudar de atitude com relação a sua parceira e evidenciando o que ela fazia por ele:

> Já, nossa, passando na rua, presenciando pessoas batendo em mulheres. Já presenciei principalmente a verbal, é sempre, né! O homem minimizando, é de gorda e de feia, disso então até a subtração de bens, quebrar celular, e assim, muitas vezes até numa brincadeira, brincadeira de mal gosto. né! Outro dia estava na casa de um casal de idosos, e ele tava falando coisas, ela tá muito esquecida, tá ficando doida, então eu falei: e o senhor? Ela cuida tanto do senhor, marca seu médico, faz isso, faz aquilo, a cabeça tem hora que vai dar um pane, ela não vai funcionar bem. Então o senhor tem que dividir com ela as responsabilidades, o senhor começando a se cuidar já ajuda muito, então o senhor tem que dividir. Eles ficaram rindo. Será que amanhecendo ela não merece uma rosa, sem espinhos? Será que no amanhecer do dia o senhor indo marcar seu exame não ia ajudar, que é ela que faz isso, já ia tirar dela essa responsabilidade a menos? Será que uma tardinha o senhor pegando seus netinhos e indo brincar no parquinho, isso não ia ajudar? Aí ficaram rindo e eu não sei até que ponto isso funcionou, mas eu fui por aí tentando convencer com dicas (Alice. Entrevista realizada em ago. 2019).

Alice conta que as agressões verbais que ela já presenciou, muitas vezes foram relacionadas à aparência da mulher. Ela revela que esteve em contato com um casal de idosos e procurou conscientizá-los a fim de que eles dividam as responsabilidades para que a mulher não fique sobrecarregada, ela disse que se o homem começasse a cuidar mais dele, por exemplo, marcar os seus próprios exames ou levar os netos

para passear no parque, isso já ajudaria a mulher. O trabalho de PLP muitas vezes pode ser comparado ao trabalho de formiguinhas, que de passos em passos conquistam suas vitórias.

Marize fala como incluiu mais lutas à sua pauta e teve mais certeza de sua atuação e se orgulha de ter encaminhado mulheres a uma maior liberdade econômica, valorizando seus saberes e os tornando rentáveis.

> Principalmente lutas. A gente ir pra a rua sabendo o que quer, procurando mais mulheres, falando melhor, a minha frequência nas comunidades, falar com as mulheres, levando elas ao lado dos seus direitos conseguimos tirar algumas mulheres da comunidade e levar elas para a luta. Elas mesmas agora eu gosto muito de trabalhar com mulheres e suas finanças, porque muitas delas sabem fazer as coisas mas não têm, sabe fazer artesanato, mas nunca atinou de fazer e vender pra ter sua própria renda, umas sabem fazer tapioca muito bem, sabem cozinhar. Muitas delas ficaram com liberdade financeira através disso, fazendo seus alimentos e vendendo. Eu fiz parte disso. Tem o banco do povo então elas pegavam dinheiro e a gente sempre dizendo vá fazer pra vender pra ter sua liberdade financeira. Eu tenho certeza que fiz parte disso. Abrindo mais o leque pra melhorar a vida das mulheres (Marize. Entrevista realizada em ago. 2018)

Na última turma de PLPs, oferecida de maio a outubro de 2021 remotamente, identificamos a preocupação de algumas integrantes já formadas e atuantes, porém com o ímpeto de aproximar sua linguagem do popular, para assim dialogar melhor com as mulheres em diferentes espaços, simplificando suas linguagens técnicas das áreas de serviço social, direito, e psicologia, para aproximar-se das mulheres populares, das comunidades e assim poder oferecer melhores caminhos em se tornarem “difíceis de domar”. Tal fato e ilustrado pela fala de Layse:

> Hoje eu tô atuando dentro do próprio GMM e dentro de outros movimentos, como a Marcha Mundial de Mulheres, também atuo dentro do partido PT, enquanto advogada eu me identifico como advogada popular, eu faço parte da comissão de advocacia popular e ao mesmo tempo que se confunde e se juntam e as pessoas chegando, tirando dúvidas e a Layse advogada falando de maneira popular, para que aquela mulher ajude outras (Layse. Entrevista realizada em dez. 2021).

As falas aqui apresentadas têm o intuito de dar voz às próprias PLPs, que explicam e comentam sobre sua atuação, sua formação no curso e articulação em rede, ou falta dela, quando alertam sobre a necessidade de ações que promovam a continuidade das atividades das PLPs. Fica explícita a necessidade de

compartilhamento de experiências, opiniões, formas de agir, e a oportunidade de falar para a presente pesquisa pode preencher um pouco dessa necessidade de expressão e reflexão acerca de concepções compartilhadas e a atuação de cada uma enquanto PLP.

Como dito anteriormente, diante de tantos relatos, foi possível atribuir sentido, classificando trechos em quatro pilares, dispostos no que acabamos de explicitar. As entrevistas revelam: 1) o protagonismo e a superação de obstáculos na vida pessoal; 2) o amparo por uma rede que as apoia; 3) uma definição na atuação política, além da 4) capacidade de influenciar/empoderar outras mulheres.

Tais falas se encontram permeadas por noções sobre empoderamento e agência, superação de desafios como a situação econômica, através de capacitações e empreendedorismo, diferentes maneiras de lidar e intervir em casos de violência contra a mulher, em diversos espaços de atuação, seja nos bairros, entre amigos(as) e familiares, ou nas instituições de que fazem parte, ou onde quer que se façam presentes.

Sendo assim, vemos nos relatos das mulheres e em anotações do diário de campo que o curso modifica a “experiência total de vida” (Geertz, 1989) das PLPs, oferecendo-lhes uma nova e “boa reputação” (Bourdieu, 1979), que as guia em sua atuação onde quer que estejam, e respaldadas cada uma por sua trajetória individual. Nesse contexto, elas têm uma rede que as apoia, tal como é o GMM, os serviços de atendimento à mulher, seus contatos atualizados, o próprio respaldo da Lei Maria da Penha e o conhecimento delas adquiridos durante o curso. São também levadas a ter uma maior consciência política, acompanhando homenagens ao GMM na ALEPE, apoiando a candidatura das Juntas e escolhendo como local de entrevista a sede de um partido de esquerda, tendo melhores noções do que é esquerda e direita. Além disso, o curso desperta para uma evolução em suas trajetórias pessoais, modificando traços de suas personalidades, antes mais passivas e ”domadas” para personalidades mais atuantes. Elas se tornam “difíceis de domar”. E isso é multiplicado, uma vez que elas estimulam outras mulheres, através de uma escuta especializada, potencializada por seu conhecimento sobre violência contra a mulher e da possibilidade de intervenção, tornando outras mulheres também “difíceis de domar”.

5 TRAJETÓRIAS DE VIDA E ATUAÇÃO

No presente capítulo, analisamos um pouco mais a trajetória de vida e a atuação de uma PLP, a partir da percepção de que elas estão permeadas por dilemas morais e éticos, com os quais é necessário lidar. Discutimos teorias a respeito de moralidade e ética, o protagonismo das mulheres apesar dos percalços no caminho e suas implicações cotidianas, para então antropologizar sobre moralidade na etnografia das PLPs. Por fim, discutimos o aflorar de uma ética do cuidar entre nossas protagonistas, tanto entre elas mesmas, quanto em relação a outras pessoas.

5.1 DILEMAS MORAIS E ÉTICOS EM SER UMA PLP

A partir das reflexões sobre a agência e o empoderamento nas trajetórias de vida de PLPs, passamos a uma discussão sobre antropologia das moralidades, procurando estabelecer conexões com o que se sabe sobre essas mulheres, perpassando discussões sobre ética, moral, liberdade, a própria agência, dilemas morais em “meter a colher” na vida de outra mulher, como manter o anonimato, a própria escolha em simplesmente reproduzir o moralmente aceito como uma opção da liberdade individual de cada um. Vemos, então, o quanto discutir moralidade é engrandecedor para contar as histórias das PLPs em suas trajetórias de vida.

As PLPs, em seus dilemas éticos e morais, relativos as suas diversas áreas de atuação, bem como a autora, chamam a ética mais humanística e de primeira pessoa de “experiencial”, “*motive”* ou “experiência pessoal” (quando no campo da antropologia), o que nos leva a crer que essa definição de ética nos dá condições para analisar a etnografia do empoderamento e a agência dessas mulheres. O desafio que Cheryl Mattingly (2012) coloca é que os debates precisam avançar, uma vez que os pós-estruturalistas continuam a dominar a academia e que, sem clarificar esse debate, as narrativas de perspectiva de primeira pessoa continuarão a ser engolidas por “*frameworks”* de explicação em terceira pessoa. Tal orientação é de tamanha importância para a minha pesquisa. O relato em primeira pessoa das trajetórias de vida das PLPs foi priorizado, além de agora discutirmos ética e moralidade em sua atuação. Ao antropologizar moralidades, deve-se “ser igualmente atenta a processos de julgamento ético baseados em eventos singulares e na formação de *selves* os quais têm sua historicidade particular” (Mattingly, 2012, p. 180).

A capacitação como PLP permite a apropriação dos conhecimentos teóricos e práticos sobre as leis, o direito e o aparato da justiça, buscando também desenvolver nas mulheres uma consciência crítica em relação aos conteúdos que possam prejudicar a igualdade de direitos entre homens e mulheres. As PLPs aprendem quais são os direitos juridicamente assegurados e reconhecem as situações nas quais ocorre a violação dos mecanismos jurídicos de reparação. São mulheres lutando por direitos humanos, delas mesmas e dos seus/suas e outras/os, promovendo e praticando o bem comum.

No entanto, os desafios são tantos, que até por vezes obstáculos aparecem (o estigma, Goffman, para quem é importante a representação do eu na vida cotidiana) e elas precisam demonstrar isso como sinal de alguma fraqueza para obter auxílio ou ajuda de alguém mais apto no momento. Portanto, falo isso a partir da constatação em trabalho de campo de que elas assumem suas deficiências, sejam elas auditivas, de visão, dentre outras até intelectuais, e juntas somam-se em esforços em que a sabedoria de uma complementa a da outra. Deixar óbvio o que não se é capaz de fazer faz com que alguém que saiba as ajude a resolver o problema em questão.

Desafios de família, gênero, saúde e sexualidade, se interpõem a todo momento na vida dessas mulheres, que lutam pelos direitos umas das outras, cuidando-se e “tomando conta” de suas comunidades, seus bairros, suas adjacências, onde quer que pisem, demonstrando a força de sua luta.

Na atuação de uma PLP, percebemos diferentes perfis, bairros de origem, a utilização de um apelido ou nome fictício, normalmente a idade é dita por elas com orgulho (não há aquele costume de esconder a idade que algumas mulheres têm, talvez só se for nova demais, aí queira aparentar ser mais velha), além disso, contam suas experiências de vida das mais variadas possíveis, a respeito de familiares, de trabalho, de relacionamento, de orientação sexual, de raça e de cor, para citar algumas das possibilidades e implicações possíveis e perceberem a riqueza dessas mulheres em conjunto e em articulação. Elas delegam, reúnem-se, decidem, vão a espaços sozinhas ou em pequenos grupos, tudo em nome das causas que levantam e defendem.[25]

[25]No dia 14 de abril de 2018, após uma reunião de articulação em que compareceram menos de cinco mulheres PLPs, dirigiram-se à tarde Lourdes e Luisa para o protesto em apoio à Marielle, aspirante às eleições e vereadora brutalmente assassinada havia 1 mês, na ocupação que leva seu nome na Praça do Diário.

Mas nem tudo são flores, digamos assim. Há dilemas éticos e morais que elas precisam enfrentar, por exemplo, uma vez que lidam com a violência, tê-la vivenciado de perto, lidar com a violência alheia, “meter a colher” e lidar com a frustração por não ter conseguido “salvar” a outra. Outro dilema, pode-se dizer que: encontram espaço e ouvidos em todo lugar? Logicamente não, pois ainda há muito machismo e hierarquias que impedem a fala de uma mulher, mesmo que consciente de seus direitos. Um terceiro dilema, pode-se dizer a respeito do direito de ir e vir (sair e “escandalizar”, “botar a boca no trombone”, apesar de suas vidas privadas)? Nem sempre há condições de ir e vir ou de sair quando quiser, às vezes não se tem nem o dinheiro da passagem, outras vezes há problemas a serem resolvidos no ambiente doméstico e privado e suas atuações ficam comprometidas.

Quando o assunto são os namoros, os amores, as “ficadas”, as traições, as “pegadas”, nem sempre elas escapam de julgamentos maternos, até mesmo de outras pessoas da família e da vizinhança, ou de outras mulheres que deixam de lado a sororidade nesses momentos de julgamento. No âmbito do machismo, algumas convivem com a paternagem, o excesso de “zelo” por parte do patriarca impedindo-as de se relacionar com outras pessoas. São absurdos das vidas privadas contrastados por uma atuação vibrante nos espaços de fala públicos.

Diante de contextos como esses, como podem adquirir protagonismo em suas vidas, se passam por experiências de repressão, mas encontram na sequência seus espaços de fala e atuação?

5.2 PERCALÇOS NO CAMINHO: PROTAGONISMO COMO?

Mesmo tendo vivido, suportando e avançando em suas próprias trajetórias de luta, essas mulheres saem, “dão a volta por cima” e vivem seus momentos não só de protagonismo, mas de sororidade e trabalho em grupo, além de fazerem colocações nos espaços públicos de luta.

Implicações cotidianas de suas vidas particulares, como também externas, podem ser assim chamados percalços no caminho, muito embora não sejam impedimento para a resistência, a resiliência e o protagonismo dessas mulheres.

As reuniões da Articulação de PLPs são um espaço que chega a ser terapêutico, uma vez que são realizadas dinâmicas de grupo, as mulheres formam

uma roda em torno de materiais (banners, lenços, panfletos, livros, jornais) colocados no chão (Figura 16).

Figura 16 – materiais dispostos no chão

Fonte: A autora (2018)

Na próxima figura (Figura 17), observamos tanto as PLPs reunidas em posição circular, quanto os materiais de campanhas e ações, tais como cartazes, revistas, banners e faixas com dizeres, que como estímulo se encontram dispostos ao chão, os quais elas manuseiam, dali retirando inspiração para construir suas falas, as quais são comentadas e reafirmadas pelas companheiras presentes. As mulheres se abraçam e trocam palavras de conforto ao falarem de suas revoltas.

Figura 17 – Roda de diálogos das PLPs

Fonte: A autora (2018)

São as saídas, mas não só, seu papel na esfera doméstica também parece ser central, ao menos na tomada de decisões, indo e vindo quando querem e precisam e também sendo impedidas por ocasiões familiares (reformas, trabalho junto aos familiares, ajuda aos parentes com problemas de saúde ou parturientes, planejamento doméstico no geral).

Mas estão lá em seus celulares e smartphones (nos grupos de WhatsApp)[26] a postos para a luta, para outras mulheres e para o avanço das lutas do feminismo. Na saída ou dentro de casa, são protagonistas, sim! Mas tal protagonismo é exercido com a constante presença desses dilemas éticos e morais que são postos pela própria vivência cotidiana da vida doméstica e comunitária.

Em sua divulgação, a cartilha da Lei Maria da Penha diz que em briga de marido e mulher, agora é possível "meter a colher", ou seja, denunciar em situações de violência doméstica. Não obstante, há dificuldades em fazer isso, e pude ouvir em entrevista[27] o relato da frustração de uma vez metendo a colher, não conseguir

[26] Atualmente há os grupos "Quem sabe faz a hora", "Articulação PLPs", "Rede PE de PLPs" e "Somos tod@s Maravilha, todos criados por Lourdes Luna, fundadora do Grupo Mulher Maravilha, para a movimentação de mulheres, defender causas e marcar encontros e confirmação de presença.

[27] Entrevista realizada em 2016 no parque 13 de maio, com uma PLP do curso Mulheres da Paz da Secretaria da Mulher do Governo do Estado, em que o relato era de dispersão. Ela atua como pedagoga em escola e diz usar o que aprendeu no curso com os pais dos alunos, porém diz que em Santo Amaro, até por conta da

reverter a situação da mulher, que por seus motivos opta por continuar com o homem agressor. Isso tem ocasionado semi-desistências de atuação e articulação como PLPs. Porém, acredito que uma vez PLP, a realidade de ser uma é levada consigo fazendo parte de sua trajetória de vida e consequentemente influenciando em toda a sua atuação, seja na esfera privada ou pública, em casa ou no trabalho, na relação com outras mulheres – na maior sororidade, no tratamento da violência, no *knowhow* sobre os serviços, na modificação da própria reação ao saber de histórias de violência, etc. Tudo isso e mais um pouco estará marcado pela experiência de ter feito tal capacitação, por menos atuante que seja uma PLP.

Tendo em vista a proteção das PLPs, há estratégias para fazer uma denúncia e manter o anonimato[28] como por exemplo ligar com diferentes nomes, vozes e telefones, fazendo a mesma denúncia. Isso aumenta a eficácia do atendimento à mulher vítima de violência, como também despista do agressor a pessoa que realmente fez a denúncia. Não é ético mentir, mas omitir por uma boa causa, é viável. Dessa forma, nesses casos, oferecer um nome fictício é eficaz e salva uma ou mais vidas. Este ponto tem relação com tornar outras mulheres mais difíceis de domar.

5.3 ANTROPOLOGIZANDO MORALIDADES NA ETNOGRAFIA DE PLPS

Na antropologia das moralidades, as discussões acerca do tema dialogam entre si, debatendo o que se tem por ética e moral em geral e em casos específicos, aliados às variadas pesquisas de campo de diferentes autoras(es). Adiante, discutiremos algumas perspectivas, procurando fazer análises a respeito das PLPs, fruto da pesquisa de campo realizada para esta tese.

---

violência, as mulheres não estão se reunindo ou atuando como PLPs. No curso Mulheres da Paz, apenas dois meses foram o módulo Promotora Legal Popular, inserido dentro de um projeto maior, de duração de dez meses, em que as mulheres recebiam um auxílio, uma espécie de bolsa para estudar. No final, foram chamadas também de Educadoras Sociais, numa tentativa de diminuir a confusão entre Mulheres da Paz e Promotoras Legais Populares. O certo é que foram treinadas e podem atuar como PLPs se assim se sentirem à vontade, mas a formação foi como Mulheres da Paz. Para mais informações sobre o projeto é possível acessar o site<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/projeto-mulheres-da-paz-forma-agentes-sociais>. Acesso em: 13 jun. 2016.

[28] Publicar tal informação é uma via de dois gumes, pois é interessante informar outras mulheres dessa possibilidade para estimular denúncias, "metidas de colher", para proteger a si mesmas e a outras mulheres vítimas de violência (MVV), porém dependendo do leitor tal informação pode colocá-las em risco. Pede-se discrição quanto à informação, uma vez que ela pode chegar a um homem agressor denunciado e isso colocar em risco uma PLP.

Esses autores estão sempre se contrapondo a Durkheim (colapso entre o social e a moral) e a Foucault (Mattingly, 2012). Faz-se necessário circunscrever o campo, a metodologia, definir moral e ética, em termos mais empíricos. Enquanto a moral seria um sistema de regras ou normas obrigatórias ou desejadas, a ética é uma discussão envolvendo reflexividade e a formação do sujeito ético. Para a autora, são duas grandes versões da chamada ética da virtude: enquanto uma é pós-estrutural, a outra é uma ética da virtude humanística de primeira pessoa.

Voltando a Durkheim *versus* Foucault, temos no primeiro, a moral como obediência às normas de maneira inconsciente na vida social, no trabalho. A moral seria um processo de inculcação, introjeção, obediência inconsciente, ainda que se deseje realizar. Já em Foucault temos a subjugação e a opressão em que os sujeitos são instituídos por práticas de saber constituídas (cuidados de si). São práticas de maneiras discursivas e reflexivas com tecnologias, autonomia, saber e liberdade articuladas. Este modelo tornou-se hegemônico e substituiu o de Durkheim. Explora a ética como a liberdade que as pessoas têm de escolher o tipo de regime ético aos quais eles se submeteriam. Seria uma possibilidade formatada por uma comunidade cultural (Mattingly, 2012).

A moral depende do cultivo de virtudes e de seu desenvolvimento, é histórica e formada por um contexto social. As virtudes são desenvolvidas através de práticas sociais ligadas ao cuidado de si e do cultivo de si, não só crenças, mas emoções, corpo. O *habitus* de Bourdieu foca na realidade mais objetivada como classe, família, educação. Há uma sinestesia, que seria uma preparação do corpo para sintonizar-se com aquilo que é dito por palavras. Mais do que capturar a moral através das crenças, capturá-la através das emoções, e a moral é um empreendimento comunitário.

Retomando, para Durkheim existe a introjeção da regra como um desejo, enquanto para Foucault, há um processo de formação do eu como um sujeito ético, possibilitando novos rearranjos de poder, ainda que o cultivo de si seja através de um mentor, mas “você só é livre se você domina a você mesmo”.

A ética é intrínseca à ação e está sempre em relação ao outro. A interação é um elemento importante, uma vez que ficar só na interação é problemático, mas não se entra numa interação despido de uma moral. Há um julgamento sempre avaliando o que a gente fez e o que disse, ainda que de nós mesmos. Há o julgamento dos critérios e surge a necessidade de prestar contas do que se fez e do que se disse

(Lambek, 2010). Essas preocupações estão presentes e permeiam toda a pesquisa de campo etnográfica em torno das PLPs e sua articulação.

Lambert (2013) questionando onde está a ética, vai afirmar que ela está na ação, mas intrínseca à ação, que seria ato reflexivo que envolve atores e é sempre social. A ação seria performance, o ato em si, e a prática de um julgamento posterior a uma ação. A ética não está só nas instituições, mas no cotidiano. Nos atos performativos, usando da filosofia da linguagem, “a fala faz”. E a Articulação em rede como espaço de fala dessas mulheres que as torna bem mais ativas e atuantes, capazes de modificar a realidade em seu entorno, empoderadas. Afinal, é um dos momentos de agência delas.

Sobre empoderamento, Cornwall e Edwards (2010) apontam para a agência das mulheres como “armas contra a pobreza em políticas públicas”:

> *Women’s empowerment is heralded in today’s development circles as a means that can produce extraordinary ends. Women are vaunted as a ‘weapon against poverty’ (DFID 2006: 1), their empowerment extolled as the solution to a host of entrenched social and economic problems. In response to this maelstrom of policy excitement, [study should de] devoted to exploring what empowerment means in the everyday lives of women in different situations and circumstances* (Cornwall; Edwards, 2010, p.1).

Saba Maamood (2006) retrata a hegemonia do feminismo ocidental, da submissão *versus* a subversão. Agência como resistência à opressão “agência das pessoas para realizar suas vontades individuais, em detrimento dos costumes” (p.127). Acrescenta que “só se desfaz fazendo” (p.135) reiterabilidade produtiva, subversão é igual a ressignificação. O autor apresenta concepções humanistas de agência e sujeito relevante que provocam tensões entre a consolidação e desestabilização das normas. Privilegia quando normas são postas em questão e ressignificadas. Butler (*apud* Maamood, 2006) fala da possibilidade de agência dentro das instâncias de poder, além da própria constituição do sujeito.

As normas não são só performadas ou subvertidas, mas há resistência na consolidação *versus* a ressignificação e no fazer *versus* o desfazer das mesmas. Na moralidade, encontramos a norma incorporada e vivida, e aparece nesse contexto, o valor da prática da modéstia, não como virtude natural (Maamood, 2006). Assim, estudando mulheres muçulmanas, o autor vê que é possível a agência dentro da estrutura, mover-se dento dela sem necessariamente transformá-la.

Veena Das (2015) vem trazer a questão do sofrimento social e trata da antropologia médica em relação ao gênero, às mulheres e às crianças, e em parte, essas diferenças estão todas em jogo na atuação de uma PLP. Elas elaboram sentido e encontram um lugar para si, para viver no cotidiano, resistindo (nem sempre de forma consciente) ou se submetendo à(s) violência(s). A autora coloca o senso de escândalo causado na ideia da ética comum e questiona como dar conforto à ansiedade criada pela noção de que devemos detectar a vida ética nos recessos (partes obscuras) da vida diária.

Nas trajetórias de vida das PLPs, podemos falar das memórias traumáticas, o que a autora em pauta chama de "conhecimento envenenado" (diria até "envenenante", ou simplesmente venenoso, da expressão *poisonous knowledge*, de Asha e Manjit). Há uma tensão entre o *embodied knowledge* (conhecimento incorporado) *versus* um retorno do reprimido. No dia a dia são mais perigos que segurança e conforto (Masco, 2014 *apud* Das, 2015). Veena Das (2015) comenta sobre pequenas disciplinas que pessoas ordinárias (comuns) performam em sua vida diária para manter a vida em comum como expressão "natural" da ética. A autora também fala do corpo e da estética e se preocupa com o papel da pesquisadora, como sendo essa, uma ativista. E aqui temos um dilema ético/moral para a autora que escreve este artigo, uma vez que sua atuação termina por se misturar e, por vezes, é difícil manter um certo distanciamento do outro para refletir melhor.

Estamos no campo da chamada ética ordinária, já que existe um antes e um depois (ordinário), e o *self* pode ser adjacente ou contíguo e é necessário trazer à cena à tona projetos morais, com *attentiveness*. No cotidiano de pesquisa é possível olhar práticas corporais. Um outro dilema que Veena Das (2015) levanta é a respeito de mostrar ou não a pergunta feita na entrevista. Particularmente, não creio que seja necessário, uma vez que os recursos do texto antropológico possibilitam contextualizar as falas, para as quais nem pergunta há às vezes. São por vezes falas livres, de "interlocutores" que se sentem à vontade na presença do "pesquisador". E aqui se dialoga com Roy Wagner (2014), quando ele diz que "o nativo também usa as categorias do antropólogo para responder". Nesse caso, quanto mais simples a pergunta, acredito que o resultado é de menor apropriação e maior criação do entrevistado. Precisamos lembrar das intenções políticas dos(as) entrevistados(as) e a possibilidade de "entrevistas episódicas", sem serem marcadas, ou registradas em diários de campo.

Robbins (2010), culturalizando o “bem”, se preocupa com construções culturais do bem, com cultura e alteridade, como construção cultural. As tendências são: valor, moralidade, bem-estar, empatia, cuidado, dom (relações sociais), tempo, mudança e esperança, tendo em vista que as pessoas constroem a realização do bem como possibilidade genuína, como fazem as mulheres aqui retratadas.

E, voltando a Veena Das (2015), esta nos fala da violência (étnica, sectária/segmentária, sexual, dentro de momentos existenciais). Para ela, existem “inimigos próximos”, que seriam conceitos, não pessoas, presentes na ética ordinária e na vida diária. Há uma tensão entre o hábito e o julgamento: a ideia do humano emerge em relação as diferenças culturais? E como vimos, nas PLPs, as diferenças culturais são variadas. E essas diferenças têm consequências em nosso entendimento da ética como ordinária e no projeto da etnografia em si.

Comparando W. Keane (2014) com Laidlaw (2016), temos no último a liberdade fundamental para definir ética em contraponto à ideia de agência. Já o primeiro fala da reflexividade na interação (audiência) e que os sistemas éticos e morais não são fixos, mas estão sempre em transformação. Laidlaw (2016) discute a questão da liberdade e o autoconhecimento e coloca que “*the pursuit of this Project of self-knowledge and self-renunciation may seem to be a very singular thing to do with one´s freedom”* (Laidlaw, 2016, p. 326)*.* O autoconhecimento obtido por uma PLP, e mais especificamente no relato citado anteriormente de auto-renúncia ao voltar para a casa dos pais, parece afetar bastante a liberdade da mulher, porém como ela passa a se conhecer melhor, pode interferir nessa realidade, obtendo uma liberdade que antes não tinha nessa mesma casa dos pais, uma vez ela que vem de fora e precisa se autoafirmar como mulher feita que é, e próxima a uma PLP.

Keane (2014), discutindo sobre Laidlaw, chega à conclusão de que se a ética não é baseada em Deus, na razão ou na biologia, ela tem uma história. E, para ele, “revelar a causalidade” está em contraponto a “emergência estatística”. O autor acrescenta que:

> O quão mais poderosas se tornam as ideias prevalentes sobre causas e efeitos, mais ampla se torna a rede de responsabilidade que pode ser observada. Ao passo que as pessoas se tornam conscientes das correntes de causalidade que as ligam a outros bem distantes, podem vir a sentir-se responsáveis por coisas que acontecem a uma distância [...] Uma vez que as pessoas possam discernir correntes causais entre seus votos ou escolhas como consumidores e males distantes (...) elas

> irão descobrir que são responsáveis por consequências distantes e não intencionais. Mas perceba que essa versão da ética termina descobrindo-se uma pessoa com um mundo de causalidade que é, pelo menos em algum senso de importância, determinista, mesmo se não sou 'eu' quem está determinado (Keane, 2014, p 454).[29]

Assim, vemos que reflexões sobre ética respondem aos problemas que temos encontrado no mundo. E no(s) mundo(s) das PLPs, examinar a trajetória de vida e a atuação das mesmas com uma base de antropologia das moralidades torna bem mais rica a "colheita" no trabalho etnográfico, bem como a posterior escrita, pois o nível de observação das questões com que lidam aumenta em perspectivas e análises de maior profundidade.

Cassanti e Hickman (2014) falam sobre liberdade e agência, colocando o ator social como livre para escolher conscientemente uma instância moral (LAIDLAW, 2012), e ressaltam que, se uma pessoa atua de uma maneira que se mostra moralmente aprovada (ou desaprovada), levando em conta as práticas em uma comunidade particular sem um pensamento livre e consciente, então essa pessoa não está necessariamente entrando em ação moral. Há uma estrita separação entre liberdade e reprodução. A agência da reprodução social não irá necessariamente variar social e culturalmente, mas é necessário perceber que há alguma liberdade na reprodução, pois nela há a possibilidade de os atores sociais estarem engajados em uma reprodução moral *agentive*. E, portanto,lançamos luz à importância de perceber os dilemas éticos e morais na trajetória de agência e empoderamento de uma Promotora Legal Popular.

5.4 A ÉTICA DO CUIDAR

Ao se tornar uma PLP, o olhar para si mesma e para com a próxima a leva a uma posição de cuidadora. O processo do cuidar, segundo Bellacasa (2017 *apud* Maizza e Cabral, 2022, no prelo) abrange três dimensões, sendo elas trabalho/mão de obra, afetos e afeições e um campo ético/político. Tais dimensões puderam ser observadas nos relatos das mulheres presentes no capítulo 4, uma vez que ser PLP incumbe uma nova tarefa, ou seja praticamente um trabalho para o qual dedicam

[29] Assim ocorre quando uma PLP "mete a colher" numa situação que ela está supostamente "distante". Ela se torna "semi-responsável" pelo desenrolar da história, da prisão ou não do agressor, aplicação ou não da Lei Maria da Penha como, por exemplo, a imposição de distância mínima entre agressor e MVV.

tempo e sua mão de obra. Como elas ajudam outras mulheres, não escapam de criar afetos e afeições para com as amparadas. Além disso, estão atuando em um campo ético e político, quando elucidam outras mulheres sobre seus posicionamentos e interagem com instituições.

Nesse processo relacional, nota-se que “aquele que é cuidado transforma o cuidador” (Bellacasa 2017, p.219 *apud* Maizza e Cabral, 2022, no prelo, p.14), então na atuação como PLPs, estas se enriquecem com as histórias de vida das mulheres com que se relacionam para acionar serviços e como via de mão-dupla, se nutrem e se renovam na sua formação ao passo que aumentam sua atuação, num eterno criar relação (idem, p. 189, p.14) em que a interdependência é uma pré-condição (idem, p. 198-199, p.14). São fazeres práticos e políticos que se empenham diante “dos problemas inescapáveis de existências interdependentes” (idem p.199, p.17). Tal nuance pôde ser observada no relato de Marineide, quando ela conta que foi intimidada pelo companheiro agressor da vítima a qual estava amparando.

“As relações inevitavelmente transformam os seres emaranhados: viver com é para Haraway (2003) um tornar-se com” (Maizza e Cabral, 2022, no prelo, p.17), o que de certa forma nos remete ao poder com, de que falamos no primeiro capítulo. Acontece uma “mudança transformativa” que é ‘”também um projeto político” (idem, p.17).

Há aqui uma “reconceitualização do cuidar, levando em conta seu aspecto político (ou cosmopolítico), e não como algo dado/natural” (Maizza e Cabral, 2022, no prelo, p.21). Não necessariamente anteriormente à formação como PLP era atenta às necessidades de outra mulher ou aos direitos renegados. Seu olhar foi treinado, seu conhecimento adquirido e ativado, e possivelmente anteriormente ela não se via como cuidadora da outra.

> Cuidar implica assumir responsabilidades éticas, capacidade de responder (Haraway 2011) e de se transformar perante o outro (Bellacasa 2017), ficar com o problema (Haraway 2016) mesmo que ele gere enfrentamentos, implique morte ou qualquer aspereza inerente à vida (Maizza e Cabral, 2022, no prelo, p.23).

Assim, as PLPs se tornam especializadas em práticas do cuidar, com um olhar aguçado para as necessidades da outra, se transformam com esta outra, num processo relacional, e assumem responsabilidades éticas permeadas por asperezas inerentes à vida em sua atuação.

E a fala de Marize em entrevista reforça esta prática, quando ela diz que interagia “com todas né. Com Edilene, com Malu. Conversamos uma com a outra, há este diálogo, tomamos conta uma da outra, ficamos sabendo que uma está doente outra não está, por que elas não vieram” (Marize. Entrevista realizada em ago. 2018).

Já no relato de Alice, preocupada sobre as ações para o dia 8 de Março, ela pincela como através de brincadeiras estimular o autocuidado e autoestima pode levar a uma profícua discussão sobre violência contra a mulher:

> Foi aí que a gente pincelou, e gente percebeu que as mulheres não sabiam, aí a gente também para mandar palestra, a gente tinha feito mais um resgate, um dia de proporcionar, era promoção de saúde. Então ia ter resgate das brincadeiras, com dinâmicas que traziam a questão da autoestima, sempre essa coisa do autocuidado de forma mais lúdica, e inicialmente a gente focou mais no significado do 8 de março, a história, e quando elas foram trazendo aos pouquinhos, porque às vezes passa na televisão a história da fábrica, então foi pincelado isso e depois foi uma manhã bem lúdica, promovendo saúde, não falar de doença, a gente promoveu saúde, a gente falou dos tipos de violência (Alice. Entrevista realizada em ago. 2019).

Outro exemplo de promoção de saúde tanto no GMM quanto entre as próprias PLPs é quando o grupo se encontra diante do adoecimento de uma das integrantes, nada menos que a coordenadora do curso de PLPs de 2021, Marineide, a qual foi acometida por um câncer e precisou de tratamento e cuidados enquanto não parava de atuar. Para dar-lhe um reforço, e reafirmar sua importância, foi criada uma co-coordenação, com a entrada da advogada popular Layse para compor a facilitação e parte burocrática do curso, como ela bem revelou em depoimentos já expostos ao longo da presente tese.

Sendo assim, a expressão “ninguém solta a mão de ninguém”, muito utilizada no contexto de golpe e pandemia, revela que há por trás uma ética do cuidar do outro, exemplificada não só em atitudes como essa, mas na troca de mensagens constantes nos grupos, em que é possível manter um contato estreito e ficar sabendo das dificuldades enfrentadas por todas e cada uma, e em que há demonstrações de solidariedade para com a outra, numa atitude de cuidado mútuo.

No presente capítulo, vimos como, em suas trajetórias de vida, as PLPs passam por dilemas morais e éticos no seu processo de protagonismo, vimos, também, como elas lançam mão de estratégias para “meter a colher”, denunciando, porém, mantendo o anonimato, numa atitude de autoproteção. Passamos então a uma discussão mais profunda com autores sobre moral e ética, situando enquanto a

primeira diz respeito a um sistema de regras ou normas obrigatórias ou desejadas, a segunda traz uma discussão que envolve a reflexividade e a formação do sujeito ético em relação ao outro, numa interação, levando em conta a alteridade. Por fim, identificamos nas PLPs uma ética do cuidar, revelada fortemente por elas em alguns relatos e em nossa observação participante, o que marca de forma significativa a atuação como PLP, e irá fazer parte de suas trajetórias de vida e de sua consciência enquanto mulheres “difíceis de domar”.

6 CONSIDERAÇÕES

O presente trabalho deu voz a mulheres difíceis de domar, uma vez tendo passado pela experiência do curso (e atuação posterior) de Promotoras Legais Populares oferecido pelo Grupo Mulher Maravilha. Pode-se dizer, portanto, que gozaram de um processo de empoderamento. Por este motivo, o arcabouço teórico se inicia sobre diferentes acepções acerca do termo, e de como ele é um processo e não um simples resultado, bem como ele pode ser melhor medido quando contempladas as falas dos agentes que se consideram empoderados.

A primeira vez que se ouviu falar no termo foi nos Estados Unidos da América, se referindo às lutas raciais de negros. Pouco após, foi muito mencionado no processo de democratização da América Latina. Ele é visto como multifacetado e, também, subjetivo, despertando um poder interior, na descoberta de autoestima e maior posicionamento e tomada de decisões, para evoluir para o poder com, resultado de articulações com iguais e com instituições para provocar mudanças.

Sobretudo, é importante o significado de empoderamento no cotidiano das mulheres em diferentes situações e circunstâncias. Quando o empoderamento é político, aumenta-se a voz dos menos vocais para a tomada de decisões e a relação com o poder institucionalizado. No caminho para a autonomia e o empoderamento, desenvolvem-se competências individuais e há um desenvolvimento organizacional, para assim haver desenvolvimento de redes e do sistema. As PLPs formadas relatam, em diferentes falas, como aumentar seu poder de articulação e de fala pública, de posicionamento, e como são agora mais capazes de se articular para provocar mudanças e reivindicar direitos.

Discutimos como o empoderamento pode ser liberal ou libertador. No primeiro, o empoderamento econômico e os resultados são mais observados, tal como visão privilegiada de agências de desenvolvimento. No último, ele é visto como processo. É um caminho desde a agência individual à ação coletiva, para a transformação da estrutura. No espaço público há uma solidariedade coletiva, enquanto que no privado existe uma assertividade individual.

As PLPs são empoderadas ao redor do mundo, atuando em diversos países com causas que apresentam continuidades (como o combate à violência contra a mulher), bem como nuances locais e nacionais, atuando no acesso à terra, aos direitos

humanos, combate ao racismo, apresentando diferentes estratégias de atuação e divulgação de seus trabalhos. É o poder nas mãos de pessoas comuns. Primeiramente chamadas de paralegais, atuaram contra o *aparheid* na África do Sul nos anos 1950.

Até os anos 2000, já haviam sido reconhecidas pela legislação em países como Quênia, Tanzânia, Malauí, Moldávia, Mongólia, Nova Zelândia, Nigéria, Serra Leoa, Uganda, Inglaterra e País de Gales e Ontário e Columbia Britânica, no Canadá. Elas apresentam continuidades em diferentes contextos. Cabe atentar para o debate acerca desse reconhecimento na legislação e, ao mesmo tempo, a manutenção de sua independência de atuação.

O Grupo Mulher Maravilha, tendo como missão a promoção de direitos humanos transversados por gênero, raça e etnia, para promover o acesso à cidadania da população vítima de exclusão social e pelo empoderamento das mulheres para construção de uma nova sociedade, promoveu quatro cursos de formação de PLPs, permitindo *legal literacy* a mulheres advindas de comunidades, com diferentes níveis de escolaridade, porém atuantes em seus bairros já anteriormente ao curso.

Tais formações foram permeadas por uma pedagogia Libertadora e Dialógica, tal como preconizado por Paulo Freire, e perpassaram temas como direitos fundamentais das mulheres nas relações familiares, garantia dos direitos das mulheres em situação de violência, proteção e garantia dos direitos reprodutivos, garantia dos direitos das mulheres no trabalho e discriminação étnica, levando em conta as experiências e contextos das próprias cursandas no caminho à construção de conhecimento.

Essas PLPs formadas se inserem como movimento social no combate à violência contra a mulher, atuam na revisão jurídica e na busca por reparações e justiça, fazendo uma pressão social na memória da sociedade e do Estado. Fazem parte de um movimento social de feministas questionando poder e cultura machista, reivindicando o direito de viver, trabalhar e circular socialmente. Os casos jurídicos foram vistos como fábulas, e os grupos sociais se formaram em torno da implementação da Lei Maria da Penha, enquanto perseguem um “patriarca atacável”. Atuam no controle social sobre as redes de assistência às vítimas.

Elas estão imbuídas por um olhar feminista em que prevalece a questão da desigualdade de gênero com um olhar transversal à diversidade cultural, mas com a perseguição da defesa dos direitos.

O GMM atuou historicamente em diferentes causas na busca por direitos humanos e na formação de agentes multiplicadores, sendo fortemente influenciado pela identidade de sua cofundadora, Lourdes Luna, ex-freira, tendo passado por exílio como assistente social em Afogados da Ingazeira, quando ajudou a fundar o Grupo Benvirá. Envolveu-se na história da fundação do Partido dos Trabalhadores, é muito crítica ao governo e luta em prol do SUS e outros programas governamentais que oferecem assistência social. Portanto, a militância sempre esteve presente em sua vida e ela é abertamente admiradora de Paulo freire, Lula e Dilma Rousseff.

Nesse contexto, as PLPs, amparadas por esta liderança, se revelam enquanto “sujeito posicionado” e são dotadas de uma boa “reputação”, resultado de um processo de autoconhecimento e conhecimento dos direitos oferecido pelo curso, e assim fazem parte de uma rede de relações sociais no interior de movimentos sociais, numa práxis em que atuam na sociedade para a destituição das opressões a que as mulheres estão submetidas. Juntas, elas são sujeitos coletivos de Direitos.

Em sua atuação, elas provocam um colapso da neutralidade institucional através de um engajamento com as vítimas, num contexto de “camaradagem”. Num processo de autoconhecimento, durante e após a realização do curso, é possível acessar sua “experiência total de vida”, amparadas por uma “notoriedade”, “popularidade”, e “boa reputação”. O “legal popular” que elas carregam no título que lhes foi outorgado está intrinsecamente ligado tanto ao conhecimento dos direitos quanto ao combate à situação de pobreza, tal como acontece com mulheres trabalhadoras familiares sem remuneração.

Refletindo sobre si próprias e sua atuação em momentos de entrevistas com a pesquisadora, chegamos ao termo “difíceis de domar”, e ao analisar suas falas percebemos uma subdivisão em quatro eixos para justificar ou amparar tal fato de serem mais assertivas e resistentes. Consideramos que elas “não são uma presa fácil” pelo amparo de uma rede, tanto da ONG que as formou quanto da Lei quanto dos serviços de assistência as mulheres vítimas de violência; por saberem como construir sua vida particular, seja pela realização de cursos e aprimoramentos profissionais, seja pela sua imposição nas relações domésticas com o companheiro, seja na busca por saídas à situação de pobreza; por terem uma clareza na política, participando de campanhas como “Meu voto será feminista”, no apoio a políticos específicos, privilegiando a atuação da mulher nos espaços de poder, transversalizando com outras causas; e, por fim, por atuarem como multiplicadoras, tornando outras mulheres

também “difíceis de domar”, quando orientam mulheres, escutam, acompanham a mulher em denúncias e visitas a serviços.

Mas todo esse fazer das PLPs está permeado por dilemas éticos e morais, o que nos leva a uma digressão sobre antropologia das moralidades, e nos influenciou a fazer narrativas de primeira pessoa. Percebemos esses dilemas em suas falas quando afirmam ter lidado com a violência de perto, ter de lidar com a violência alheia, “meter a colher”, manter o anonimato para se proteger, lidar com a frustração de não conseguir salvar a outra, além de nem sempre conseguir encontrar espaço e ouvidos em todo lugar, tendo em vista que ainda há um longo caminho a se percorrer no combate ao machismo e às hierarquias de gênero.

Outro dilema é também o direito de ir e vir ser muitas vezes impedido por condição de pobreza, relação conjugal ou papel doméstico central em problemas familiares tais como doenças, por exemplo. A ética é vista como virtude humanística de primeira pessoa, enquanto a moral tem sido vista como sujeitos com práticas de saber constituídas (cuidados de si). Seria o cultivo de virtudes e seu desenvolvimento, tal como ocorre na transformação permitida pela formação e nos posteriores encontros e articulação, mesmo quando apenas no meio virtual, mas que as mantém em contínuo diálogo e divulgação de causas e eventos. É, assim, um empreendimento comunitário, em que a submissão dá lugar à subversão.

***

Cabe, aqui, mencionar alguns limites da metodologia empregada, bem como dificuldades encontradas na pesquisa. Como uma pesquisa engajada feminista e antropológica, em que a participação observante se confunde com a observação participante, estávamos em alguns momentos tão inseridas nas atividades que isso impossibilitava o registro. Além disso, como as reuniões e encontros eram em tempos espaçados (com a adição de uma lacuna pela pandemia de Covid-19), com frequência de mulheres variável a cada ocasião, foi desafiador identificar as nossas entrevistadas e conseguir oportunidades para a conversa. Isso produziu algo entre um estudo de caso e uma etnografia propriamente dita, nos moldes antropológicos clássicos.

Passamos por temas como empoderamento, agência e protagonismo em trajetórias de vida, superação de desigualdades, mobilizações no combate à violência contra a mulher, sendo o presente estudo uma contribuição em meio a outros que

abordam as PLPs, referidos no presente texto ou fora dele. Como possibilidades para pesquisas futuras: imagina-se valiosa a inserção no cotidiano dessas mulheres em sua atuação nos bairros e onde são convidadas a participar, de maneira a perceber os meandros do dia-a-dia de uma PLP; um aprofundamento sobre a noção de popular e pobreza como parte da vida das mulheres; maiores estudos sobre a formação de redes, articulações e formas/canais de atendimento, dentre outros *insights* estimulados em todo o período de estudo e investigação realizados para esta tese.

REFERÊNCIAS

ALVES, T.D. R. Promotoras Legais Populares: uma análise sobre ação coletiva. **Diálogo,** Canoas, n. 37, p. 21-28, abr. 2018.Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/3786-14428-3-PB.pdf Acesso em: 20 out. 2018.

BATLIWALA, S. *Taking the power out of empowerment – an experiential account*.*In:* CORNWALL, A;EADE, D. (org). ***Desconstructing development discourse****: buzzwords and fuzzwords*. Warwickshire: PracticalAction Publishing Ltd, 2010.

BAUER, Mantin W; GASKELL, George (Ed.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BONETTI, Alinne de Lima. Antropologia feminista no Brasil? Reflexões e desafios de um campo ainda em construção. **Cuadernos de Antropologia** Social, num 36, deciembre 2012, pp 51-67. Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina.

BONETTI, A. L. **Entre feministas e mulheristas**: uma etnografia sobre Promotoras Legais Populares e novas configurações da participação política feminina popular em Porto Alegre. 2000. 195 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/79146/174287.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 abr. 2017.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1989.

BOURDIEU, P; PASSERON, J.-C*.* ***Reproduction in education, society and culture****.* Londres: Sage. La distinction: critique sócial e du jugement. Paris: Minuit, 1979.

CASSANTI, J; HICKMAN, J. New Directions in the Anthropology of Morality. ***Anthropological Theory***, v. 14, n. 251, p. 251-262, ago. 2014. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1463499614534371>. Acesso em: 20 abr. 2018.

CEPAL. Comissão Econômica para América Latina e Caribe. **Documento.** ISBN**:** 978921221105360 p.60 Editorial: CEPAL, Janeiro 2012

CORNWALL, A.; EDWARDS, J. *Introduction: Negotiating empowerment.* ***IDS Bulletin****,* USA, v. 41, n. 2, p. 1-9, mar. 2010. Disponível em: <https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/20.500.12413/7816/IDSB_41_2_10.1111-j.1759-5436.2010.00117.x.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 fev. 2019.

CORREA, M. **Morte em Família:** representações jurídicas e papéis sexuais. Rio de Janeiro: edições Graal, 1983.

DANCER, H. Power and rights in the community: paralegals as leaders in women's legal empowerment in Tanzania. **Springer**, Brighton, UK, v. 26, p. 47-64, mar. 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s10691-018-9371-6.pdf>Acessoem: 10 out. 2019.

DAS, V. **Engaging the life of the other: love and everyday life**. In LAMBEK, Michael (ed.) Ordinary ethics**.** Anthropology, language and action. New York: Fordham University Press, 2010.

DAS, Veena. **What does ordinary ethics look like?**. In: LAMBEK, Michael, Veena Das, Didier Fassin and Webb Keane. Four Lectures on ethics. Anthropological Perspectives HAU Books University of Chicago Press, 2015.

DEBERT G., G.; GREGORI, M. F. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.23, n.66, p.165-185,fev. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/HpSYn9QgsGqLZYZHVyjTgRh/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 fev. 2019.

DEKKER, M. **Promoting Gender Equality and Female Empowerment**: a systematic review of the evidence on property rights, labour markets, political participation and violence against women. Africa Studiecentrum, 2013.

DEREYMAEKER, G. **Formalising the role of paralegals in Africa:** A review of legislative and policy developments. Cape Town: Dullah Omar Institute (CSPRI), Open Society Justice Initiative and Paralegal Advisory Service Institute, 2016.

DIEHL, E. *Can paralegals enhance access to justice? The example of Morogoro Paralegal Centre in Tanzania*. **Verfassung und Recht in Übersee**, v. 42,n. 2, p. 187–211, 2009.Disponível em:<https://www.jstor.org/stable/43239910>. Acesso em: 02 set. 2019.

DUFLO, E. ***Women's Empowerment and Economic Development***. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2011.

EYBEN, R. *et al*.***Conceptualising empowerment and the implications for pro poor growth****: a paper for the DAC Poverty Network. Institute of Development Studies*. p. 37, 2018. Disponível em: <http://www.gsdrc.org/docs/open/se8.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

EYBEN, R; MOORE, R. N. *Choosing words with care: Shifting meanings of women's empowerment in international development.* ***Third World Quarterly,*** v. 30, n. 2,p. 285-300, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01436590802681066>. Acesso em: 20 set. 2018.

EYBEN, R.; KABEER, N. CORNWALL, A. **Conceptualising empowerment and the implications for pro poor growth** A paper for the DAC Poverty Network. 2008 Disponível em: https://www.ids.ac.uk/download.php?file=files/dmfile/conceptualisingempowermentpaperforPOVNET.pdf. Acesso em: 12 dez 2018.

EYBEN, R; HARRIS, C; PETTIT, J. *Introduction: Exploring Power for a Change.* ***IDS Bulletin,*** v. 37, n. 6, p.1-10, nov. 2006. Disponível em: https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/20.500.12413/8356/IDSB_37_6_10.1111-j.1759-5436.2006.tb00318.x.pdf?sequence=1. Acesso em: 15 fev. 2019.

FASSIN, D.; STOCZKOWSKI, W. *Should anthropology be moral? A debate.* ***Anthropological Theory****,* v. 8, n. 4, p. 331–332, dez. 2008.Disponívelem: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1463499608096641>. Acesso em: 10 out. 2019.

FAUBION, J. *Toward an Anthropology of Ethics: Foucault and the pedagogies of autopoiesis.* ***Representations***, v. 74, n. 01, p. 83-104, 2001. Disponível em: <https://online.ucpress.edu/representations/article-abstract/74/1/83/94942/Toward-an-Anthropology-of-Ethics-Foucault-and-the?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 19 fev. 2019.

FERNANDES, F. C.; SCHILLING, F. *Democratization of Law****: A Look at the Popular Legal Promoters Program.*** ***Ridijed****,* v. 2, n. 1, p. 78-100, jun. 2009. Disponível em: <www.ried-ijed.org/ ISSN: 1941-1799>. Acesso em: 10 out. 2019.

FERNANDES, F. C. **Quando o direito encontra a rua**: o curso de formação de Promotoras Legais Populares. Rio de Janeiro: Luminária Academia, 2009.

FERREIRA, V; ÁVILA, B; VIEIRA, C. As políticas de enfrentamento à pobreza no Brasil: uma análise feminista. In: Uma análise feminista sobre políticas de combate à pobreza no Brasil, Paraguai e Uruguai, **CFEMEA**, Brasília, 2014, p. 17-68.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Tradução de Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013. 256p.

FONSECA, L. G. D.D. **A luta pela liberdade em casa e na rua:** a construção do Direito das mulheres a partir do projeto Promotoras Legais Populares do Distrito Federal. 2012. 171f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito – UNB. Brasília, 2012.

FORD FOUNDATION*.* ***Law:*** *Ford Foundation grantees and the pursuit of justice,*2000. Disponível em: <https://www.fordfound.org/media/1707/2000-ford-foundation-grantees-and-the-pursuit-of-justice.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAURI, V; VIVEK, M. ***Bringing law to life:*** *community paralegals and the pursuit of justice*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

GMM. GRUPO MULHER MARAVILHA. **Relatório dos Cursos de Promotoras Legais Populares.** Recife: GMM, 2006.

GOLLA, A. *et al*. **Understanding and Measuring Women's Economic Empowerment**: Definition, Framework and Indicators*.* Washington, D.C: ICRW,

2011. Disponível em: <http://www.icrw.org/files/publications/Understanding-measuring-womens-economic-empowerment.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2019.

GROSSI, M. ***Discours sur les femmes battues****: représentations de la violence sur lês femmes au Rio Grande do Sul.* Tese de Doutorado. Universidade de Paris V. Paris, 1988.

INGOLD, Tim. *That´s enough about ethnography!* ***HAU Journal of Ethnographic Theory***, 4(1) 383-395, 2014.

INGOLD, Tim. Antropologia não é etnografia. Tradução de Caio Fernando Flores Coelho e Rodrigo Ciconet Dornelles*. In:* _____. ***Being Alive.*** Routledge: London and New York, 2011, pp 229-243.

KABEER, N. *Women's economic empowerment and inclusive growth**:** labour markets and enterprise development.* ***International Development Research Centre****,* v. 44, n. 10, p. 1-70, 2012. Disponível em: <http://www.idrc.ca/EN/Documents/NK-WEE-Concept-Paper.pdf>.Acessoem:15 dez. 2018.

KABEER, N. *Women's economic empowerment offers a win-win scenario.* ***The Guardian****,* 06 nov.2012. Disponível em: <http://www.theguardian.com/global-development/poverty-matters/2012/nov/06/women-economic-empowerment-win-scenario>. Acessoem:15 dez. 2018.

KABEER, N. *Resources, Agency, Achievements: Reflections on the Measurement of Women's Empowerment,* ***Development and Change***, v. 30 n. 3,p. 435-464,dez. 1999.Disponívelem: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1467-7660.00125>. Acesso em: 02 set. 2019.

KEANE, W. *Freedom, reflexivity, and the sheer everydayness of ethics.* ***HAU: Journal of Ethnographic Theory,*** v. 4, n.1,p.443, 2014. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdfplus/10.14318/hau4.1.027>. Acesso em: 02 set. 2019.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos** CEBRAP, n. 86, p. 93-103, mar. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/a/hVNnxSrszcVLQGfHFsF85kk/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 19 mar. 2019.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In:* EMILIO, M; TEIXEIRA, M; GODINHO; NOBRE, M. (orgs.) **Trabalho e cidadania para as mulheres:** desafios para as políticas públicas. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo – Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 55-63.

LAIDLAW, J. *For an anthropology of ethics and freedom.****The Journal of the Royal Anthropological Institute*****,** v. 8, n. 2,p. 311-332, jun. 2002.Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3134477>. Acesso em: 20 abr. 2018.

LAMBEK, M*. Toward an ethics of the act. In:_____.* ***Ordinary Ethics****: anthropology, language, and action.* New York: Fordham University Press, 2010. p. 39-63.

LUTRELL, C. *et al*. ***Understanding and operationalising empowerment.*** *London: Overseas Development Institute,* 2010.

MAAMOOD, S. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egipto. **Etnográfica**, Lisboa, Portugal, v. 10, n. 1, p. 121-158, maio 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3723/372339147007.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo em movimento. São Paulo: Francis, 2010.

MAIZZA, F.; CABRAL, J. Narrativas do cuidar:mulheres indígenas e a política feminista do compor com plantas. 2022, no prelo

MANU, V; GAURI, V. *Paralegals in Comparative Perspective. In:* Manu, V.; Gauri, V. (Eds). ***Community Paralegals and the Pursuit of Justice.*** Cambridge University Press, 2018.

MATTINGLY, C*. Two virtue ethics and the anthropology of morality.* ***Anthropological Theory***, University of South California, USA, Sage, v. 12, n. 2, p. 161-184, set. 2012.Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1463499612455284>. Acesso em: 20 abr. 2018.

MCCLYMONT, M; GOLUB, S*.* ***Many roads to justice:*** *the law-related work of Ford Foundation grantees around the world.* New York: Ford Foundation, 2010.

NAMATI. *Innovation in Legal Empowerment.* ***Legal Empowerment Experiences from Latin America*****.** Namati, January 2018. Disponível em: https://namati.org/resources/legal-empowerment-experiences-latin-america/>. Acesso em: 19 jan. 2019.

NANES, G; QUADROS, M; ZARIAS, A. WID, WAD e GAD: Uma introdução ao debate sobre mulheres, gênero e desenvolvimento. In: SANTOS, Dayse A.; CARDOSO, Maria G. C., SCOTT, Parry. (Eds) **Feminismo, diferenças e desigualdades nas políticas públicas e desenvolvimento:** algumas leituras fundamentais. Recife: Editora UFPE, 2017.

OLIVEIRA, J. G.D. S. **Feminismo, direitos e subjetividades:** a União de Mulheres de São Paulo. *In:* ANAIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, São Paulo, jul. 2001.

OSTERMANN, A. C; COSTA, C. C D. *Gender and professional identity in three institutional settings in Brazil.* ***Pragmatics***, v. 22,n. 2, p. 203-230, 2012. Disponível em: https://benjamins.com/catalog/prag.22.2.02ost. Acesso em: 20 abr. 2018.

PEREZNIETO, P; TAYLOR, G. *A review of approaches and methods to measure economic empowerment of women and girls,* ***Gender and Development***, v. 22, n. 2, p. 233-251, 2014.Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13552074.2014.920976? journalCode=cgde20. Acesso em: 15 dez. 2018.

PERNAMBUCO. **Entidade forma promotoras legais de Justiça.** set.2007. Disponível em: http://www.old.pernambuco.com/ultimas/noticia.asp?Materia=2007919142834>. Acesso em: 30 ago. 2015.

PITKIN, H. *Justice: On Relating Public and Private.* ***Political Theory*****,** v. 9, n. 3,p. 347-352, ago. 1981. Disponível em: www.jstor.org/stable/191093.Acesso em: 19 dez 2018.

PROJETO Mulheres da Paz forma agentes sociais. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/projeto-mulheres-da-paz-forma-agentes-sociais. Acesso em: 16 abr. 2018.

QUADROS, Marion Teodósio de; ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira (orgs.) **Novos grupos, antigas questões? Gênero, violência contra a mulher e homofobia em contextos rurais e urbanos.** Recife: ed UFPE, 2016

RICOLDI, A. M. **Paraíba Mulher Macho**: Gênero, Cultura e Política na Educação Jurídica Popular em João Pessoa – PB. 2011. 232f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

RICOLDI, A. M. **Gênero e cidadania**: a experiência das promotoras legais populares em São Paulo. 2006.161f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. 2006. São Paulo. Orientador(a): Eva Alterman Blay.

ROBBINS, J. *On the Pleasures and Dangers of Culpability.* ***Critique of Anthropology****,* v. 30, n. 1, p. 122-128, 2010. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.1076.8316&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 02 set. 2020.

RODRIGUES, A. Lugar de mulher é na política: um desafio para o século XIX. In: SWAIN, Tania Navarro e MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. (Org.). **Mulheres em ação:** práticas discursivas, práticas políticas. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

ROTONDANO, R. O. Promotoras legais populares: uma proposta de emancipação das mulheres. *In:* I CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL**:** desafios contemporâneos Londrina PR. 2015. Disponível em: https://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/. Acesso em: 20 set, 2020.

ROWLANDS, J. ***Questioning Empowerment.*** Oxford: Oxfam, 1997.

SANTOS, R. A.D. **Promotoras Legais Populares**: avançando na luta por igualdade de gênero e na compreensão da Educação de Jovens e Adultos. 2014. 150f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, 2014.

SARDENBERG, C. *Liberal versus liberating empowerment: conceptualising empowerment from a Latin American feminist perspective.* ***IDS Bulletin***, Brighton, v. 39, n. 6, p. 18-27, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6710/1/Bull39.6_Cecilia.pdf>. Acesso em: 02 set. 2020.

SCHERER-WARREN, I. **A política dos movimentos sociais para o mundo rural**. In: **Revista Estudos**: sociedade e cultura, v. 15, n., abr. 2007. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/280>. Acesso em: 10 out. 2019.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n 2, p. 71-99, jul. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 15 fev. 2019.

SCOTT, P.. **O patriarca atacável:** simbologia, poder e movimentos no combate à violência contra mulheres. In: Marion Teodósio de Quadros Lady Selma Ferreira Albernaz (orgs.) Novos grupos, antigas questões? Gênero, violência contra a mulher e homofobia em contextos rurais e urbanos. Recife: ed UFPE, 2016 p. 19-54

SCOTT, P; NASCIMENTO, F. S; CORDEIRO,R; NANES, G. Redes de Enfrentamento da Violência contra Mulheres no Sertão de Pernambuco. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 851-879, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/VLsTmDCLGtfcJg4kvPfpGML/?lang=pt>. Acesso em: 02 set. 2020.

SECRETARIA DA MULHER DE PERNAMBUCO. **Promotoras Legais Populares de Recife recebem certificados de conclusão de curso.** 2009. Disponível em: http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/ web/secretaria-da-mulher/exibir_noticia?groupId=30863&articleId=137544&templateId=31823. Acesso em: 15 set. 2015.

SILVA, U. M. Q. **"Mulher também é gente":** o Benvirá e a emergência de novos sujeitos políticos em Afogados da Ingazeira, sertão do Pajeú-PE, entre 1983-1987. Dissertação (Mestrado em História) Afogados da Ingazeira, Recife, PE, 2020.

SPIVAK, G. *'Can the subaltern speak?'*, *In*: NELSON, C; GROSSBERG, L. (eds.) ***Marxism and the interpretation of culture.*** Champaign, IL: University of Illinois Press, 1988. p. 271-313.

SPIVAK, G. ***In other words.*** *Essay in Cultural Politics*. Nueva York: Methuen, 1986.

STRATHERN, Marilyn. Uma relação incômoda: o caso do feminismo e da antropologia. Dossiê: contribuições do pensamento feminista para as ciências sociais. **Mediações,** Londrina, v 14, n 2 p. 83-104, jul/dez 2009.

VIGANO, S. D. M. M; LAFFIN, M. H. L. F. Mulheres, Políticas Públicas e Combate à Violência de gênero. In: BRETAS, M.; VENDRAME, M. I. (Orgs.) Dossiê Relações entre Crime e Gênero: um balanço **História**, São Paulo, v.38, p. 1-18, 2019. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1980-4369e2019054>. Acesso em: 18 abr. 2021.

WAGNER, R. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

WLAC. ***WLAC annual report for 2007****: access to justice through paralegal work*. Dar es Salaam: Women's Legal Aid Centre, 2007.

ZARZAR, A. L. B. **Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil:** a construção do sujeito feminista. Tese (Doutorado em Sociologia). 2017, 290f, Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

APÊNDICE A– ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Roteiro de entrevistas

Entrevistada

_____

Data:

Idade:

Estado Civil:

Filhos:

Profissão:

Escolaridade:

Bairro:

Curso:

- Como era sua vida antes do curso Promotora Legal Popular?
- Como ficou sabendo do curso PLP?
- Quando fez o curso PLP?
- O que mudou na sua vida após o curso?
- Com quem você interagia no curso?
- Você se sente mais empoderada após o curso?
- O que é ser uma PLP?
- Como você atua?
- Qual a diferença entre empoderamento e agência?
- Você já sofreu Violência?

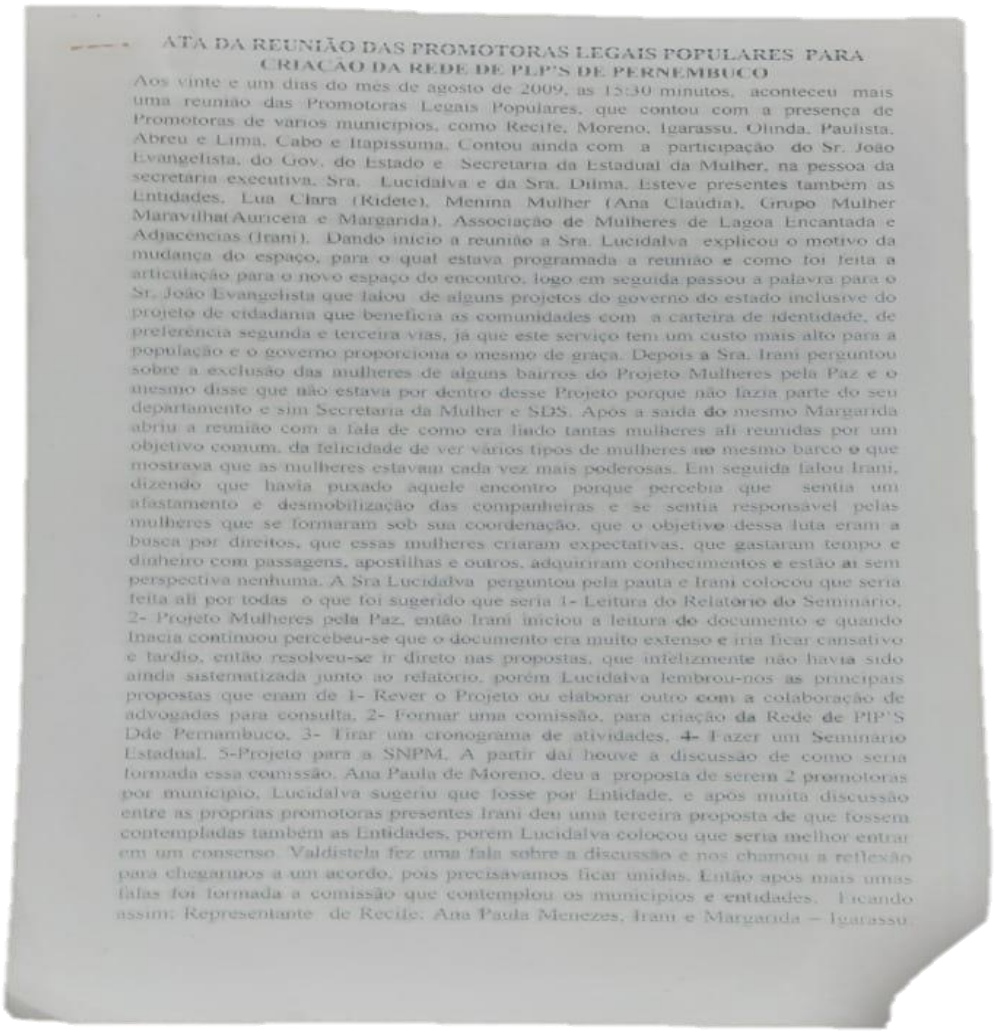
ANEXO A - ATA DE CONSTITUIÇÃO DA ARTICULAÇÃO DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES-PLPs – PE

Aos dois (02) dias do mês de setembro do ano dois mil e dezessete (2017), com inicio às nove horas e trinta minutos (9h30), na sede do Grupo Mulher Maravilha, situada à Rua Nova Descoberta, 849 – Nova Descoberta-Recife-PE. Lourdes Luna, GMM, foi realizado o 1º Encontro da Articulação das PLPs de Pernambuco, criado dia 29 de julho por ocasião do Seminário de Encerramento do Curso de Formação, executado pelo Grupo Mulher Maravilha, no primeiro semestre de 2017, realizado na sede do Movimento dos Trabalhadores Cristãos – MTC, na Boa Vista. Lourdes Luna – GMM, com apoio e Carolina, advogada do GMM, convidou a PLP Marineide Mota para assumir o secretariado dos trabalhos do dia. Iniciou com uma mística, convidando às companheiras a seguir a canção da Mulher Latino Americana, caminhando pelo salão e observando os materiais expostos no chão, (livros, faixas, cartazes) com várias mensagens. Prosseguindo foram convidadas a ler um texto preparado por Lourdes como um chamado para relembrar o que se construiu ao longo da formação, à reflexão sobre o cenário político, à participação do Grito na rua dia 07 de setembro, contra o machismo, o feminicidio, a perda das nossas conquistas e os golpes; convidou à motivação e ao entusiasmo pelo engajamento de todas nas lutas sociais por uma sociedade mais justa, mais fraterna; e à compreensão de que somos bem aventuradas e que poderemos receber os parabéns por agora sermos promotoras legais populares. Em circulo, cada uma das mulheres lia uma parte do texto e acrescentava sua reflexão. Houve um momento de silencio, ouvindo a musica Planeta Terra acompanhada de imagens, em razão da ameaça sobre a nossa Amazônia e nosso planeta. Findo este momento, em seus lugares e com a palavra facultada a todas, as presentes começaram a expressar seus sentimentos em relação ao curso, ao convivi na ONG, e sobre suas expectativas. Foram lidos depoimentos muito fortes expressando o grau de alegria pelo curso. Também se tratou da grande necessidade de se dar maior atenção às mulheres idosas que cada vez estão sendo mais maltratadas e desrespeitadas, e se viu a necessidade de se conhecer as novas leis e também de aprendermos a como reclamar nossos direitos. Ao final foi sugerida

a realização de um encontro com Ministério Público, Conselhos de Direitos e outros órgãos para se tratar sobre acessibilidade. Depois das falas, a doutoranda Amanda, em visita solicitada pela mesma para conhecer o Grupo Mulher Maravilha e apresentar seu projeto de estudo, apresentou-se e falou do seu projeto voltado para conhecer a atuação das Mulheres da Paz e das PLPs formadas pela Secretaria Especial da Mulher. Em seguida os Certificados que ainda não estavam prontos no encerramento do curso, foram entregues, junto com uma copia da Carta Compromisso que havia sido assinada por todas, na ocasião da Certificação no dia 29 de julho. Lourdes falou que juntamente com Wanda havia visitado Margarida Jerônimo que colocou o desejo de participar desse encontro, mas que foi aconselhada a poupar as suas forças para voltar à luta, como é seu desejo, e que a mesma havia mandado um abraço para todas. Lourdes falou do cuidado que precisamos ter com a companheira que se encontra em tratamento de saúde. Margarida Jerônimo PLP da primeira turma do GMM, é uma militante exemplar, conhecida pela sua luta e engajamento no movimento feminista e popular, e por isso foi confiado à mesma pelo Grupo Mulher Maravilha do qual faz é associada, a função de Coordenadora Política dessa Turma de 2017, para que tanto estas PLPs que estão chegando e todas a que vierem a fazer parte da Articulação, mirem-se no exemplo dela. Em seguida Lourdes solicita que Marineide Mota em conjunto com Carolina, prosseguisse com a coordenação dos pontos de pauta. Foi então iniciada a leitura, discussão e aprovação da Carta de Principios, que segue anexa. Exposto na tela, o documento foi relido e debatido para apresentação de destaques no sentido de esclarecer e ou rever redação. Depois dos esclarecimentos, foi visto que o documento precisava de pequenas correções relativas à pontuação, a serem feitas posteriormente. Amanda, por ter bastante acúmulo em questões de gênero, foi convidada a fazer apreciações, caso sentisse necessidade e a mesma colaborou com o ajuste de redação de um parágrafo. Não havendo outros destaques, quando todas se preparavam para votar, a PLP Elineide pediu a palavra e sugeriu a retirada do termo Golpe de Estado do texto. Abriu-se então a discussão, com justificativa do texto e depois colocada em votação a proposta de manutenção do texto ou de alteração. O texto foi aprovado com uma abstenção. Prosseguindo a Coordenadora colocou a importância da criação de uma Comissão para continuar acompanhando as PLPs. Levantando alguns critérios de número de pessoas e de condições de se encontrar para planejar as ações, ficou decidido que seria criada uma Comissão Provisória por três PLPs e uma representante da ONG,

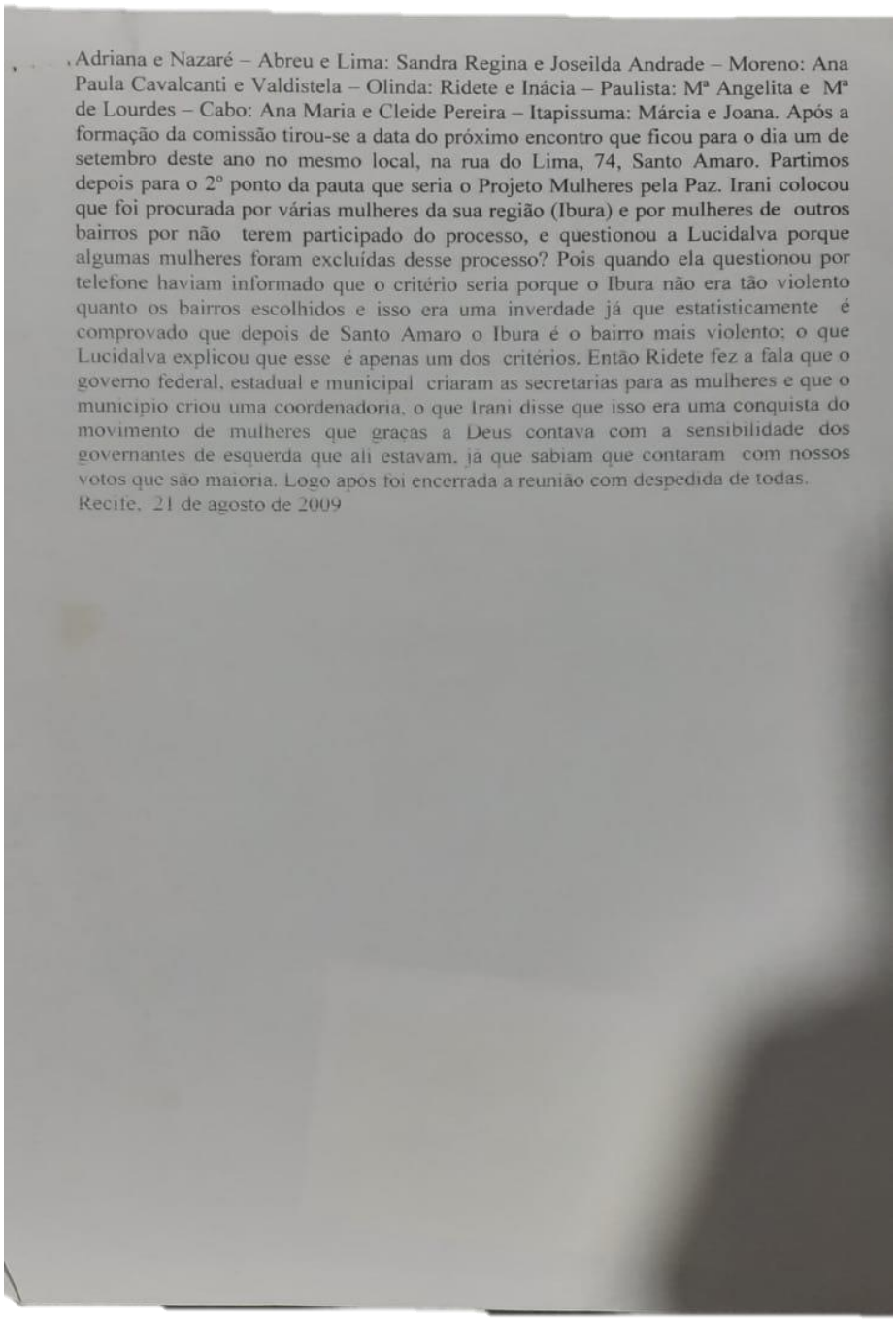
Grupo Mulher Maravilha. Foram levantados os nomes de sete (07) PLPs e em seguida escritos no quadro. Consultado sobre a forma de votação, ficou acordado pelo coletivo que seria aberta. Então, foi iniciada a votação: cada uma teria o direito de votar em três nomes. Outra indagação pela coordenadora foi sobre o direito ou não da ONG também votar. Todas concordaram que sim. Contudo, Lourdes Luna na condução dos trabalhos preferiu que o GMM se abstivesse de votar, deixando aquele momento apenas para a manifestação das PLPs. As PLPs indicadas como candidatas foram ao todo sete (07), respectivamente: Luciene, Marine ide, Mitian, Marize, Aurinete, Simone e Malu. Apurados os votos, foram escolhidas as mais votadas: Luciene com oito votos (08); Aurinete com seis (06) e Malu com cinco votos (05). Foi acordado que Wanda faça parte da Comissão enquanto Grupo Mulher Maravilha**. E assim foi criada a Comissão Promissão da Articulação: Luciene, Aurinete, Malu e Wanda pelo GMM**. Findo todo esse processo, foram discutidos alguns encaminhamentos: 1. Participação da Articulação das PLPs, com faixas e cartazes no ato dia 07 de setembro 23º Grito das Pessoas Excluidas, que este ano chega com o lema: Por Direitos e Democracia, a Luta é Todo Dia!; 2. Criação de um instrumento de registro das ações das PLPs para ajudar a dar visibilidade ao que se vai fazer, no enfrentamento à violência de gênero, na luta pela volta ao Estado Democrático de Direito; 3. Passeio: procurar conseguir de uma empresa um ônibus gratuito para realizar o passeio do grupo, preferencialmente em novembro; 4. planejar a elaboração do projeto político pedagógico para nortear os próximos cursos. Lourdes falou que o MTC é um local onde há reais possibilidades de serem realizados próximos encontros, pois já consultou a coordenação. Contudo se faz necessário conseguir alguma contribuição porque o MTC está com muitas dificuldades. As PLPs ficaram contentes porque o local é de mais fácil acesso. Lourdes ainda, como forma de apelo colocou a grave situação que atravessa o GMM, com forte ameaça de prosseguir com suas portas abertas, funcionando. As mulheres disseram que o Grupo Mulher Maravilha tem que continuar. Durante os depoimentos, algumas mulheres falaram da acolhida do GMM e que sentiam a ONG como uma segunda família, segunda casa. O Encontro foi encerrado com todas acompanhando o canto do Clip Milton Nascimento, Maria Maria, abraços e um bom lanche. E não tento nada mais a tratar, eu, Marineide Mota, PLP, secretária ad hoc assino a presente Ata que vai por mim assinada e por quem de direito. Recife (Nova Descoberta), 02 de setembro de 2017.

ANEXO B – CRIAÇÃO DA REDE DE PLPs



ATA DA REUNIÃO DAS PROMOTORAS LEGAIS POPULARES PARA CRIAÇÃO DA REDE DE PLP'S DE PERNEMBUCO

Aos vinte e um dias do mês de agosto de 2009, as 15:30 minutos, aconteceu mais uma reunião das Promotoras Legais Populares, que contou com a presença de Promotoras de vários municípios, como Recife, Moreno, Igarassu, Olinda, Paulista, Abreu e Lima, Cabo e Itapissuma. Contou ainda com a participação do Sr. João Evangelista, do Gov. do Estado e Secretaria da Estadual da Mulher, na pessoa da secretária executiva, Sra. Lucidalva e da Sra. Dilma. Esteve presentes também as Entidades, Lua Clara (Ridete), Menina Mulher (Ana Claúdia), Grupo Mulher Maravilha(Auricéia e Margarida), Associação de Mulheres de Lagoa Encantada e Adjacências (Irani). Dando início a reunião a Sra. Lucidalva explicou o motivo da mudança do espaço, para o qual estava programada a reunião e como foi feita a articulação para o novo espaço do encontro, logo em seguida passou a palavra para o Sr. João Evangelista que falou de alguns projetos do governo do estado inclusive do projeto de cidadania que beneficia as comunidades com a carteira de identidade, de preferência segunda e terceira vias, já que este serviço tem um custo mais alto para a população e o governo proporciona o mesmo de graça. Depois a Sra. Irani perguntou sobre a exclusão das mulheres de alguns bairros do Projeto Mulheres pela Paz e o mesmo disse que não estava por dentro desse Projeto porque não fazia parte do seu departamento e sim Secretaria da Mulher e SDS. Após a saída do mesmo Margarida abriu a reunião com a fala de como era lindo tantas mulheres ali reunidas por um objetivo comum, da felicidade de ver vários tipos de mulheres no mesmo barco o que mostrava que as mulheres estavam cada vez mais poderosas. Em seguida falou Irani, dizendo que havia puxado aquele encontro porque percebia que sentia um afastamento e desmobilização das companheiras e se sentia responsável pelas mulheres que se formaram sob sua coordenação, que o objetivo dessa luta eram a busca por direitos, que essas mulheres criaram expectativas, que gastaram tempo e dinheiro com passagens, apostilhas e outros, adquiriram conhecimentos e estão ai sem perspectiva nenhuma. A Sra Lucidalva perguntou pela pauta e Irani colocou que seria feita ali por todas o que foi sugerido que seria 1- Leitura do Relatório do Seminário, 2- Projeto Mulheres pela Paz, então Irani iniciou a leitura do documento e quando Inacia continuou percebeu-se que o documento era muito extenso e iria ficar cansativo e tardio, então resolveu-se ir direto nas propostas, que infelizmente não havia sido ainda sistematizada junto ao relatório, porém Lucidalva lembrou-nos as principais propostas que eram de 1- Rever o Projeto ou elaborar outro com a colaboração de advogadas para consulta, 2- Formar uma comissão, para criação da Rede de PLP'S Dde Pernambuco, 3- Tirar um cronograma de atividades, 4- Fazer um Seminário Estadual, 5-Projeto para a SNPM. A partir dai houve a discussão de como seria formada essa comissão. Ana Paula de Moreno, deu a proposta de serem 2 promotoras por município, Lucidalva sugeriu que fosse por Entidade, e após muita discussão entre as proprias promotoras presentes Irani deu uma terceira proposta de que fossem contempladas também as Entidades, porem Lucidalva colocou que seria melhor entrar em um consenso. Valdistela fez uma fala sobre a discussão e nos chamou a reflexão para chegarmos a um acordo, pois precisavamos ficar unidas. Então apos mais umas falas foi formada a comissão que contemplou os municipios e entidades. Ficando assim: Representante de Recife, Ana Paula Menezes, Iram e Margarida – Igarassu.



Adriana e Nazaré – Abreu e Lima: Sandra Regina e Joseilda Andrade – Moreno: Ana Paula Cavalcanti e Valdistela – Olinda: Ridete e Inácia – Paulista: Mª Angelita e Mª de Lourdes – Cabo: Ana Maria e Cleide Pereira – Itapissuma: Márcia e Joana. Após a formação da comissão tirou-se a data do próximo encontro que ficou para o dia um de setembro deste ano no mesmo local, na rua do Lima, 74, Santo Amaro. Partimos depois para o 2º ponto da pauta que seria o Projeto Mulheres pela Paz. Irani colocou que foi procurada por várias mulheres da sua região (Ibura) e por mulheres de outros bairros por não terem participado do processo, e questionou a Lucidalva porque algumas mulheres foram excluídas desse processo? Pois quando ela questionou por telefone haviam informado que o critério seria porque o Ibura não era tão violento quanto os bairros escolhidos e isso era uma inverdade já que estatisticamente é comprovado que depois de Santo Amaro o Ibura é o bairro mais violento; o que Lucidalva explicou que esse é apenas um dos critérios. Então Ridete fez a fala que o governo federal, estadual e municipal criaram as secretarias para as mulheres e que o município criou uma coordenadoria, o que Irani disse que isso era uma conquista do movimento de mulheres que graças a Deus contava com a sensibilidade dos governantes de esquerda que ali estavam, já que sabiam que contaram com nossos votos que são maioria. Logo após foi encerrada a reunião com despedida de todas.
Recife, 21 de agosto de 2009

ANEXO C – CARTA DE PRINCÍPIOS

ARTICULAÇÃO DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES DE PERNAMBUCO

CARTA DE PRINCIPIOS

QUEM SOMOS

A Articulação de Promotoras Legais Populares PLPs de PE, criada em 29/07/2017 e constituída oficialmente dia 02 de setembro, mediante leitura e aprovação da presente Carta de Principios, em encontro realizado na sede do Grupo Mulher Maravilha-Rua Nova Descoberta, 849, é uma organização do movimento de mulheres, sem vínculos religiosos, como espaço de estudo das PLPs, de reflexão de temas de interesse, troca de experiências, e de articulação de ações eficazes, com entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem a toda e qualquer forma de discriminação de gênero, raça, etnia classe social, geração e orientação sexual, para sua defesa, representação, articulação e formação continuada.

HISTÓRIA

Desde os anos de 1970, cresce na América Latina, o nosso continente, a perspectiva do direito crítico e advocacia popular, o direito do povo. Grupos de advogados (as) do povo criaram a proposta de educação jurídica popular, para ajudar o povo, em especial às mulheres vulneráveis à violência, a saber se defender.

Nos anos de 1980, começaram a aparecer propostas de educação legal de mulheres promotoras populares nos países da América Latina: Peru, Argentina e Chile.

Em maio de 1992, a União de Mulheres de São Paulo, participou de um seminário sobre direitos da mulher, promovido pelo - Comitê Latino Americano de Defesa dos Direitos da Mulher - CLADEM. Na ocasião falou-se e debateu-se sobre os cursos de “capacitação legal” que já vinham se desenvolvendo naqueles países.

Logo, a partir de relatos de mulheres ativistas dos movimentos de mulheres descobriu-se que havia a possibilidade de capacitar as mulheres para a defesa dos seus direitos, a partir do seu cotidiano e da sua comunidade. E assim começaram os primeiros cursos de PLPs no Brasil.

Em 1994, um grupo de advogadas feministas da THÊMIS, em articulação com o Centro de Estudos da Procuradoria do Estado de São Paulo, realizou um seminário

denominado “INTRODUÇÃO AO CURSO DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES”.

A partir das iniciativas de mulheres ativistas no campo de direitos humanos, como daqueles que compõem a União de Mulheres de São Paulo, se propagou a proposta político-pedagógica das PLPs.

ARTICULAÇÃO EM PERNAMBUCO/CONTEXTO POLITICO

Aqui no Estado, em 2008 foi iniciado um processo de articulação de Promotoras Legais Populares, espalhadas nas diversas regiões, Com apoio da Secretaria Especial da Mulher, foi realizado no dia 30 de abril de 2009, num hotel em Boa Viagem o 1º Seminário Estadual de PLPs. No seminário foi feito o resgate histórico do trabalho de formação em PLPs no Estado, executado por algumas ONGs a exemplo do Centro das Mulheres do Cabo, Casa Menina Mulher e Grupo Mulher Maravilha, entre outras e refletido o verdadeiro papel das PLPs, findando com a construção de um planejamento apontando para a criação de uma Rede.

CRIAÇÃO DA REDE

No dia 21 de agosto de 2009, após alguns encontros de PLPs, foi criada a Rede de Promotoras Legais Populares e constituída uma Comissão, com a presença de representantes da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Estado.

Mais adiante, o Grupo Mulher Maravilha, uma das organizações que teve grande protagonismo no processo de articulação das PLPs no Estado, realizou no dia 05 de outubro um Seminário no aniversário de 20 anos da Constituição Brasileira, tendo como ponto importante de debates, “A Mulher e a Constituição Cidadã”. Na ocasião divulgou a criação da Rede para dar visibilidade às PLPs, O Seminário aconteceu na sede do Grupo Mulher Maravilha, em Nova Descoberta com a participação de várias PLPs do Estado, de organizações da Sociedade Civil e órgãos governamentais.

No ano de 2010, o Grupo Mulher Maravilha, solidariamente, com apoio – ISCOS, organização italiana, realizou o 1º Encontro Estadual da Rede, para seu fortalecimento e inicio das discussões da Carta de Princípios e do Projeto Político Pedagógico.

PRINCÍPIOS QUE DEFENDEMOS

Considerando a sua história e o atual cenário politico de Golpe de Estado, as mulheres que participaram da 3ª. Turma do Curso de Formação de Promotoras Legais Populares, pelo Grupo Mulher Maravilha, no primeiro semestre de 2017, em Recife-PE, decidem criar um novo espaço de PLPs que passou a se chamar Articulação de PLPs de Pernambuco, para evitar a dispersão das mesmas, já que a Rede criada em 2009 não mais dava sinal de existência. Essa Articulação defende e se propõe a vivenciar uma nova cultura política, tendo como princípio primordial, a luta e resistência pela garantia dos direitos humanos das mulheres, a luta pela resistência ao Golpe de Estado, a luta pela retomada do Estado Democrático de Direito. A formação das PLPs será norteada pela concepção da educação jurídica popular,

Para:

a) zelar pela qualidade e aprimoramento permanente da formação das PLPs com base no Projeto Político Pedagógico da Articulação das PLPs.

b) atuar com base no princípio de autonomia, ou seja, em seus próprios princípios e decisões, construídos e definidos pelas próprias PLPs filiadas à Articulação, livre de ingerências de governos e partidos;

c) estabelecer parceria e articulação com ONGs, Redes e Fóruns que tenham uma prática histórica democrática, transparente, e ética, desde que aprovada pelo coletivo, e recomendadas por organizações atuantes e que tenham feito história com a Articulação.

d) construir coletivamente o Projeto Político Pedagógico, para nortear a metodologia, conteúdo básico e carga horária dos cursos de formação de PLPs.

e) atuar em defesa da PLP com respeito e acolhimento às diferenças, estabelecendo oportunidade de cooperação e vivência democrática.

f) compromisso com a formação continuada e com a consciência de que o direito não é neutro;

g) garantir a discussão sobre visão de gênero com recorte étnico/racial em cada curso;

h) submeter à avaliação e aprovação pelo pleno da Rede para filiação, as organizações da sociedade civil e sem fins lucrativos, federações, redes e fóruns que venham acompanhando as PLPs em seu processo organizativo, a partir de critérios construídos pela Articulação e que comprovadamente defendam os princípios norteadores de nossa Carta de Princípios;

i) avaliar a permanência ou desligamento da Articulação, organizações parceiras bem como PLPs, a partir de sua prática e cumprimento da Carta de Princípios e do Projeto Político Pedagógico.

J) zelar pelo cumprimento da Carta Compromisso das PLPs, assinada por todas as concluintes do Curso pelo Grupo Mulher Maravilha.

Recife, 02 de setembro de 2017

ANEXO D – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

ARTICULAÇÃO DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES

SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DO NOSSO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

INTRODUÇÃO

O Curso

O Projeto Promotoras Legais Populares (PLPs) foi trazido ao Brasil pela União de Mulheres de São Paulo, que tem Amelinha Teles e Criméia como referências, e pela e pela THEMIS, quando tomaram conhecimento de sua existência por meio do Comitê Latino Americano e Caribenho de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), a partir da participação em um Seminário Latino-Americano e Caribenho sobre os Direitos das Mulheres, em maio de 1992.

Em maio de 1992, a União de Mulheres de São Paulo participou de um seminário sobre direitos da mulher, promovido pelo Comitê Latino Americano de Defesa dos Direitos da Mulher- CLADEM. Na ocasião, esse grupo de mulheres ouviu falar de cursos de “capacitação legal” que já vinham se desenvolvendo há pelo menos uma década em alguns países latino-americanos, como o Peru, Argentina e Chile. Logo, a partir de relatos de mulheres ativistas dos movimentos de mulheres, descobriu-se que havia a possibilidade de capacitar as mulheres para a defesa dos seus direitos, a partir do seu cotidiano e da sua comunidade.

Já em 1994, em articulação com o Centro de Estudos da Procuradoria do Estado de São Paulo, o Grupo THÊMIS viabilizou a primeira experiência que se deu por meio de um seminário denominado “INTRODUÇÃO AO CURSO DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES”, com 60 horas de duração..

Assim, neste mesmo ano, um grupo de advogadas do Grupo THÊMIS, do Rio Grande do Sul, entidade que milita em favor dos direitos das mulheres, realizou o 1º Encontro Nacional de Entidades Populares Contra a Violência, ocasião em que foram levantadas inúmeras bandeiras contra a impunidade de vários casos de crimes contra as mulheres em que os criminosos estavam impunes.

Nessa oportunidade, os(as) professores(as) puderam trabalhar com 35 lideranças populares de entidades femininas e sindicatos.

A partir dessa feliz iniciativa de mulheres ativistas no campo de direitos humanos e dos direitos das mulheres, é que a ideia se propagou e hoje em todos os recantos do Brasil, milhares de mulheres estão se capacitando e se empoderando no contexto social, trazendo com sua ação de verdadeiras formiguinhas, a possibilidade de acesso e efetivação de instrumentos legais em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

OBJETIVO DO CURSO

O curso de Formação de Promotoras Legais Populares (PLPs), objetiva o empoderamento de mulheres e sua participação qualificada nos espaços de lutas sociais por políticas públicas.

O empoderamento é entendido como processo de fortalecimento político das mulheres obtido através de múltiplas ações de ordem legal, econômica, cultural e psicológica.

A formação objetiva estimular as mulheres a se tornarem sujeitos de direito, o que consiste em informar e promover o rompimento do silêncio em torno da violência doméstica, fortalecer a decisão de denunciar e demandar o judiciário com ideais de democracia.

Enfim, o objetivo principal deste Projeto é capacitar mulheres para que conheçam seus direitos e se tornem pessoas comprometidas não só em mobilizar outras mulheres para a ação em defesa de seus direitos como também para atuar junto às instâncias dos serviços públicos policiais, de saúde, educação e órgãos essenciais à justiça, como o Ministério Público ou o próprio Judiciário para buscar soluções concretas para os problemas. Visa também a elaborar e buscar meios para implementar políticas públicas que possam desconstruir a desigualdade social, econômica e política entre mulheres, promovendo equidade de direitos, cidadania e justiça.

Não se exige nenhuma educação formal das participantes, nem distinções étnico-raciais, e posições sociais e graus de instrução.

O QUE É UMA PLP

Promotora Legal Popular é uma liderança capaz de dar orientação sobre questões do cotidiano (violações de direitos, ameaças, violência contra a mulher, etc),

para outras pessoas que se encontram necessitadas de reconhecimento e apoio para enfrentamento de dificuldades.

A atuação das Promotoras Legais Populares se dá em atividades de orientação a outras mulheres que estão com seus direitos violados ou ameaçados, individualmente ou por meio de grupos de vivência.

Atuam também como multiplicadoras e se habilitam para lidar com situações de violência contra a mulher, encaminhando ou acompanhando-as nas delegacias de polícia, no Instituto Médico Legal ou nos organismos de assistência jurídica ou de assistência social.

Em 1993, a União de Mulheres de São Paulo realizou um Seminário Nacional, com lideranças feministas de diversos Estados, com o apoio do Grupo Thêmis do Rio Grande do Sul e da Escola da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, quando então foram construídas estratégias de atividades correlatas. Atualmente, o projeto se estende em vários municípios de São Paulo e em 2013 já contava com aproximadamente 5.000 Promotoras Legais Populares.

QUEM SÃO AS PLPs

As PLPs são mulheres capazes de exercer o respeito às pessoas, a tolerância, a solidariedade, e que possuem o compromisso com o combate à exclusão social, com a luta pela transformação da comunidade em que atuam, com a superação do formalismo legal e da burocratização das instituições, tendo o processo de libertação das mulheres como meta a ser atingida.

COM QUEM

Pretende capacitar legalmente mulheres, preferencialmente as mais marginalizadas. Apesar de toda a discriminação e violências sofridas, as mulheres são as pessoas mais dispostas a se organizar e reivindicar direitos.

O curso poderá envolver a participação, por um lado, de mulheres quer lideres comunitárias ou não. Portadoras de saberes cotidianos, no que diz respeito à sua condição feminina no mundo doméstico, político ou no trabalho, assim como detentoras de alguns preconceitos inerentes a qualquer contexto social.

COMO SE DÁ O CURSO

A atuação das Promotoras Legais Populares se dá em atividades de orientação a outras mulheres que estão com seus direitos violados ou ameaçados, individualmente ou por meio de grupos de vivência. Atuam também como multiplicadoras e se habilitam para lidar com situações de violência contra a mulher,

encaminhando ou acompanhando-as nas delegacias de polícia, no Instituto Médico Legal ou nos organismos de assistência jurídica ou de assistência social.

O Projeto consiste na realização do curso, campanhas, debates, encontros estaduais

As aulas são teóricas e práticas; com abordagem multidisciplinar do Direito, colocando em discussão temas como a Constituição, a Organização do Estado e suas funções: legislativa, executiva e judiciária, a história e conquista dos direitos humanos das mulheres, tratados internacionais de defesa destes direitos, de combate à discriminação e à violência contra a mulher, discriminação étnico-racial e legislação de defesa da igualdade de direitos, saúde, direitos sexuais e reprodutivos, doenças sexualmente transmissíveis e Aids, assédio sexual e moral, violência de gênero e direitos do trabalho, da previdência, das pessoas idosas, com deficiência e das crianças e adolescentes. Propõe-se a reforçar as trajetórias dos movimentos sociais e, em especial o feminista, na construção de direitos e implementação de políticas igualitárias.

O enfoque dos direitos sob uma perspectiva de gênero não significa a separação da questão humana em geral. Pelo contrário, promove o enfrentamento do desafio de participar ativamente do processo de redefinição do ser humano, construindo uma visão mais integral dos direitos das pessoas, sejam mulheres ou homens, promovendo conteúdos políticos progressistas e antidiscriminatórios. É bom lembrar que o movimento feminista brasileiro defendeu, entre outras propostas que se transformaram em direitos constitucionais, a licença-paternidade, que garante aos homens 5 a 8 dias de afastamento do trabalho por ocasião do nascimento do bebê, o direito a creches para as crianças a partir de 0 anos de idade, assim como pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes (inciso V, artigo 201, Constituição Federal).

A formação é realizada, com a troca de saberes e com o apoio e acompanhamento de educador@S populares e feministas, advogad@s, assistentes sociais, psicólog@s, sociólog@s ativistas em Direitos Humanos das Mulheres.

No curso, as oficinas são metodologicamente pensadas para possibilitar o empoderamento das mulheres e a socialização de conhecimentos a partir da valorização não apenas do saber técnico-jurídico ou acadêmico, mas também dos saberes populares advindos da experiência e da vida cotidiana. O curso tem duração de cerca de 6 meses ocorrendo em encontros quinzenais com seis horas. As

atividades acontecem em ambiente circular e horizontal no qual todas as mulheres podem se ver e interagir num mesmo nível. As falas são organizadas de modo a proporcionar a todas a oportunidade de se expressar, respeitando o momento de manifestação de cada uma e d@s intermediador@s.

Contando com a colaboração de diferentes voluntári@s o curso emprega mística de relaxamento e interação, em palestras interativas, oficinas estimuladoras, discussão de situações reais ou fictícias, debates sobre temas de interesse, visitas guiadas, trabalhos em grupo, visitações a órgãos de garantia dos direitos, construção de planos de ação, estudo de leis, relatos de vivência.

Dessa forma, é importante intensificar estratégias de formação para que elas possam se contrapor à ofensiva da intolerância, como sujeito de direitos, capazes de exercitar o controle democrático das ações do Estado com compreensão dos contextos nacional e internacional, dos valores da solidariedade e da justiça social, com vistas à sustentabilidade, inclusão e pluralidade e da igualdade de gênero.

O Curso de Formação de PLPs, utiliza as leis para empoderar as mulheres. Integram as atividades, a maioria em formato de oficinas.

O conteúdo do curso de formação abrange sempre o recorte de gênero/raça e etnia, com noções sobre:

- Teorias feministas, gênero e movimentos feministas articulados;
- Desigualdade de classe, de raça e de gênero;
- Linguagem de Gênero;
- Direito, organização e estrutura do Estado e instrumentos de participação popular;
- Violência contra a mulher, formas de enfrentamento e instrumentos legais de amparo;
- Exploração sexual e tráfico de seres humanos;
- Políticas de direitos humanos, internas e externas;
- Saúde, doenças sexualmente transmissíveis, direitos sexuais e reprodutivos;
- Proteção à criança, ao adolescente, à pessoa idosa, à pessoa com deficiência;
- Direito de família, à previdência, à educação, ao trabalho, à moradia, ao meio ambiente;
- Economia solidária, além de outras questões, que envolvam as mulheres e que culminem em atividades de mobilização social.

Ao final do curso, as mulheres que tiverem no mínimo 75% de frequência recebem o título simbólico de PLP, que lhes é outorgado em cerimônia de formatura. E com vistas a permitir que a reflexão e o diálogo sobre os conhecimentos compartilhados e adquiridos no curso perpetuem-se, renovem-se e atualizem-se, as portadoras desse título terão o direito assegurado de participar do fórum permanente de PLPs, no qual terão a oportunidade de aprofundar o estudo em temas específicos e de se articularem com movimentos concretos de atuação.

O projeto de PLPs, como prática de educação jurídica popular feminista, busca na relação das mulheres com o mundo a sua existência, a sua autonomia ao se descobrirem dotadas de saberes próprios indispensáveis para a transformação de uma normativa a que elas se encontram submetidas como cidadãs, mas que não reflete as suas realidades.

O Curso, a partir da educação jurídica popular, derruba os privilégios do conhecimento acadêmico-científico, valoriza a voz e o saber das estudantes e as lutas feministas assim como a ação afirmativa que conscientiza as estudantes de seu pertencimento a um grupo marginalizado, desnaturaliza os papeis sociais que lhes foram historicamente impostos e possibilita a sua emancipação, tanto como grupo, quanto como sujeito autônomo, assim promovendo a libertação das mulheres. As mulheres se descobrem sujeitos de um Direito desvencilhado do monopólio técnico-jurídico e condizente com a igualdade e a solidariedade entre os seres humanos.

Portanto, o curso proporciona às mulheres um espaço de libertação das amarras do machismo, que por séculos aprisionou as mulheres ao espaço privado, para que, por meio desse processo educativo, elas se sintam empoderadas a liberar sua voz e seus sonhos no espaço público da política e realizem, dessa maneira, todas e todos os(as) envolvidos(as) no processo de aprendizagem, tanto educador@ quando educandas são como sujeitos do pensar criticamente os seus “achados”. Em suma, o curso de PLPs serve de porta para que as mulheres saiam de casa para construir os seus Direitos na rua.

“Paulo Freire – Pedagogia do Oprimido/– Educação como prática da Liberdade

SOBRE A FORMAÇÃO DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES

O projeto Promotoras Legais Populares no Brasil é fruto de um esforço conjunto do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública (IBAD) da União de Mulheres de São Paulo e do Movimento do Ministério Público Democrático para desenvolver a cidadania e a igualdade de direitos.

O acesso à cidadania e suas consequências práticas exigem a incorporação de novos conceitos de igualdade e respeito em que as mulheres tenham tanta importância quanto os homens no seu valor humano, social, político e econômico.

O nome Promotoras Legais Populares é usado em diferentes países e significa mulheres que trabalham a favor dos segmentos populares com legitimidade e justiça no combate diário à discriminação. São aquelas que podem orientar, dar um conselho e promover a função instrumental do Direito na vida do dia a dia das mulheres.

A proposta motora deste projeto são os cursos. Outras ações fazem parte do trabalho: acompanhamento de casos e da atuação prática das Promotoras Legais Populares, seminários, debates complementares e o fortalecimento de campanhas educativas e políticas, a exemplo de campanha contra a impunidade, pela rigorosa aplicação das leis de defesa das mulheres, da formulação de políticas públicas e do controle social. É um projeto que traz no seu bojo traços dos ideais de justiça, democracia e dignidade, a defesa dos direitos humanos e a construção de relações igualitárias e justas. Tem possibilitado a criação de novos espaços de união e articulação que abrem caminhos e rompem barreiras contra a discriminação e a opressão.

O PROJETO QUE QUEREMOS REALIZAR

Pontos essenciais: o Projeto poderá ser desenvolvido em qualquer local, respeitadas as exigências que o fazem para distinguir dos demais, por ser voltado para as mulheres, o segmento mais discriminado da população, empoderando-as e tornando-as ativistas da cidadania feminista.

Por ter como espinha dorsal a educação jurídica popular, entendemos ser de fundamental importância chamar atenção para alguns pontos, sob pena de reduzir o Projeto a mais um curso de direitos.

Em primeiro lugar, gostaríamos de frisar que Promotora Legal Popular é uma liderança capaz de dar orientação sobre questões do cotidiano (violações de direitos,

ameaças, violência contra a mulher, etc.), para outras pessoas que se encontram necessitadas de reconhecimento e apoio para enfrentamento de dificuldades.

Não há porque confundi-la com a atuação do profissional de direito, pois este(a) tem capacidade postulatória (entrar com ação na justiça), o que não ocorre com a Promotora Legal Popular.

Em segundo lugar, esclarecemos que no Projeto se dá uma abordagem multidisciplinar do Direito, isto é, são introduzidas matérias de outras áreas de conhecimento, como saúde, inclusive da mulher negra, Aids e doenças sexualmente transmissíveis, saúde no trabalho, assédio moral e sexual, direitos sexuais e reprodutivos, violência contra a mulher, feminismo, calendário da cidadania, ditadura militar, literatura e poesia, dentre outras informações.

Um terceiro ponto a destacar é que o Projeto é voltado para mulheres como forma de aplicação de uma ação afirmativa. Entendemos ação afirmativa como medidas especiais tomadas, em caráter temporário, com o objetivo de assegurar o progresso de grupos ou segmentos sociais, buscando acelerar o processo de igualdade entre mulheres e homens. Também são exemplos de políticas de ações afirmativas as delegacias de polícia para as mulheres e a Secretaria Nacional de Políticas Públicas para Mulheres. Enfim, são medidas compensatórias para remediar as situações historicamente desvantajosas em que ainda se encontra a população feminina.

Por último, alertamos a todas e todos para a necessidade de se conhecer a Constituição Federal, a lei maior do país, assim como leis, direitos, tratados internacionais e meios de acesso à justiça. São instrumentos fundamentais para o exercício da cidadania e, portanto, não podem ficar restritos apenas aos profissionais de direito. É como aprender a se alimentar bem e adequadamente, ou aprender a escovar e cuidar dos dentes de maneira correta. Não precisamos ser todos(as) profissionais de saúde mas temos que ter conhecimentos básicos de como cuidar da nossa saúde.

Acreditamos que a capacitação de mulheres para fortalecer sua atuação política constitui um dos caminhos mais eficientes para a promoção de mudanças necessárias em nossa realidade social e no cotidiano da vida da população em geral.

Elaborar os princípios, diretrizes e a estruturação do Projeto Promotoras Legais Populares será um passo importante para a sua a expansão e fortalecimento. Oxalá

a sociedade brasileira pudesse contar com a atuação dessas mulheres em cada rua, em cada bairro e município.

A proposta central é estimular e criar condições para que as mulheres conheçam direitos, leis e mecanismos jurídicos, tornando-as capazes de tomar iniciativas e decisões no sentido do acesso à justiça e à defesa dos direitos humanos.

A metodologia usada no Curso de Promotoras Legais Populares se compõe de oficinas de construção e troca de conhecimentos, visitas e estágios em ONGs e serviços públicos, trabalho em grupo, palestras e debates, dentre outras.

A ideia é se basear no direito como um instrumento de libertação, democratização e desenvolvimento. Educar para a cidadania pressupõe o desenvolvimento de sujeitos políticos, com direitos e condições de atuar na comunidade e nas relações não só entre as pessoas como também com as instituições e os poderes públicos.

O movimento feminista historicamente defende a igualdade de direitos entre mulheres e homens, respeitadas suas diferenças. No Brasil, foi grande a luta das mulheres para conquistar uma Constituição democrática que promovesse a equidade de gênero, étnico-racial, orientação sexual, incluindo direitos para as pessoas em todas as faixas etárias e igualando oportunidades e condições para o acesso à cidadania. Calcula-se que 80% das reivindicações feministas foram incorporadas ao texto constitucional.

A conquista de direitos, ainda que apenas no campo formal, serve, por um lado, de base para reivindicar e pressionar o poder público e também para educar a sociedade naquilo que é digno e não digno, abrindo-lhe possibilidades de desenvolver-se de maneira igualitária e justa.

O Projeto valoriza a história de luta por direitos pela equidade econômica, social e política. Tais informações devem ser incorporadas pelas populações excluídas como forma de elevar sua consciência cidadã, transformando-as em titulares de direitos, com autoconfiança para abrir novos caminhos e prosseguir a luta. Estes conhecimentos são essenciais para que se apropriem das experiências acumuladas ao longo da história, colocando-as em prática, tornando-as um bem da vida do cotidiano.

Conhecer direitos e leis aproxima os segmentos marginalizados da cidadania, popularizando e efetivando os meios para alcançar justiça. Revigora o entendimento sobre a necessidade de transformar a realidade de forma que seus principais anseios

possam ser atendidos, tirando do papel a tão propalada igualdade de direitos, fortalecendo e empoderando os movimentos sociais.

O Projeto Promotoras Legais Populares é um espaço de educação para as mulheres que lhes proporciona também satisfação, momentos de lazer e construção de laços de solidariedade e amizade.

O Projeto abre um diálogo para formação de uma consciência crítica em relação ao Direito que historicamente serviu para excluir as mulheres da vida política e social. Só muito recentemente, em 1993, na Conferência Mundial de Direitos Humanos, ocorrida em Viena, os direitos das mulheres foram considerados direitos humanos.

Os direitos são entendidos, então, como um recurso político capaz de mobilizar e questionar as políticas excludentes e restabelecer políticas inovadoras que restituam a justiça e a dignidade.

Segundo as conclusões do Centro Filipino de Recursos Legais, publicadas no Caderno de "Programas de Capacitação Legal" da Thêmis (dezembro de 1998): "A lição mais importante aprendida durante os anos de trabalho num programa de capacitação legal é que a lei pode ser um instrumento efetivo para a mudança social e qualificação das mulheres se for vista à luz da política em vez de se tentar introduzir política na lei. Mudar as estruturas de poder é uma atividade muito política. Logo, o conhecimento da lei não deve ser transmitido apenas pelo conhecimento, mas para facilitar a tomada de consciência e a ação de grupo para a mudança".